

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**GABRIELA LOUREIRO BARCELOS**

**ESTADO NOVO EM CENA:  
um estudo sobre a atuação do interventor João Punaro Bley e a articulação  
das elites políticas no Espírito Santo (1937-1945).**

**VITÓRIA  
2019**

**GABRIELA LOUREIRO BARCELOS**

**ESTADO NOVO EM CENA:  
um estudo sobre a atuação do interventor João Punaro Bley e a articulação  
das elites políticas no Espírito Santo (1937-1945).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Ueber José de Oliveira.

**VITÓRIA  
2019**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFES e  
elaborada pela autora

---

Barcelos, Gabriela Loureiro, 1993 -  
B242 e Estado Novo em cena: A atuação do interventor João Punaro Bley e a  
articulação das elites políticas no Espírito Santo (1937-1945) / Gabriela Loureiro  
Barcelos. – 2019.  
151 f. : il.

Orientador: Ueber José de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo,  
Centro de Ciências Humanas e Naturais.  
1.História. 2. Política. I. Oliveira, Ueber José de. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e  
Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

GABRIELA LOUREIRO BARCELOS

**ESTADO NOVO EM CENA:  
um estudo sobre a atuação do interventor João Punaro Bley e a articulação  
das elites políticas no Espírito Santo (1937-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Ueber José de Oliveira

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Ueber José de Oliveira**

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientador

---

**Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão**

Instituto Federal do Espírito Santo

Examinador Externo

---

**Profa. Dra. Karullyni Silverol Siqueira**

Universidade Federal do Espírito Santo

Examinadora Interna

---

**Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes**

Universidade Federal do Espírito Santo

Examinador Interno

---

**Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira**

Universidade Federal do Espírito Santo

Examinador Interno Suplente

---

**Prof. Dr. Leonardo Bis dos Santos**

Instituto Federal do Espírito Santo

Examinador Externo Suplente

Aos meus avós Maria Aurea e Wolgano  
Castello (*in memoriam*) por sempre terem me  
incentivado e me dado todo o carinho do  
mundo. À minha madrinha Patrícia Loureiro,  
por ser minha mãe e amiga. A Marcos Vinicius  
Caus Couto por estar ao meu lado, sendo meu  
porto seguro e minha inspiração, te amo.

## AGRADECIMENTOS

Essa dissertação só foi possível graças ao apoio do meu orientador Prof. Dr. Ueber José de Oliveira, um excelente pesquisador. Seu rigor acadêmico, sua prontidão e sua consideração pela construção de seus orientandos como historiadores são uma inspiração para mim. Agradeço por me aceitar de braços abertos, pelas inúmeras horas dedicadas a me ajudar quando me sentia perdida, pela compreensão nos momentos difíceis e pela exigência para a produção de um trabalho com exigência acadêmica.

Ao Prof. Dr. Leonardo Quintão, a Profa. Dra. Karullyni Siqueira e ao Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes, meu agradecimento por terem aceitado compor a banca de avaliação dessa dissertação. Agradeço também aos professores e amigos Prof. Dr. Fabio Muruci e Prof. Dr. Josemar Machado, vocês foram fundamentais na minha formação, e sou imensamente feliz por tê-los em minha vida.

Agradeço à *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, por tornar possível essa pesquisa através do financiamento contribuindo para que eu pudesse participar de eventos em outros estados, comprar as bibliografias necessárias e me sustentar.

Agradeço, também, à Universidade Federal do Espírito Santo que me transformou na pessoa que sou hoje, mudou a minha visão de mundo, e possibilitou que uma menina que nasceu na periferia pudesse conhecer e fazer parte da Academia. Ao *Hispolis-UFES*, por ter me presenteado com ótimos colegas e diálogos que me ajudaram a construir esse trabalho. Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação, Michele e Filipi, por sempre serem tão solícitos.

Às minhas “mais que amigas, friends” Agnes Moschen, Melissa Melo e Helena Borin: sou imensamente grata por ter construído laços tão profundos com vocês. Obrigada pelas risadas e pelo colo e acalanto nos momentos de desespero. Agradeço também aos amigos Daniel Endringer, Juliano Gomes, João Carlos Furlani, Mateus Paulucio, Leonardo Foletto, Kariny Martins, Ingrid Alves, Gabriel Angra, Mery Alves, Cinthya Loureiro, e Helessandra Gumiero, por me acompanharem desde a preparação para a prova do mestrado, que naquela época parecia ser um sonho impossível.

À minha avó Aurinha e minha madrinha Patrícia, não consigo mensurar o quanto vocês são importantes para mim. Esse trabalho também é de vocês. Obrigada pelo apoio financeiro e, principalmente, por fazer dos meus sonhos seus. Aos meus pais, João Manoel Barcelos e Aurea Valeria L. Loureiro, muito obrigada pelo apoio em todos os momentos. Um agradecimento especial a minha tia Neide Loureiro, por sempre me ajudar e me incentivar a terminar este trabalho.

A Marcos Vincius Caus Couto, meu esposo, companheiro e melhor amigo. Por sempre ter me apoiado, por lutar pelos meus sonhos quando eu já estou à beira de desistir, por me amar como eu sou, por estar sempre ao meu lado. Te amo imensamente.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade investigar a atuação do interventor João Punaro Bley durante o Estado Novo, dando ênfase na relação entre interventoria e as elites políticas. Inicialmente buscamos contextualizar a Era Vargas à nível nacional e regional, identificamos o campo intelectual de apoio às reformas estadonovistas, a fim de compreender o aparato intelectual utilizado na *práxis* política. Ademais, investigamos a recepção do projeto varguista no Espírito Santo a partir de estudos já feitos, além do diálogo com as fontes. Toda a proposta investigativa desse trabalho, foi possível a partir da identificação dos membros dessa elite e os mecanismos de atuação dentro poder estatal. Destarte, buscamos recriar as redes de contato e de ação entre elites e interventoria, compreendendo as repartições públicas como o campo em que essas forças se estabeleceram. Como fonte utilizamos uma documentação ainda inexplorada nos estudos sobre a Era Vargas no Espírito Santo – Fundo de Governadoria do Espírito Santo – radiogramas, telegramas e ofícios, além do manuscrito e entrevistas do interventor, bem como alguns periódicos da época: revista *Vida Capichaba* e o jornal *Diário da Manhã*. Diante dessa farta documentação estabelecemos a análise de conteúdo como principal recurso metodológico, além da teoria de redes de sociabilidade para reconhecer as articulações necessárias à readaptação das elites nos espaços de poder e da atuação da interventoria. Nossa hipótese norteou a construção desse trabalho, ela consiste em perceber que parte da elite política, inclusive a de forças contrárias a Vargas, foram realocadas nos espaços de poder, indo na contramão ao discurso de ruptura aos regionalismos, característico do Estado Novo. Quanto aos aspectos teóricos, nos apoiamos, principalmente, nos conceitos: de *poder simbólico* para compreender a ação entre interventor e elites; *campo* a fim de perceber as estratégias e recursos utilizados para ocupar os espaços de poder; e *elites*, conceito fundamental para identificar a origem e a força dos grupos diante de um novo momento na história política brasileira, que foi o Estado Novo.

**Palavras-Chave:** Estado Novo, Elites Políticas, Espírito Santo, Interventoria.

## ABSTRACT

This research aims to investigate the performance of João Punaro Bley during the Estado Novo, emphasizing the relationship between interventoria and political elites. Initially, we sought to contextualize Era Vargas at the national and regional levels, we identified the intellectual field in support of the Estonian reforms, in order to understand the intellectual apparatus used in political praxis. In addition, we investigated the reception of the Vargas project in Espírito Santo from studies already done, in addition to the dialogue with the sources. The entire investigative proposal of this work was possible from the identification of the members of this elite and the mechanisms of action within state power. Thus, we seek to recreate the networks of contact and action between elites and interventoria, understanding the public offices as the field in which these forces established themselves. As a source we used documentation still unexplored in the studies about the Era Vargas in Espírito Santo - Espírito Santo Governance Fund - radiograms, telegrams and trades, besides the manuscript and interviews of the intervener, as well as some periodicals of the time: magazine *Vida Capichaba* and the newspaper *Diário da Manhã*. Faced with this abundant documentation, we established content analysis as the main methodological resource, as well as the theory of sociability networks to recognize the articulations necessary for the readaptation of the elites in the spaces of power and the intervention of the interventoria. Our hypothesis guided the construction of this work, it consists of realizing that part of the political elite, including that of forces opposed to Vargas, were relocated in the power spaces, going against the discourse of rupture to regionalisms, characteristic of the Estado Novo. As for the theoretical aspects, we rely mainly on the concepts of symbolic power to understand the action between interventor and elites; field in order to perceive the strategies and resources used to occupy the spaces of power; and elites, fundamental concept to identify the origin and the strength of the groups before a new moment in the Brazilian political history, that was the Estado Novo.

**Keywords:** Estado Novo, Political Elites, Espírito Santo, Interventoria.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Rede de relações de Interventores até o advento do Estado Novo .....	55
<b>Figura 2:</b> Telegrama parabenizando João Punaro Bley pelo Cargo de presidente do PSD ....	66
<b>Figura 3:</b> Telegrama destinado a Punaro Bley alertando sobre as ameaças.....	70
<b>Figura 4:</b> A rede familiar Souza Monteiro .....	77
<b>Figura 5:</b> Redes de sociabilidade da política partidária capixaba em vésperas do golpe do Estado Novo (1934-1937) .....	83
<b>Figura 6:</b> Entrega da bandeira do Brasil ao Interventor do Espírito Santo, em 1938.....	85
<b>Figura 7:</b> Poesia “Samba” apresentando a devassidão e sensualidade do gênero musical, associando-o ao comunismo.....	89
<b>Figura 8:</b> Fragmento de uma matéria sobre um suposto plano da União Soviética em incendiar as igrejas católicas .....	90
<b>Figura 9:</b> Matéria sobre o integralismo apresentando, com elogio, os principais membros do partido .....	91
<b>Figura 10:</b> Família integralista e reunião dos membros da AIB, no interior do Espírito Santo .....	92
<b>Figura 11:</b> Matéria sobre a participação de Jair Etienne Dessaune na sessão da AIB em São Paulo, em 1932 .....	94
<b>Figura 12:</b> Rede de sociabilidade: políticos eleitos (prefeitos e vereadores) pelo AIB nas eleições de 1935/36 no Espírito Santo.....	95
<b>Figura 13:</b> Rede de sociabilidade entre políticos e João Punaro Bley .....	100
<b>Figura 14:</b> A recepção do Diário da Manhã ao Estado Novo.....	104
<b>Figura 15:</b> Rede de sociabilidade: nomeações realizadas logo após a promulgação do Estado Novo .....	106
<b>Figura 16:</b> Ofício Expedido pelo Secretário da Fazenda Gentil Dessaune de Almeida para o interventor.....	115
<b>Figura 17:</b> Rede de Sociabilidade dos secretários que advinham de um núcleo familiar de proprietários de terras .....	123
<b>Figura 18:</b> Visita do Ministro da Agricultura ao Espírito Santo .....	125
<b>Figura 19:</b> Carta de Augusto Seabra Moniz ao interventor pedindo sua colocação na Companhia.....	129
<b>Figura 20:</b> Solicitação de envio de ofício para Getúlio Vargas .....	131

<b>Figura 21:</b> Resumo do discurso presidencial acerca da participação do Brasil na Guerra....	135
<b>Figura 22:</b> Discurso de Jones dos Santos Neves sobre o fim da Guerra e a redemocratização nacional.....	137

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> O Comunismo no Jornal Diário da Manhã .....	88
<b>Gráfico 2:</b> Profissões dos dirigentes políticos .....	121

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Governo Provisório até o golpe do Estado Novo .....	56
<b>Quadro 2:</b> Quadro demonstrativo do aparato legislativo sobre as interventorias .....	113
<b>Quadro 3:</b> Corpo legislativo do Espírito Santo até novembro de 1937 .....	118
<b>Quadro 4:</b> Composição das Secretarias durante o governo de João Punaro Bley (1937-1945) .....	120
<b>Quadro 5:</b> Secretários nomeados para o governo de Jones dos Santos Neves .....	134

## **LISTA DE SIGLAS**

**AIB** – Ação Integralista Brasileira

**ANL** – Aliança Nacional Libertadora

**APEES** – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

**BANESTES** – Banco do Estado do Espírito Santo

**CNRC** – Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo

**CPDOC/FGV** – Centro de Pesquisa e Documentação / Fundação Getúlio Vargas

**CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce

**DEIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda

**DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social

**IJSN** – Instituto Jones dos Santos Neves

**LEC** – Liga Eleitoral Católica

**PL** – Partido da Lavoura

**PL** – Partido Libertador

**PRD** – Partido Republicano Democrático

**PRR** – Partido Republicano Rio-Grandense

**PSD** – Partido Social Democrático

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> O Comunismo no Jornal Diário da Manhã.....	87
<b>Tabela 2:</b> Total de produtos do Espírito Santo que foram exportados .....	125

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA ESTADONOVISTA E O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b> .....	29
1.1 – A necessidade da ordem para o progresso .....	30
1.2 – A explosão nacionalista .....	36
1.3 – Os intelectuais autoritários e a busca por um resgate nacional .....	39
1.4 – A trilha de Getúlio Vargas e João Punaro Bley para o Estado Novo .....	47
<b>CAPÍTULO II: ARRANJOS E REARRANJOS: A POLÍTICA CAPIXABA EM CHEQUE NOS ANTECEDENTES DO ESTADO NOVO</b> .....	73
2.1 – O Espírito Santo em vias do golpe de 1937.....	73
2.2 – O Espírito Santo se reveste de “novo” .....	95
2.3 – As (re)adaptações advindas com o Estado Novo .....	101
<b>CAPÍTULO III: A CONSTRUÇÃO DA ELITE POLÍTICA CAPIXABA</b> .....	109
3.1 – O campo político capixaba e seus agentes .....	111
3.2 – A ação das elites políticas dentro do cenário capixaba .....	123
3.3 – A crise do Estado Novo .....	131
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	138
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	141
Documentação Primária .....	141
Bibliografia de Apoio .....	141

## INTRODUÇÃO

O retrato político brasileiro é encarado pelos cidadãos como “mais do mesmo”, quase como um espetáculo teatral, no qual alguns personagens se consagram e apadrinham novos, enquanto outros acabam esquecidos, dando margem para outros tentarem a sua chance. Em cada nova peça, escutamos que o enredo será diferente, e de fato ele pode apresentar mudanças, mas os personagens estão lá, mocinhos, vilões e coadjuvantes. A atenção da plateia se concentra na atuação dos atores, esses podem encarnar posições maniqueístas para compor a interpretação de seus personagens, adotando posturas e princípios que podem mudar ao longo da peça, a plateia pode simpatizar com eles ou odiá-los. A postura do personagem muda ao longo da peça, mas o ator é sempre o mesmo.

Assim como a peça teatral é a política, sempre que elegemos um novo representante, estamos escolhendo o nosso ator favorito. Apoiamo-nos em sua proposta política, ou melhor, em sua interpretação. Grande parte das propostas se repetem, sendo apenas adaptadas ao momento em que se apresentam. Os portadores desse discurso, em geral, são oriundos de uma tradição, por vezes familiar, de domínio político, assim, acabamos seduzidos mais por um sobrenome do que por uma proposta. Contudo, é importante destacar que, apesar da dominação política de certos grupos, elementos exteriores acabam por penetrar nessa estrutura tradicional, e adquirem prestígio e reconhecimento, mas não é dessas exceções que almejamos nos debruçar em nossa reflexão.

Entender as regras do jogo político varguista, tendo o Espírito Santo como campo de ação, se tornou a proposta desta dissertação. Os protagonistas dessa reflexão são: João Punaro Bley, o interventor, e as elites políticas. A trama da narrativa histórica se concentra na relação do interventor com as elites estabelecidas no Espírito Santo durante o Estado Novo.

Convém ressaltar que, apesar do Estado Novo representar um momento de centralização de poder que não fora experimentado em nenhum outro momento da Era Vargas, a figura da interventoria e de seu representante já eram conhecidos no cenário político capixaba. Isso poderia nos levar a conclusões de que o que se deu, durante esse período, foi a continuidade de um projeto já iniciado. Por mais que isso possa se constituir como parte de um projeto, o Estado

Novo inaugurou novas formas de relações políticas, o que acarretou mudanças consubstanciais na dinâmica política até então experimentada.

Assim, objetivamos compreender, nesta dissertação, a relação de Punaro Bley com as elites, a fim de compreender como se davam as diligências de nível federal com as do plano estadual. Para isso, é preciso trazer à luz da discussão a figura do interventor e da interventoria, a sua relação com Vargas, e destacar as figuras proeminentes do cenário político capixaba, do período em questão.

A historiografia percebe a década de 1930 como um momento em que se inaugurou no Brasil um novo cenário político marcado por ações que buscavam uma consciência nacional, bem como o projeto de limitação do poder político das elites dirigentes. Tais ações promoveram um contexto de redefinições de protagonistas políticos e de mecanismos que visavam efetivar a política centralizadora que marcou a Era Vargas.

Dentro dos estudos sobre a Era Vargas, o período do Estado Novo (1937-1945) é encarado como um objeto de amplo interesse para a historiografia brasileira, e, atrelada a esse período, a historiografia também se debruça de modo especial sobre debates acerca da figura de seu grande protagonista – Getúlio Vargas –, que incorporou para si a imagem de símbolo vivo da pátria. Bóris Fausto (2006) credita a articulação entre o controle e a simpatia como elementos fundamentais para a construção imagética que Vargas adota para si, o que serviu para estabelecer a sua figuração política e sua recepção por aqueles que o adoravam e por aqueles que o repudiavam, pois,

em torno de sua personalidade e de sua ação política ergueram-se um culto e uma repulsa. O culto foi tecido com a imagem do homem que esteve à frente das transformações econômicas e sociais, como um nacionalista que resistiu aos trustes estrangeiros, como o primeiro estadista a vir em socorro dos “humildes”, implantando no país uma legislação trabalhista. A repulsa batia em teclas pessoais – a frieza, o caráter dissimulado – e em traços negativos do homem público, entre eles o autoritarismo, que atingiu sua forma plena no Estado Novo, e a manipulação assistencialista dos trabalhadores (FAUSTO, 2006, p. 12-13).

A produção historiográfica brasileira apresenta inúmeros trabalhos destinados à compreensão da Era Vargas. Entretanto, os estudos tendem a se concentrar numa perspectiva “*macro*” da História, construindo uma análise das estruturas que contribuíram para estabilidade do governo. Poucos são os estudos que investigam a atuação regional da política varguista e, quando feitos, tendem a se limitar aos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, que se

destacaram dentro da Primeira República e durante a Era Vargas. Esses estudos estendem essa compreensão para a realidade nacional, não levando em consideração as especificidades dos estados que, certamente, sentiram o impacto das mudanças políticas de maneira diferenciada. Para isso, utilizaremos de obras que discutem as mudanças políticas dentro do cenário nacional.

Boris Fausto (1999) discute a prerrogativa de que o Estado Novo é o sinônimo de uma ruptura definitiva com as oligarquias políticas. Para Fausto (1999), ainda que a Revolução de 1930 fosse um reflexo da necessidade de um reajuste das estruturas nacionais e pusesse fim à hegemonia cafeicultora, a Revolução não se colocava como uma opositora radical entre os interesses agrários e os interesses industriais.

Consideramos, em princípio, que o que ocorreu foi uma relação conciliatória entre os representantes da classe agrária e os industriais, sendo o Estado centralizador o intermediador dessa relação. Fausto (1999) categoriza esse período como fundamental para a criação do *Estado de Compromisso*, que não se limitou apenas ao Governo Provisório, mas se estendeu durante todo o Estado Novo. Carone (1976) destaca que, através do Estado de Compromisso, vários segmentos da sociedade, como a Igreja, os industriais, as oligarquias estaduais, firmaram pactos com governo.

As autoras Ângela Maria Castro Gomes, Lúcia Lippi Oliveira e Mônica Pimenta Velloso escrevem a obra *Estado Novo: Ideologia e Poder* (1982) com a proposta de trazer à discussão os veículos ideológicos para a construção da política utilizada no período em questão. Para as autoras, é importante questionar e indagar os princípios doutrinários que ganharam forma durante os anos 1937-1945 para se compreender as relações entre culturas estabelecidas e as formas de organização política e econômica dentro das esferas regionais e nacional.

Eli Diniz (1989) vem a complementar o pensamento acerca da relação entre o poder central e as regiões. Segundo a autora, a política nacional se baseava num complexo jogo de influências, em que nenhum dos grupos conseguiu impor-se frente aos demais. Dessa forma,

[...] o controle do poder central sobre o processo decisório deve ser entendido num sentido relativo, na medida em que a consolidação das tendências coercitivas e centralizadoras que, a partir da mudança do regime político, passa a ser a tônica do reaparelhamento estatal, implicaria não uma exclusão da influência, senão uma

redefinição dos canais de acesso e influência, através dos quais a interferência dos diferentes grupos se faria sentir a partir de então [...] (1989 p.85).

Maria Celina D'Araújo (1999) atenta para o fato de que a modernização administrativa não perdeu a sua característica autoritária, sendo o Estado Novo o ápice da política centralizadora e intervencionista iniciada ainda no Governo Provisório: “o Estado brasileiro se firmava através de Vargas como formulador e antecipador dos interesses da sociedade” (D'ARAÚJO, 2000, p 30).

Ângela Maria de Castro Gomes (2007) evoca a ideia de trabalhismo em Vargas, já que o Estado Novo tem como seu alicerce, inicialmente, o medo do comunismo, o que gerou um discurso anticomunista, destacando-se uma possível desintegração social, e, com a intenção de bloquear essa desintegração, o Estado deveria agir como a instituição que harmonizaria a sociedade. Com o crescimento das reivindicações por parte dos trabalhadores, o Estado passa a adotar outro discurso, que visava garantir mecanismos para esses trabalhadores. Esses autores trabalham as mudanças das estruturas institucionais, destacando um novo perfil do país. O uso de suas obras é relevante para compreendermos a nova atmosfera política, e como tais mudanças foram absorvidas dentro das regiões.

Sabe-se que o Espírito Santo teve a sua economia e política associadas à produção agrícola durante o Império e a Primeira República. As mudanças políticas evidenciadas no Estado Novo merecem atenção, e parte dessa dissertação objetiva compreender como as elites políticas, que outrora dirigiam o estado, se valeram dessas mudanças para se realocarem pragmaticamente dentro do novo plano de governo, daí a necessidade de levantar estudos de outras regiões que se debruçam em analisar a realocação de parte dessa elite, e o surgimento de novos atores no campo político. Portanto, é necessário realizar um retrato nacional para se compreender a realidade regional.

Com essa ruptura advinda do governo de Vargas, podemos cair na interpretação de que a política nacional já não se encontrava nas mãos das oligarquias. A Primeira República foi dominada por governos que advinham da coalisão entre os Estados, que, por sua vez, eram formados pelo apoio mútuo entre coronéis e governadores, o Estado Novo surgiu e as decisões passaram a advir do centro do poder nacional, e eram absorvidas pelos estados por meio dos interventores escolhidos por Vargas.

Todavia, ao nos debruçarmos sobre as mudanças estruturais, podemos deduzir que a posição política das elites regionais estava enfraquecida ou se acabara, corroborando a narrativa de ruptura. Recentes estudos, como o de Codato (2008), revelam que as mudanças institucionais não podem ser interpretadas como agentes de uma “destituição” das elites.

O Estado Novo e Vargas representam, juntos, um novo pensar político que marca o incremento do Estado nacional brasileiro. Embora isso não signifique que as figuras que compunham as elites abandonassem a representatividade política que até então tinham. Portanto, acabaram por adaptar-se às suas relações de troca de benefícios, dentro desse novo modelo de Estado.

Frente a esse cenário, propomos, através de nossa pesquisa, compreender a relação entre elites regionais e interventoria – no âmbito político e cultural, partindo da hipótese de que parte da elite política, inclusive a de forças contrárias a Vargas, foram realocadas nos espaços de poder. Para isso, utilizamos os documentos disponíveis no Fundo de Governadoria do Arquivo Público do Espírito Santo e jornais, na busca de compreender como João Punaro Bley mediou a relação entre governo e elites regionais.

\*\*\*

Elites regionais e interventoria são os eixos norteadores desta pesquisa. João Punaro Bley, na figura de interventor, é aqui percebido dentro de suas narrativas à frente dos espaços de poder – interventoria e secretarias – e amparado pela construção de redes sociais, reproduzindo, ao máximo que pode, as mudanças e planos constituídos no Estado Novo.

Visando compreender como o Espírito Santo se projetou politicamente nesse novo cenário nacional, esta dissertação visa contribuir para o entendimento de um dos períodos mais importantes da história nacional. Para isso, nos orientamos pelas seguintes indagações: como se articulou a figura do interventor João Punaro Bley nos anos do Estado Novo? Como se deram as relações entre o interventor e as elites políticas capixabas?

Para responder tais perguntas, e diante da inexistência de estudos que versam sobre esse período, utilizamos de fontes diversas. Sobre João Punaro Bley, coletamos entrevistas, memórias de sua própria autoria, e matérias jornalísticas a seu respeito. Quanto a Getúlio Vargas, coletamos matérias jornalísticas e usamos seus diários de governo. Por fim, a respeito

das elites políticas regionais, cotejamos a produção historiográfica existente, através da qual identificamos os grupos de destaque no início do século XX, e informações obtidas também por meio de fontes como ofícios e matérias jornalísticas.

Diante dessa pluralidade de fontes, partimos para uma busca e análise de obras que se propuseram a um exercício semelhante. Dentre elas, destacamos Love e Barickman (2006), que apresentam um estudo sobre as elites regionais de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco. Nesse estudo, são traçados a posição social, as relações de parentesco, o grau de instrução, além dos mecanismos que possibilitam o estabelecimento das elites, bem como a sua manutenção no poder. Os autores também atentam para a elite que emergiu a partir da Revolução de 1930. Nesses três estados, segundo eles, aproximadamente um quarto de toda elite se manteve dentro das estruturas políticas ao migrarem para os partidos de apoio a Getúlio Vargas. Aqueles que não migraram, representavam o desejo de manutenção da Primeira República. Acerca disso, os autores também destacam que, apesar da migração de parte das elites políticas já conhecidas, diferenças marcam a experiência desses três estados:

São Paulo possui a maior proporção de recém chegados, 37%. Esse padrão deve muito à formação de novos partidos políticos assim como a intervenção federal. Minas não sofreu intervenção federal, ainda que tenha um percentual maior de recém chegados que Pernambuco, onde o *establishment* foi deposto. (LOVE; BARICKMAN, 2006, p 87).

Além disso, destacamos a tese de Adriano Nervo Codatto (2008), que busca estabelecer a relação entre elites políticas estaduais e instituições de governo durante o regime do “Estado Novo” no Brasil, apresentando que as elites se readaptaram aos espaços de poder existentes no período, ocupando cargos nos Departamentos Administrativos. Também destacamos a tese de Sandra Maria do Amaral (2006), que investiga a desarticulação da parte de antigas elites políticas do Rio Grande do Sul, e a realocação das elites dissidentes dentro do aparelho estatal, bem como a relação dessas com a interventoria.

Quanto ao caso do Espírito Santo, poucos estudos se concentram em entender as continuidades e rupturas da política capixaba durante a Era Vargas. Nomes como Marta Zorzal e Silva (1995), João Gualberto Moreira Vasconcellos (1995), e Carlos Vinícius Costa de Mendonça (2002) são conhecidos por tecerem seus trabalhos a partir das mudanças ocorridas com o governo getulista, sejam elas de caráter social, econômico ou educacional.

Sobre o caráter político da Era Vargas, Achiamé (2005) realiza um trabalho pioneiro sobre as elites políticas e suas articulações dentro do reformismo autoritário no período do Governo Provisório e Constitucional da Era Vargas (1930-1937). O autor se propõe a analisar as principais ações das elites políticas capixabas com atividades desenvolvidas durante o reformismo autoritário, a fim de evidenciar a integração entre essas elites regionais e o representante do poder central, para estabelecer o sentido geral da gestão política no estado do Espírito Santo.

Os limites e as intenções de cada um desses estudos evidenciam a necessidade da realização do presente estudo. As fontes aqui citadas foram encontradas nos arquivos do Fundo de Governadoria, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Arquivo Público do Espírito Santo, as entrevistas e memórias estão disponíveis para consulta no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), os diários de Getúlio Vargas foram publicados pela Fundação Getúlio Vargas, e os jornais *Diário da Manhã* e *A Gazeta*, se encontram para consulta no site da Hemeroteca Digital e no Arquivo Público do Espírito Santo.

Sabemos que um arcabouço metodológico consistente é fundamental para a construção da narrativa historiográfica, contudo, diante da diversidade de fontes e do objetivo proposto nesta dissertação, se tornou inviável utilizarmos apenas o complexo categorial dentro da análise de conteúdo, como proposto do Laurence Bardin (1977). Por isso, lançamos mão de outras ferramentas necessárias para construir um trabalho historiográfico efetivo. Assim, para compreender a propaganda política e até mesmo o uso da imprensa como veículo informativo e de formação da opinião pública, utilizamos da abordagem linguística tendo como autores norteadores Pocock (2003) e Skinner (2005). Pocock atenta que

Tem-se dito, em objeção à posição de Skinner, que as palavras de um autor não são dele próprio, que a linguagem que ele usa para efetivar suas intenções pode ser tomada dele e utilizada por terceiros em vista de outros efeitos. Até certo ponto isso é inerente à natureza da própria linguagem. A linguagem que um autor emprega já está em uso. Foi utilizada e está sendo utilizada para enunciar intenções outras que não as suas. Sob esse aspecto, um autor é tanto o expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto o inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é usada. Mas o mesmo que ele fez com outros autores e suas linguagens pode ser feito com ele e sua linguagem (POCOCK, 2003, p.29).

À vista disso nos amparamos na compreensão do recurso linguístico quando observamos a imprensa, tendo em perspectiva que a linguagem detém autonomia e que seus significados são frutos de pressões externas e internas que se modificam dentro do tempo e espaço. Assim, compartilhamos com a visão de Pocock (2003, p.57), ao vislumbrar que a linguagem e a experiência, nesse caso, a experiência política, sejam percebidas dentro de uma relação diacrônica, ambivalente e problemática.

\*\*\*

Nossa pesquisa se insere na área denominada História Social das Relações Políticas e Sociais e está fundamentada nos conceitos de política e poder, afinal, buscamos analisar o momento político nacional constituído no Estado Novo, bem como as relações de poder estabelecidas em nível nacional e regional, por meio do arcabouço teórico-metodológico da Ciência Política, observada nos intelectuais que se debruçaram sobre estudos políticos – Pareto (1984), Mosca (1966) e Michels (1982) – e também nos estudos de Pierre Bourdieu (1989) sobre *campo político*. Para construir a nossa narrativa historiográfica, foi necessário um auxílio teórico relativo a conceitos, como: elite, política, poder, estado autoritário, campo, capital cultural e redes de sociabilidade.

O conceito de *elites* é amplo e carregado de diversos significados. Geralmente é utilizado para caracterizar grupos que ocupam o topo das decisões políticas e sociais, bem como dos recursos econômicos. Para este trabalho, utilizaremos a compreensão de que as elites políticas são, por vezes, heterogêneas, mas que compartilham um objetivo comum, que é o de permanecer no controle das decisões. Dessa forma, dialogamos com a discussão levantada por Busino (1992), que compreende as elites como um grupo minoritário carregado de privilégios, sejam eles naturais (raça, família) ou de qualidades adquiridas (enriquecimento, aptidões).

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) destacam que a teoria das elites se desenvolveu a partir de estudos que visavam compreender e caracterizar as elites políticas, visto que “[...] o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância” (p 385). Heinz (2006) destaca que as elites não devem ser compreendidas numa perspectiva uníssona dentro das esferas econômica ou política, visto que a busca pelo prestígio, enriquecimento, reconhecimento, não pode ser reduzida a apenas uma dimensão.

Autores clássicos como Pareto (1984), Mosca (1966) e Michels (1982) trazem à discussão a capacidade de organização dessas elites, em prol da manutenção das estruturas sociais que as beneficiam, a fim de manter o monopólio político.

Portanto, compreendemos que o conceito de *elite* é flexível, mas que os autores compartilham da ideia de que, para se constituírem e se manterem dentro desse segmento, esse grupo social utiliza do carisma, da influência e até mesmo da força. Tal conceito relaciona esse grupo a atividades burocráticas, intelectuais, religiosas e até mesmo secretas, como abordado por Achiamé (2005). Assim, é possível inferir que, apesar de descentralizadas, as elites se articulam estruturalmente.

Por meio do conceito de *poder*, se analisará a maneira como Getúlio Vargas exerceu a sua posição política, pondo em prática os seus planos de governo, e como as elites regionais se adaptaram a essa nova realidade nacional, a fim de se manterem no centro das decisões regionais.

Para isso, lançaremos mão do conceito de *poder* proposto por Bourdieu (1989) em *O Poder Simbólico*. Para o autor, “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p 07). Trata-se de um poder que se deixa ser invisível, introspectivo na sociedade, que o enxerga quase como naturalizado, sendo que tais características são propositais para que se legitime outros poderes e atos. Assim, esse poder se constitui como “[...] um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social) [...]” (BOURDIEU, 1989, p 09).

O conceito de *capital cultural* se mostra fundamental para a compreensão de classes e o seu posicionamento na sociedade. A cultura, para Bourdieu (1989), deve ser considerada ampla e fundamental para se compreender as relações sociais e as estruturas da sociedade. Dessa forma,

[...] o mundo social pode ser concebido como um espaço multi-dimensional construído empiricamente pela identificação dos principais fatores de diferenciação que são responsáveis por diferenças observadas num dado universo social ou, em outras palavras, pela descoberta dos poderes ou formas de capital que podem vir a atuar, como azes num jogo de cartas neste universo específico que é a luta (ou

competição) pela apropriação de bens escassos [...] (BOURDIEU, 1989, p 04, tradução nossa).

Para Bourdieu (1989), a classe dominante utiliza de estratégias para manter a sua posição na sociedade. Tais estratégias partem da ideia de uma “cultura legítima”, ou seja, essa classe distingue, define e impõe para o resto da sociedade aquilo que considera bom, “[...] esta classe sabe distinguir a afirmar e impor uma identidade a todos, legitimando uma certa visão do mundo social [...]” (p. 05, tradução nossa).

Nesse sentido, o conceito de *estado autoritário* torna-se fundamental para a nossa pesquisa, visto que é dentro dele que se fundamentaram as relações de poder no Estado Novo (1937-1945). Ademais, compreender o estado autoritário, bem como sua interpretação dentro do pensamento de intelectuais do período em questão, como Azevedo Amaral (1938), Francisco Campos (2001) e Oliveira Vianna (1892), é fundamental. Para Amaral (1938), o

[...] estado autoritário baseia-se na demarcação nítida entre aquilo que a coletividade social tem o direito de impor ao indivíduo, pela pressão da maquinaria estatal, e o que forma a esfera intangível de prerrogativas inalienáveis de cada ser humano (p. 156).

Sobre o tema *autoritarismo*, uma ideia interessante para a nossa pesquisa está presente em *O Idealismo da Constituição*, de Oliveira Vianna (1927), em que o autor expõe o que ele entende como as prerrogativas do presidente, “[...] do que precisamos é do Presidente único. Isto é, do Presidente que não dívida com ninguém sua autoridade; do Presidente soberano, exercendo, em suma, seu poder em nome da Nação, só a ela subordinado e só dela dependente” (p. 207).

Diante disso, no fragmento, está indicado o ideal de um governante dotado de virtude, capaz de gerir a sociedade sozinho, pois esse seria capaz de interpretar e traduzir as necessidades sociais, bem como as soluções para os problemas da sociedade. O referido conceito ajudará a compreender a concentração de forças nas mãos de Vargas, e a forma como os intelectuais da época interpretavam esse tipo de postura.

Por fim, para analisar a fundamentação do ideal castilhista é necessário recorrer, também, ao conceito bourdieusiano de *campo*, definido como “[...] um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos *actos* ou nos discursos que eles produzem, têm sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções [...]” (BORDIEU, 2004, p. 179). Assim, o campo que utilizamos é o político, no qual as ações

individuais ou coletivas tendem a se constituírem a partir de uma legitimação, que é criada e alterada a partir das ações desses grupos.

Diante da dinâmica estabelecida dentro das relações políticas, utilizamos a teoria das redes sociais, pois essa se apresenta como um instrumento poderoso para compreender e dinamizar as relações estabelecidas no período estadonovista. Assim, ao interpretarmos as fontes, podemos destacar as relações construídas entre as personalidades observadas, tornando possível a compreensão imagética do conflito ou do acordo observado, e o estabelecimento de um padrão comportamental dentro das interações políticas, que também se constituem como interações sociais, pois correspondem à sociedade de uma época, que se constitui, por sua vez, como “uma teia de redes sobrepostas, que podem ser medidas, modeladas e comparada (SCHOR, 2011, p.13).

O conceito de *redes de sociabilidade* se relaciona à concepção social desenvolvida por Simmel (2006), que compreende as relações políticas como derivadas das interações entre indivíduos, devendo ser compreendidas a partir de suas individualidades e influência que exercem entre si. Assim, afirma o autor,

[...]instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outras situações fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade – mais exatamente, uma sociedade (p. 60).

Ao nos ampararmos, também, na teoria de redes de sociabilidade partimos do princípio de que as relações pessoais se estabelecem a partir da troca de influências e experiências vividas no cotidiano, que se manifestam por uma amplitude de razões e desejos. Para pensarmos na dinâmica entre a figura do interventor e as elites políticas, as redes de sociabilidade se constituíram como uma teoria que possibilitou a construção imagética das relações e da dinâmica política regional pois, tornou possível compreender a interação social dentro do processo político que inaugurou um novo fazer político, que foi o Estado Novo.

No que tange ao método utilizado no tratamento das fontes, utilizamos a análise de conteúdo, como proposto por Laurence Bardin (2011), devido a sua abrangência. A aplicação da análise de conteúdo foi fundamental pois a documentação utilizada é ampla, utilizamos documentos

oficiais, revistas, jornais, diários, entrevistas e imagens. A opção por essa farta documentação se deu devido à inexistência de pesquisas históricas que compreendessem os recortes de tempo e espaço aqui abordados. Assim, para apresentarmos a construção da relação entre interventor e elites optamos por utilizar a documentação disponível.

Com o auxílio desses conceitos e de tal metodologia, construímos um processo de análise qualitativa. Como a análise de conteúdo “está intimamente relacionada ao tipo de fala a que se dedica e ao tipo de interpretação que pretende” (BARDIN, 2011, p. 32), nossa análise não se concentra na quantidade de relações estabelecida entre interventoria e elites regionais, mas sim em mapear, identificar e categorizar as relações estabelecidas, para identificar como se deu a manifestação da política estadonovista no Espírito Santo, bem como a adaptação das elites regionais.

\*\*\*

Esta dissertação está estruturada em cinco partes: esta introdução, três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, apresentamos a formação da personalidade política de Getúlio Vargas e de João Punaro Bley, relacionando-as com os intelectuais autoritários brasileiros, para assim compreender a implementação da política estadonovista. Para isso, utilizamos das memórias de João Punaro Bley e das obras que tratam sobre a vida de Vargas, como Lira Neto (2013) e Boris Fausto (2006). Sobre a formação intelectual e o projeto de governo, utilizamos as obras de Comte (1998) e dos intelectuais contemporâneos a Vargas, como, Oliveira Vianna (1927) e Azevedo Amaral (1938).

No segundo capítulo, buscamos compreender quais foram os mecanismos de justificativas para o golpe de Estado Novo, bem como a recepção do golpe por meio da imprensa e dos documentos disponíveis no Fundo de Governadoria do Espírito Santo. Investigamos o clima de tensão no curto espaço democrático da Era Vargas (1934/36), e a recepção do integralismo e do comunismo no Espírito Santo. Também buscamos apresentar as elites regionais e a forma como elas conduziram sua posição frente as eleições, para depois transpor a atuação desse grupo no golpe de Estado Novo.

No terceiro e último capítulo, discutimos a recepção do golpe de Estado Novo no Espírito Santo e como se deu a realocação de parte das elites regionais dentro da esfera pública. Apresentamos

parte das personalidades políticas que se realocaram na esfera pública, bem como os cargos e posições que ocupavam antes do golpe, também apresentamos, brevemente, a transição dos interventores João Punaro Bley e Jones dos Santos Neves no final do Estado Novo.

## CAPÍTULO I A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA ESTADONOVISTA E O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Neste capítulo, objetivamos construir um panorama acerca da política estadonovista e de sua recepção no Espírito Santo. Inicialmente, abordaremos a formação da política de Vargas até o advento do Estado Novo, evidenciando a ligação das elites com João Punaro Bley, a fim de compreender as influências para a concepção da política centralizadora que fora implementada nesse período. Como um de nossos alicerces, utilizaremos o gênero biográfico, que contribui para uma efetiva análise histórica. Sabemos que, devido ao estruturalismo histórico, o uso de biografias se tornou marginalizado, contudo, quando o historiador utiliza somente de categorias interpretativas pré-determinadas, isso pode tornar as análises rígidas, por isso, consideramos necessário reestabelecer caminhos metodológicos que levam em consideração destinos individuais, percebendo-os dentro da própria construção social, uma vez que a história é feita por pessoas.

Loriga (1998) pondera que a retomada do uso do gênero biográfico despertou em alguns historiadores o receio do abandono da “história problema”, para um retorno ao factual e cronológico. O historiador Jacques Le Goff (1990) considera a biografia um gênero problemático, ao afirmar que “o que me desola na atual proliferação de biografias é que muitas delas são uma volta pura e simples à biografia tradicional superficial, anedótica, puramente cronológica, que se sacrifica a uma psicologia ultrapassada, incapaz de mostrar significação” (LEGOFF, 1990, p. 49-50). Ironia ou não, esse mesmo historiador veio a publicar, alguns anos depois, uma elogiada biografia de São Luís.

Diante desse debate, a biografia não deve ser construída a partir de uma narrativa heroica, predominantemente maniqueísta, mas sim, ressaltando-se as características dos personagens que os tornam identificáveis ao que é “comum”, buscando-se construir e transpor as múltiplas experiências que constituem o indivíduo, articulando-se a própria construção narrativa dentro da imprevisibilidade que constitui a vida. Com isso, o que seriam, para o observador, incoerências, que por vezes se tornavam motivos de silenciamento, deixaram de ser ignoradas, passaram a ser incluídas dentro da análise histórica, pois fazem parte do agir humano dentro do tempo. Em suma, afirma Loriga (1998),

[...] enquanto a biografia heroica coloca como óbvia uma harmonia entre o particular e o geral (e, poder-se-ia dizer, uma simples extensão, como na sinédoque), a biografia coral concebe o singular como um elemento de tensão: o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado (p. 249).

Diante disso, é imprescindível lançar mão de um entendimento acerca da formação teórico-doutrinária do próprio Getúlio Vargas, bem como dos intelectuais que ajudaram a formar e legitimar a (re)construção nacional, como eles próprios se referiam. Assim, entendemos que muitas narrativas contribuem para o imaginário da *persona* política de Vargas, com uma aura de mistério, quase como uma esfinge<sup>1</sup>, que conseguiu estabelecer certa mediação em uma situação política deveras conflituosa.

Seduzidas também pelo momento varguista da política nacional as narrativas buscam estabelecer uma análise da constituição do Estado Novo. Aqui concordamos com Rémond (2003), quando afirma que a construção histórica tem “uma relação entre a realidade observada e o olhar que a observa” (p. 14). Isso porque entendemos que a construção de uma Nova História Política partiu da necessidade de se

[...] considerar alternadamente as mudanças que afetaram o político e as modificações ocorridas no espírito dos historiadores que preferiram fazer dos fenômenos políticos o objeto principal de seu estudo. E isso tanto para ontem como para hoje, para os períodos prósperos da história política como para seus tempos de desgraça e retraimento (REMOND, 2003, p.14).

Após essas considerações, realizaremos uma breve análise da construção política de Vargas e, também, dos anos iniciais do Estado Novo, apontando as questões do Espírito Santo, visto que esse incorpora o espaço principal de análise deste trabalho.

### **1.1 A necessidade da ordem para o progresso**

Para compreendermos os jogos políticos e a ação das instituições governamentais durante a Era Vargas, e principalmente no período do Estado Novo, é necessário trazermos à discussão a produção intelectual acerca da Era Vargas, sobretudo a que discute a formação intelectual de Vargas. Ademais, levantar uma discussão acerca da influência positivista, nos moldes do

---

<sup>1</sup> Aqui, nos apropriamos da definição utilizada por Richard Bourne (2012), em sua obra “Getúlio Vargas: a esfinge dos pampas”.

castilhismo e da sua influência na formação política de Vargas, mesmo que não constitua o objeto primeiro desta dissertação, se torna fundamental para a construção do entendimento do Estado Novo. Diante disso, para discutir sobre essa influência em Getúlio Vargas, é importante entender a relação desse com Julio de Castilhos, idealizador dessa política, que, segundo as palavras do próprio Vargas, seria um exemplo republicano, pois “é santo porque é puro, é puro porque é grande” (VARGAS, 1997, p. 192-193).

Antes de adentrar na ação política, Castilhos editou dois jornais<sup>2</sup>, nas décadas finais do século XIX, enquanto cursava a sua formação de nível superior na Faculdade de Direito de São Paulo, e através deles entrou em contato com correntes políticas diversas, entre elas, o positivismo. É importante frisar que, no século XIX, o positivismo encontrava-se em voga, afinal, em um século em que a ciência se firmava, era preciso se mostrar científico para se ter credibilidade no meio intelectual.

Comte (1978) observou a humanidade e lançou mão de um entendimento, que partia de sua formação até o que se supunha ser seu fim último, a ascensão, ainda que mística, do espírito positivo. Suas proposições se concentravam sobre o que se entendia ser a construção de uma cultura científica, para que o projeto “evolutivo” se concretizasse. O futuro já não mais era entendido a partir de uma provisão divina, mas passa a ser determinado pela escolha humana. Era necessário, portanto, tornar a humanidade consciente.

Auguste Comte (1978) percebia que o desenvolvimento social se daria tal qual o desenvolvimento humano, e para isso era preciso incluir o pensamento filosófico dentro da construção social. Os estágios a serem percorridos para se chegar a tal desenvolvimento estavam dispostos dentro do arcabouço teológico e metafísico, pois,

[...] conforme o sentimento, cada vez mais desenvolvido, de igual insuficiência social que oferecem o espírito teológico e o espírito metafísico, os únicos até agora a disputar ativamente um lugar ao sol, a razão pública deve encontrar-se implicitamente disposta a acolher atualmente o espírito positivo como a única base possível para uma verdadeira resolução da profunda anarquia intelectual e moral, que caracteriza a grande crise moderna (COMTE, 1978, p. 67-8).

Para Comte (1978), a sociedade só seria capaz de tal evolução através do saber científico. As ciências permitiriam o afastamento das proposições místicas do mundo, ou seja, as reflexões

---

<sup>2</sup> Os jornais editados por Castilhos são denominados de *A Evolução* e *A República*,

não se dariam mais pela dependência do divino, mas sim pela absorção da complexidade do saber científico. Logo, o desenvolvimento a que a sociedade se propunha estava intimamente ligado ao próprio desenvolvimento humano. Era necessária a existência de indivíduos emancipados para se constituir o espírito positivo:

[...] o espírito positivo apresenta-lhe hoje, em sua extensão social, poderosas garantias diretas, não somente científicas, mas também lógicas, que poderão logo ser julgadas muito superiores às vãs pretensões duma teologia retrógrada, que cada vez mais se degenera, desde vários séculos, num ativo elemento de discórdias, individuais ou nacionais, incapaz, a partir de agora, de conter as divagações subversivas de seus próprios adeptos. Atacando a desordem atual em sua verdade fonte, necessariamente mental, constitui, tão profundamente quanto possível, a harmonia lógica, regenerando de início, os *métodos* antes das doutrinas, por uma tripla conversão simultânea da natureza das questões dominantes, da maneira de tratá-las e das condições prévias de sua elaboração. Demonstra, com efeito, de uma parte, que as principais dificuldades sociais não são hoje essencialmente políticas, mas sobretudo morais, de sorte que sua solução possível depende realmente das opiniões e dos costumes, muito mais do que das instituições, o que tende a extinguir uma atividade perturbadora, transformando a agitação política em movimento filosófico (COMTE, 1978, p. 69).

Nesse sentido, entendemos que a busca pela formação humana esteve no centro da apropriação ideológica do positivismo por Castilhos, transformando-o em uma versão *à brasileira*. Dessa forma, mesmo não redigindo um projeto formado, dito ideal, Castilhos criou uma estrutura política gaúcha própria, e que veio a somar na formação de Vargas. Logo, não queremos dizer que o varguismo é uma extensão do castilhismo, e esse uma extensão do positivismo, trata-se de projetos distintos, mas que compartilham opiniões e direcionamentos similares para a efetivação do plano político.

Isso posto, para se pensar a constituição do Estado Novo, é necessário entender, mesmo que superficialmente, os direcionamentos políticos e ideológicos de Getúlio Vargas, para, assim, colocá-los em perspectiva na construção da análise das fontes. Ao realizar o levantamento bibliográfico, a fim de compor este trabalho, nos deparamos, por vezes, com o silêncio acerca da formação ideológica de Vargas, destacando-se somente os teóricos autoritários contemporâneos a ele, como Alberto Torres, Oliveira Vianna (1927) e Azevedo Amaral (1938). Outras obras<sup>3</sup> mencionam a inspiração castilhista, mas não realizam um direcionamento sobre suas origens e sobre as características dessa corrente, poucas são as obras que de fato abordam

---

<sup>3</sup> HENTSCHKE, Jens R. Vargas and Brazil: New Perspectives, 2006; D'ARAÚJO, Maria Celina. Getúlio Vargas, 2011.

o castilhismo, e, delas, retiramos parte do arcabouço necessário para a investigação histórica desenvolvida nesta dissertação<sup>4</sup>.

O castilhismo, mesmo que não constitua uma doutrina acabada, pode ser percebido dentro do contexto gaúcho durante a Primeira República. Isso se dá graças à redação, feita por Castilhos, da Constituição do Rio Grande do Sul, que representa o modelo “ideal” de gestão política, se dedicando à preservação da moral do corpo político, e à busca pelo incremento do “bem público”.

Diferentemente do ideal de liberdade e de emancipação humana através da ciência proposto por Comte (1978), Julio de Castilhos via que, para a realidade gaúcha, era necessário o fortalecimento do governante, que representaria o ideal de virtude republicana, sendo fonte principal de moralidade, portanto, não dado aos excessos da vida cotidiana. Esse governante teria intenções puras para com o bem-estar social, e o entendimento desse bem-estar se daria através dos bons costumes e da moralidade social. Diferente de Comte, que via o desenvolvimento positivo através de estágios, Castilhos se percebia como um tutor. Era necessário ter força, tutelar a sociedade, e equipá-la com os mecanismos que a possibilitassem, no futuro, exercer de fato o seu papel republicano. Para isso, era necessário diminuir a força das instituições representativas, e fortalecer o poder político do governante (RODRIGUEZ, 2015).

Portanto, Castilhos propunha uma postura tutelar a fim de utilizar o poder político para a transformação da sociedade. Ademais, um dos traços marcantes do castilhismo é a ideia de “regime de virtude” em que a República era identificada como

[..] o reino da virtude. Somente os puros, os desambiciosos, os impregnados de espírito público deveriam exercer funções de governo. No seu conceito, a política jamais poderia constituir uma profissão, ou um meio de vida, mas um meio de prestar serviços à coletividade, mesmo com prejuízo dos interesses individuais. Aquele que se servisse da política para seu bem-estar pessoal, ou para aumentar sua fortuna, seria desde logo indigno de exercê-la. Em igual culpa, no conceito castilhista, incorreria o político que usasse das posições como se usasse de um bem de família (FERREIRA FILHO, 1958, p. 149).

---

<sup>4</sup> Dentre as obras que versam sobre a era Vargas, destacamos os autores Ricardo Vélez Rodriguez (2010), que publicou a obra “Castilhismo: Uma Filosofia da República”, e Jens R. Henstchke (2015), autor da obra “Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da nação no Brasil de Getúlio Vargas”.

Podemos entender que a adoção de certos valores “comtianos” viabilizou a estruturação de um pensamento político positivista dentro do governo gaúcho, através de Júlio de Castilhos. Esse último absorveu do viés positivista a ideia de uma caminhada da sociedade rumo à razão. Essa caminhada se daria com a figura de um Estado centralizado, que fomentaria uma estruturação racional da sociedade. Para realizar tal feito, o Estado não deveria esperar que os membros dessa sociedade se tornassem emancipados, letrados, para que a razão fosse alcançada. Ou seja, a mudança não deveria esperar a educação dos membros para que, a *posteriori*, eles se articulassem numa busca pela razão. O governante é quem adotaria, como supracitado, uma postura de tutela, de condutor para tal fim. Assim, as minorias menos esclarecidas estariam sob a salvaguarda de um governo republicano ditatorial, como bem articula Kirchhein (2006), ao afirmar que,

[...] em sintonia com Comte, Castilhos adotou essa perspectiva de que tal regime garantiria a ordem para o progresso social sob a bandeira “conservar melhorando”. Dentre outras características institucionais desse regime destacam-se a rejeição à vida parlamentar, limitada à aprovação do orçamento essencialmente equilibrado, e à reeleição do governante, o que evidencia a supervalorização da organização e da ordem em detrimento da participação. Castilhos, enfim, abraçou a fé de Comte pelo governo das classes conservadoras e defendeu fervorosamente a ordem como base do progresso social (p. 6).

Mesmo sem a solidez de uma ideologia política estruturada, ou seja, escrita, o castilhismo pode ser entendido como uma “filosofia política”, como demonstra Rodríguez (2015). De acordo com essa definição, isso só é possível porque o castilhismo possui alicerces definidos para o exercício da política, sendo o principal deles a necessidade de um governante virtuoso, para que os outros alicerces se constituam.

Dessa forma, graças ao governante, a sociedade caminharia para a firmação do “bem público”, para isso, também era necessário a manutenção da ordem. Para efetuar todas as mudanças estruturais seria preciso investir no desenvolvimento científico, para isso, era preciso colocar a sociologia em evidência, tutelar os indivíduos, para que assim pudessem se emancipar ideologicamente. Para que esse projeto tivesse solidez, era indispensável que o público se tornasse burocrático, ou seja, se fazia necessária a construção de uma máquina pública.

Após essas breves considerações, vemos que a formação do Estado Novo (1937-1945), representa a antítese do imaginário daqueles personagens provenientes de uma tradição política antiliberal, que já estava em gestação desde o Governo Provisório, e que possuía origens no

castilhismo, corrente política continuada por Borges de Medeiros (1863-1961), líder gaúcho que absorveu os valores de Julio de Castilhos. Consequentemente, pensar o Estado Novo é pensar em Getúlio Vargas, que fez escola na tradição gaúcha de Castilhos/Borges de Medeiros. Dessa forma, a Constituição de 1937, formulada por Francisco Campos, colocava Vargas como o principal ator do cenário político nacional. O fechamento das assembleias, o afastamento dos governadores eleitos e a presença, novamente, de interventores nos estados, associados à centralização de poder político nas mãos da figura presidencial, representam a percepção castilhista que vigorava na condução política de Vargas.

À vista disso, todas as esferas de organização estatal deveriam ser solidárias e integradas, sob a tutela de um Estado autoritário, fortalecido, e essas características deveriam se estender ao seu governante, que deveria representar o guia para esse fim. Com o fortalecimento do Estado, a sociedade adquiriria o aspecto de ordem, disciplina, afastando as influências do que era estrangeiro, afinal, os exemplos de civilidade deveriam emanar da própria nação. Getúlio Vargas aderiu para si a imagem de defensor da nação. Era necessário, portanto, acabar com o domínio das elites na política nacional, que, após 1929, estava em plena crise. Era necessário

[...] um governo forte e sábio, motivado por “intenções puras”, deveria guiar o povo em sua busca do bem-estar comum e da perfeição moral. Os direitos individuais estavam subordinados aos interesses da comunidade expressos pelo Estado tutelar. Na interpretação dos castilhistas, uma “ditadura democrática” não era uma contradição em si mesma, mas um instrumento para a criação de um “reino de virtude”. Ditadura e democracia, ou autoridade e liberdade, não eram antônimos, mas sim ditadura e liberalismo, segurança e destruição, altruísmo e egoísmo; em suma, castilhismo e anticastilhismo. Para os castilhistas, o Estado deveria ser colocado acima das classes e visar à criação da harmonia social. Isso exigia estadistas que não considerassem simplesmente sua posição um emprego, ou pior ainda, uma sinecura e fonte de enriquecimento privado, mas um serviço à comunidade que representavam (HENSTCHKE, 2015, p. 73).

Devido a esse processo modernizador, múltiplas mudanças e projetos foram dispostos ao Estado nacional, dentre eles destacaremos aqui o trabalhismo. Ângela de Castro Gomes (1988) elaborou uma tese acerca da invenção do trabalhismo durante a Era Vargas, e, a partir de seu trabalho, podemos perceber a influência positivista, ou mesmo castilhista dentro do projeto de governo.

O trabalhismo de Vargas oscila. Em determinados momentos, se coloca à frente das classes trabalhadoras, limitando a ação dos sindicatos, em outros momentos, se posta ao lado do povo, com construção de uma legislação trabalhista. Essa manobra dialoga com o princípio positivista

de ordem, pois, ao se mostrar mais próximo das classes trabalhadoras, o governo evitou as revoluções, pois “na Europa, na Ásia, como nos países da América, as dificuldades econômicas são germes de inquietação social: e é preciso remediá-las em tempo oportuno para evitar que o povo se agite e faça justiça pelas próprias mãos” (VARGAS, 1997, p.331). Assim,

o trabalhismo herdou do positivismo as noções de progresso (o desenvolvimento), de “integração do proletariado à sociedade moderna” e de aversão a perturbações drásticas na ordem social, mas dele se afastou ao admitir maior interferência estatal nos conflitos de classe e ao prescindir da ortodoxia em matéria de política econômica (orçamento equilibrado, austeridade, finanças sadias), além de sua base filosófica: o materialismo. (FONSECA, 2001, p. 114).

Portanto, o caráter tutelar do Estado, bem como a necessidade de construir uma administração pública eficiente, fugindo de uma aparência fragmentada, estava atrelado à formação castilhistas de Vargas. Essa mesma formação foi o que possibilitou a própria construção de sua imagem, como o salvador da nação, que a livrava das “forças destrutivas” da Primeira República, encarnadas no liberalismo político. Sua forma de estruturar a política nacional, representava uma coalisão de ideologias por vezes opostas, mas que objetivavam através, da ordem, o progresso nacional.

## 1.2 A explosão nacionalista

Com a finalidade de se discutir os teóricos autoritários, é importante destacar os ideais norteadores de suas obras - entre eles, destacamos os conceitos de nação e nacionalismo. Tanto a nação quanto o nacionalismo são conceitos que permanecem em discussão desde o século XIX, pois, mesmo sendo frutos da Modernidade, a sua consolidação divergiu em cada país. A explicação desses conceitos

[...] continua sendo objeto de uma longa discussão. Nação, nacionalidade, nacionalismo – todos provaram ser de difícil definição, que dirá de análise. Em contraste com a enorme influência do nacionalismo sobre o mundo moderno, é notável a escassez de teorias plausíveis sobre ele. Hugh Seton, autor do que é longe o melhor e o mais abrangente texto em língua inglesa sobre o nacionalismo, [...] observa com pesar: “Assim eu sou levado a concluir que não é possível elaborar nenhuma ‘definição científica’ de nação, mas o fenômeno existiu e continua a existir”[...] (ANDERSON, 2008, p. 29, grifo nosso).

Em outras palavras, não existe uma linearidade, uma ordem, ou mesmo um projeto *in totum*. Sabemos que tanto a nação quanto o nacionalismo são frutos de uma construção artificial, e de

uma aceitação que não se dá passivamente. Isso posto, enfatizar que esses conceitos não compartilham de uma definição absoluta não significa que não seja possível estudá-los.

Assim, quando pensamos em nação, somos levados a pensar em laços naturais, o que acabaria por adentrar na ideia de raça, comum ao século XX, e utilizada pelo nazismo. Logo, as classificações raciais estão distantes de contribuir para o entendimento do conceito. Podemos, então, entender nação a partir da ideia de coletividade, que compartilha a mesma língua, costumes e que se situam dentro de um mesmo território. Se compactuarmos com tal afirmativa, reduziremos a complexidade do conceito de nação, pois esse não seria capaz de abarcar as construções afirmativas e legitimadoras que solidificam e acabam por naturalizar a ideia de ser pertencente a algo.

Ernest Renan, em 1882, escreveu uma conferência intitulada *O que é uma nação?*, na qual atenta para o perigo de se entender a nação a partir de classificações generalizantes. Seu texto ainda hoje desperta muitos debates, pois seu entendimento é de que as teorias já discutidas até então são, de longe, rasas. Para Renan (1997), “uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e ainda se fariam. Ela supõe um passado, mas se resume no presente a um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expressos de continuar a vida comum” (p. 173-174). Ao trazer tal definição, Renan (1997) foge ao problema, caindo novamente nas justificativas que condena, reduzindo a nação como a vontade de viver em comunidade.

Como dito, não existe uma fórmula ou uma receita que nos responda o que é nação e quais as suas formas de permanência, mas é possível entendê-las a partir da função do ideal nacional dentro do Estado. Bobbio (1998) contribui com essa discussão ao afirmar que

[...] desta situação decorre que a Nação é a ideologia de um determinado tipo de Estado, visto ser justamente o Estado a entidade a que se dirige concretamente o sentimento de fidelidade que a ideia de Nação suscita e mantém. Esta conclusão provisória leva em consideração o conteúdo representativo do termo. A função da ideia de Nação, como vimos, é a de criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado. A ideia de laços naturais profundos, elemento integrante do núcleo semântico fundamental do termo, desempenha esta finalidade, inserindo-se na esfera mais íntima da personalidade dos indivíduos, unidos justamente por estes laços, a ponto de justificar a elaboração de um ritual e de uma simbologia pseudo-religiosos. Historicamente este sentimento foi criado pela extensão forçada a todos os cidadãos do Estado de alguns conteúdos típicos da nacionalidade espontânea (por exemplo, a língua) ou, no caso de se revelar inviável esta extensão, pela imposição da falsa ideia de que alguns conteúdos típicos da nacionalidade espontânea eram comuns a todos os cidadãos [...] (p. 799).

O entendimento do autor, ao conceber a nação a partir da sua relação com o Estado, abre portas para entendermos o projeto estadonovista, para a criação do ideal nacional, pois a legitimação da ideia de nação se torna peça chave para se estabelecer os meios que possibilitam o planejamento socioeconômico viabilizado pelo governo. A principal ferramenta para esse projeto é a cultura popular.

No final século XIX, se tornou crescente na Europa a valorização do *folk*, ou seja, dos elementos do povo. No Brasil não foi diferente, o movimento literário romântico surge trazendo os elementos de brasilidade, e, entre eles, situam-se os negros e os indígenas como parte da construção da terra *brasilis*. Esse movimento diz respeito a ação da cultura popular. Contudo, não devemos pensá-la isoladamente, como se a sua própria ação insurgisse de sua própria força, sendo evidenciadas na sociedade através dos ritos e da tradição. Para além disso, é necessário pontuar a existência de elementos externos, que se utilizam dessas tradições para direcionar a ação interna em benefício de algo. Portanto, a própria constituição e o estabelecimento da ação cultural se dá, em poucas palavras, de uma maneira endógena e exógena.

Os elementos do nacionalismo, com seus discursos inflamados e empoderados, foram reforçados após a Grande Guerra e inseridos no cenário brasileiro por uma elite intelectual, visto que sempre se encontram em uma relação complexa com o poder (FOUCAULT; DELEUZE, 1997). Portanto, ao se travestirem de portadores da consciência brasileira, os intelectuais adotam uma postura diagnóstica, portanto, científica, no trato com os elementos culturais. Seriam o elo entre a ação endógena da cultura, destacando aquilo que é interessante para o Estado, e a exógena, através da própria ação de discernir o que deve ser preservado e o que deve ser exaurido.

Dentre uma gama de intelectuais, resgatamos neste capítulo aqueles que, de certa forma, contribuíram diretamente para o plano estadonovista. São eles: Alberto Torres, Azevedo Amaral (1938) e Oliveira Vianna. Esses intelectuais exerceram grande influência sobre a construção do nacionalismo no projeto de Vargas, e a análise de suas obras vem a reforçar as observações de Benedict Anderson (2008) e Montserrat Guibernau (1997), que entendem a capacidade do nacionalismo de criar uma imagem homogênea, com a finalidade de se estabelecer elos de identificação entre pessoas provenientes de diferentes contextos e de diferentes realidades sociais. Lançar mão dessa interpretação acerca da construção do

nacionalismo é fundamental para se definir esse fenômeno e para se definir a forma como ele é entendido pelos autores, a partir de sua própria capacidade adaptativa, ou seja, a formulação do discurso nacionalista não se dá de forma mecânica, mas sim de uma maneira sensível, a fim de torna-lo flexível e dinâmico, em outras palavras, mutável.

### **1.3 Os intelectuais autoritários e a busca por um resgate nacional**

O movimento iniciado em outubro de 1930 inaugurou um momento na República brasileira em que se verifica o enfraquecimento da estrutura que se mantinha graças à política oligárquica da Primeira República e acabou por projetar um plano político pautado no nacionalismo autoritário, por meio de um discurso que visava legitimar o desenvolvimentismo nacional.

Nesse período, encontraremos várias leituras de intelectuais acerca das rupturas e dos novos protagonistas necessários para o florescimento nacional. Suas obras enfatizavam um futuro positivo, fruto das mudanças que surgiam com o novo governo. Esses pensadores também se debruçavam sobre reflexões do passado colonial e imperial brasileiro, na tentativa de se identificar os elementos formadores da nação, bem como aqueles que impediam o seu pleno desenvolvimento.

Em consonância com essa nova perspectiva, destacamos a posição de alguns intelectuais contemporâneos a fim de tecer o nosso entendimento, são eles: Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral (1938)<sup>5</sup>. A nossa proposta é identificar, a partir de obras selecionadas, os elementos legitimadores de um Estado autoritário e, até mesmo, do próprio Estado Novo. Assim,

[...] a difusão de toda uma corrente de pensadores que interpreta a realidade brasileira e encaminha propostas e sugestões desvinculadas da tradição liberal, não foi obra do acaso. Se muitos representantes do pensamento político autoritário se destacaram nesse período, foi porque suas ideias entrosaram-se na sociedade brasileira e, nela encontraram ambiente propício à sua difusão. Em outras palavras, essa linha de pensamento – que fez da “questão social” seu principal objeto – demonstra que é possível identificar, no quadro ideológico da época, certas diretrizes claramente

---

<sup>5</sup> Nesses autores é notável a influência do positivismo, do darwinismo social e da sociologia spenceriana, que os levam a atribuir ideias que comportam características biológicas à formação social. Os autores acabam por promover uma narrativa pautada no determinismo social, associando o comportamento dos indivíduos com base nas suas características naturais e do ambiente em que se encontram. Tais posicionamentos estavam em voga no período em que essas obras foram escritas.

definidas, que funcionavam para a elite governante como um dos suportes do processo de modernização em curso (FREIRE, 2009, p. 205).

Antes de trazermos à discussão o posicionamento desses autores frente à política varguista, é necessário fazermos algumas ponderações. A primeira delas é esclarecer que o desenvolvimento do pensamento político desses autores não se deu a partir das questões levantadas com a ascensão de Vargas ao poder. A tessitura das narrativas políticas se deu a partir da observação de práticas sociais multifacetadas e até mesmo divergentes. Podemos, inclusive, perceber a ascensão de Vargas como parte de um movimento político e intelectual que, mesmo favorável ao republicanismo, o via de forma desacreditada.

Em outras palavras, os intelectuais promoveram uma propagação de suas interpretações sobre a nação, apresentando, também, as suas ideias e propostas de um progresso nacional, desvinculando-as do pensamento liberal. Era necessário apresentar os “diagnósticos” e os “receituários” para o desenvolvimento de uma sociedade moderna, moral e disciplinadora. Os trabalhos desses intelectuais servem para amparar nossas observações acerca do amadurecimento autoritário e da sua ligação com a ação política.

Alberto Torres inaugurou a leitura autoritária do republicanismo brasileiro. Seus principais livros<sup>6</sup> demonstram sua objetividade em apresentar os problemas nacionais – há citação de poucos autores, e quando há, articula-se a argumentação. Como os demais autores dos anos iniciais do século XX, Torres se mostrava como republicano, contudo, percebia que a República brasileira estava longe de ser ideal, pois apresentava os mesmos problemas do Império. A Constituição republicana era diferente da Constituição Imperial, mas a *práxis* política era a mesma, segundo Torres. Em *A organização nacional* (TORRES, 1982) o autor apresenta propostas para uma revisão constitucional,

[...] da qual constavam: a ampliação das prerrogativas da União nas decisões político-administrativas, a eleição do presidente da República por um colegiado e para um mandato de 8 anos, a mudança das formas de eleição e representação na Câmara (num sistema de voto direto que combinava representações sufragadas em distritos, outras em estados e outras ainda nacionalmente) e no Senado - com representantes eleitos nacionalmente, por estados e por corporações/grupos da sociedade civil. Havia ainda a proposta de criação de um Poder Coordenador, composto de um Conselho Nacional e representantes nomeados por este conselho e espalhados pelos estados e municípios; tal poder estaria encarregado de – entre outras funções - reconhecer os eleitos nos diversos níveis (federal, estadual e municipal),

---

<sup>6</sup> *Vers la paix* (1909), *Le problème mondial* (1913), *A organização nacional* (1914), *O problema nacional brasileiro* (1914) e *As fontes da vida no Brasil* (1915).

deliberar sobre a intervenção da União nos entes federados e, também, sobre eventual incapacidade de autonomia destes e mesmo incompetência administrativa de seus presidentes – o que ocasionaria inclusive perda do mandato (BARIANI, 2007, p. 03-04).

Segundo Bariani (2007), Torres propõe um poder político que se articule como um instrumento de coesão nacional, limitando os interesses locais, ou seja, o federalismo. Esse poder se legitimaria a partir da busca por elementos que ressaltassem a coesão nacional e limitassem os interesses regionais. Ademais, o autor percebe o liberalismo como instrumento nocivo à nação, afinal, suas características limitam a identificação da população com a sua própria nação, existindo, apenas, identificações com a sua região. Não havia, portanto, uma consciência nacional compartilhada.

O Estado era frágil, pois não fomentava mecanismos suficientes para promover a adesão a um sentimento de identificação da população com o Estado. Havia, portanto, uma consciência de espaço e de região, ou seja, de território. Contudo, o ideal nacional se mostrava fragilizado, compartilhado apenas por uma elite intelectual, que, nesse momento, se sentia como a porta voz da mensagem nacional. Para Torres (1914), o Brasil, na sua condição de país com um passado colonial, marcado por povos com origens completamente diferentes, através das ondas de migração forçadas e espontâneas, representavam uma imposição da ideia de nacionalidade.

Torres era um homem do seu tempo, isso se torna claro quando o autor parte para a análise diagnóstica nacional, incluindo as ideias de raça e brasilidade. Em relação às raças, diferentemente de Oliveira Vianna (1932) em *Raça e assimilação*, Torres não busca promover uma narrativa biologizante e eugenista da formação do homem brasileiro. Torres acreditava que a formação do povo brasileiro estava relacionada à condição espacial e geográfica do ambiente habitado, descartando, assim, a ideia de características naturais imutáveis.

Essa afirmativa pode nos levar a uma interpretação de que o autor poderia não concordar com a ideia de superioridade racial. Embora o autor buscasse reforçar as características nacionais e afastar os elementos estrangeiros, não negava que deveríamos seguir exemplos ocidentais de “sucesso” e “civilidade”. Devemos, portanto, “aprender com alemães, com americanos, com franceses, com ingleses, e com brasileiros, quando for possível, a ser brasileiros: eis a fórmula do nosso cosmopolitismo mental” (TORRES, 1982, p. 29).

Torres define o homem brasileiro como “[...] sensível, generoso, hospitaleiro, probo, trabalhador” (TORRES, 1982, p. 56), a ideia do brasileiro como indolente não deveria ser direcionada ao indivíduo e sim à economia, fruto do liberalismo, e contrária à produção e ao estímulo do trabalho. Isso se dá, pois, “a vida de um povo é função da enxada do trabalhador ou do bilhete de loteria” (TORRES, 1982, p. 90).

Torres, (1982) em *O problema nacional brasileiro*, tece uma argumentação pautada em apresentar de forma estrutural os *déficits* que impossibilitariam uma organização nacional efetiva. O olhar negativo do autor se traduz quando afirma que

o nosso problema vital é o problema da nossa organização; e a primeira coragem de que nos cumpre dar provas, é a de longa, máscula e paciente tenacidade, necessária para empreender e sustentar, com vigor e inteligência, o esforço múltiplo e vagaroso da construção da nossa sociedade. É uma obra de *arquitetura política*, mas de uma arquitetura *destina a edificar um colossal e singular edifício, que deve viver, mover-se, crescer e progredir*, - a que incumbe à nossa geração (TORRES, 1982, p. 27, grifo nosso).

O autor também destaca que a arte e as ciências em nada contribuem para a organização objetivada, pois permanecem abstratas e não se adaptam a realidade nacional. “Filosofia, ciência, arte e política são sistemas de abstrações e de conceitos que nada dizem e nada realizam, quando não se adaptam, e não se vitalizam como elementos motores da vida real – nervos e sangue da nutrição e da vontade de um povo” (TORRES, 1982, p. 29). Para Torres (1982), caberia à política efetivar a organização nacional.

À política, que não pode, a principia, e à qual não ocorreu, depois, acudir aos interesses e reclamos da nação, cumpre reparar, hoje, o esquecimento e abandono em que a deixou. Em face desta situação, nossos cuidados e trabalhos pela organização e defesa militar parecem – como aliás, muitas outras empresas humanas – verdadeiros passa-tempos de crianças barbadas. Uma nação, vencida no diuturno combate da vida, progressivamente despojada da gestão da sua economia e da sua influência social, onde cada geração pode ler, na vida de seus coevos, os documentos do aniquilamento da sua estirpe, só entra em combate para repelir, de armas na mão e com risco da vida, o inimigo agressor, por força da mesma fatalidade mecânica, ou do mesmo impulso animal, com que todos os povos, inclusive os selvagens e bárbaros, lutam igualmente pela conservação e pelos objetos mais frívolos e ridículos (TORRES, 1982, p. 26).

Percebemos que o discurso levantado por Torres (1982) apresenta a necessidade de uma salvaguarda intelectual para a nação. Cabia, portanto, aos intelectuais, deixar as abstrações filosóficas, e se debruçar sobre a política a fim de tornar as ideias parte da realidade nacional.

Dessa forma, Torres dá voz a um movimento autoritário por parte da intelectualidade brasileira, que se percebia como peça chave de atuação por trás das cortinas do teatro político - não na busca de uma revolução, mas sim de um projeto construtivo, de reestruturação e superação social. Em resposta a seu chamado, há intelectuais que emergiram e apresentaram propostas “modernizantes” que os aproximam a Torres.

Oliveira Vianna é um deles, buscou apresentar sua visão sobre o autoritarismo e articulou sua construção política as ideias de Torres. No conjunto da obra de Vianna, observa-se uma visão de que a sociedade brasileira estava desorientada e de que havia uma deficiência política profunda devido ao liberalismo. Em *O idealismo da Constituição* (1927), Vianna percebe que os grupos de intelectuais colaboradores da formação republicana foram ingênuos, pois se prendiam às ideias que viriam a ser expressas somente no texto constitucional, ignorando as medidas práticas que fomentavam a aplicação desse ideário republicano na sociedade. Os intelectuais haviam se “contentado até então com um vago programa de aspirações vagas formulado em frases vagas: os ‘imortais princípios’, o ‘regime de opinião’, a ‘soberania do povo’, a ‘organização federativa’, o ‘princípio da liberdade’, a ‘democracia’, a ‘república’ etc.” (VIANNA, 1927, p. 24).

Para o autor, o movimento republicano brasileiro permaneceu abstrato, evitando uma aplicação de medidas que fomentassem um projeto de ação social. A fim de explicar a ingenuidade e a passividade desses intelectuais, Vianna (1927) não poupa as ironias, ao dizer que “para esses sonhadores, por em leira de forma uma ideia era, de si mesma, realizá-la. Escrever no papel uma Constituição era fazê-la para logo coisa viva e atuante: as palavras tinham o poder mágico de dar a realidade e corpo às ideias por elas representadas” (VIANNA, 1927, p. 25).

Seria preciso algo que transcendesse as reformas políticas, isto é, as reformas constitucionais. Essas deveriam servir como auxiliares de um projeto real de reformas sociais e políticas. O objetivo deveria estar além da harmonia e da beleza social, além de estabelecer uma conveniência e adaptação social. O problema político brasileiro seria resolvido

[...] com uma mentalidade diversa da mentalidade sonhadora dos “históricos”, ou dos que lhes continuam a tradição. Devemos, pois, reagir, desde já, contra esses dois preconceitos do velho idealismo republicano: o preconceito do poder das fórmulas escritas e o preconceito das reorganizações políticas só possíveis por meios políticos. Não nos podemos inspirar mais nestes princípios abstratos, nem nos constringer dentro das estreitezas desse unilateralismo doutrinário. O nosso futuro legislador

constituente tem que possuir uma mentalidade mais ampla e mais iluminada, uma inteligência mais realista e objetiva, uma consciência mais *humana* da relatividade dos sistemas políticos. E, sobretudo, um conhecimento mais perfeito e completo da nossa realidade nacional, das nossas idiossincrasias, das nossas falhas, das nossas insuficiências, da nossa condição de povo em formação [...] (VIANNA, 1927, p. 69, grifo do autor).

Vianna entende que nenhum político republicano preparou um plano de Estado, isto é, não havia um projeto orgânico nacional, e sim uma simbiose de modelos liberais estrangeiros, que não abarcava as peculiaridades do Brasil. A política continuava sob domínio de grupos familiares que se relacionavam devido aos interesses comuns, chamado por ele de “espírito de clã” (VIANNA, 1982, p. 90). Esses clãs são reinterpretados por Leal (2012) em *Coronelismo, enxada e voto*, a partir do coronelismo, entendendo a sua ação na política nacional durante a Primeira República como

resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (LEAL, 2012, p. 23).

Podemos inferir, a partir desses autores, que a ação de Vargas, principalmente com a instituição do Estado Novo, se deu como uma reação à falta de partidos que expressassem, de fato, outros segmentos da sociedade que não fossem os dos clãs, como sugere Vianna (1982). A República brasileira era um retrato da precariedade coletiva, e o domínio de um grupo privilegiado, que, aos olhos de Vianna, não exerciam uma democracia baseada na liberdade, pois os interesses atendidos pela legislação e pela construção política eram os dessa própria elite.

É importante frisar que isso não significa que as questões sociais eram deixadas de lado. Leal (2012) argumenta que esse sistema era um sistema de trocas desigual, a população tinha uma parcela de suas necessidades atendidas, em contrapartida, dava seu apoio eleitoral. Havia, portanto, uma relação pessoal e íntima entre a população e as lideranças regionais, o que promovia a identificação do eleitorado com a microesfera política – os municípios, e estados. O Estado nacional, aqui percebido como a macroesfera dessas relações, não se fazia presente na cultura política dessa população, em sua maioria analfabeta e rural.

Vianna (1982) atenta para a necessidade de um Estado forte e coeso, que fizesse uma política não mais baseada nas ideias de liberdade que, segundo o autor, permaneciam apenas “no papel”, mas no posicionamento autoritário, conduzido por um governante que promovesse a organicidade da sociedade. Assim, o conceito de democracia fora reinterpretado por esses autores, que começaram a articulá-lo a partir de princípios nacionalistas e autoritários.

Azevedo Amaral (1938) também expressa essa ideia de democracia autoritária como o principal veículo condutor da nação ideal. Contudo, seu posicionamento acerca do advento da República se mantém mais positivo que Vianna (1922). Para Amaral (1938), a República possibilitou o advento da industrialização do Brasil, ainda que bem lento. Porém, a legislação brasileira, codificada pela Constituição de 1891, beneficia as elites agrárias, o que impedia o progresso social e econômico da nação, reforçando a percepção de Torres e Vianna, que viam a política regionalista como comprometedora ao projeto de unidade nacional.

Seu livro *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938) foi publicado um ano após a instituição do Estado Novo, e nele podemos perceber um posicionamento de otimismo do autor frente à instituição do regime autoritário varguista. Nessa obra, Amaral (1938) trata de promover uma análise coesa das diferenças entre os regimes totalitários implantados na Europa, e o regime “democrático autoritário” inaugurado por Vargas no Brasil.

Para Amaral (1938), os regimes totalitários, percebidos na Itália fascista e na Rússia soviética, suprimiam toda iniciativa ou expressão individual, atomizando o indivíduo face aos interesses do Estado. Assim, o Estado Novo se diferenciava tanto conceito totalitarista como do liberalismo pelo “acatamento que consagra à posição do indivíduo como elemento irreduzível na organização social e opõe-se à segunda pelo reconhecimento da supremacia do interesse coletivo sobre as conveniências dos componentes individuais da Nação” (AMARAL, 1938, p. 270).

Na “democracia autoritária” de Vargas não existia um aniquilamento das vontades e interesses individuais, era permitido aos cidadãos se expressarem desde a esfera econômica até a social. A interferência do Estado no individual só se daria quando as expressões individuais interferissem na ordem coletiva e, de certo modo, se fundissem a ela, pois

a manutenção dessa harmonia, de que dependem a segurança, o bem estar o progresso da Nação, é para o indivíduo uma condição imprescindível à realização do seu próprio destino. Assim, nenhum indivíduo normal pode sentir impulsos que o levem a exercer a sua liberdade em sentido contraditório ao funcionamento regular do organismo coletivo em cujo dinamismo ele desempenha um papel definido pelas diretrizes de um sentido social nitidamente caracterizado. Entre a vontade nacional expressa pela autoridade do Estado, e a esfera de liberdade e iniciativa traçada ao cidadão, vem a estabelecer-se, na lógica dos princípios básicos do regime, uma harmonia cujo rompimento não pode deixar de constituir um desvio da ação individual em detrimento do interesse comum. Admitir, portanto, que o Estado não inclua entre as suas atribuições precípuas e vigilância para evitar a ocorrência de semelhantes desarmonias seria negar os próprios fundamentos ideológicos do regime (AMARAL, 1938, 274-275).

O Estado Novo seria o porta-voz do desenvolvimento nacional brasileiro, colocando o país “no páreo” com as potências industrializadas. Assim, Amaral (1938) percebia que as políticas de desenvolvimentismo autoritário seriam a chave para o progresso nacional, o Estado deveria agir de forma a assegurar o crescimento industrial, bem como conduzir os interesses privados, associando o benefício da esfera privada, que garantiria o investimento do suporte necessário ao projeto de industrialização, à aceleração da máquina pública. Caberia ao Estado

[...] atuar no jogo das relações econômicas que se processam na vida social, corrigindo abusos, reajustando situações prejudiciais ao interesse coletivo, amparando certos grupos de interesses contra a pressão exagerada de outras forças econômicas que os poderiam prejudicar injustamente (AMARAL, 1938, p. 195).

Através do jogo de ideias dos autores em questão, podemos perceber tais ideias como elementos-chaves para o entendimento da formação do estado de compromisso gerido pelo Estado Novo, no qual se buscava a legitimação e a aceitação do regime nacionalista e autoritário de Vargas em todos os segmentos da sociedade. A partir disso, podemos trazer à luz a rede de influências que Vargas utilizou para estabelecer o princípio de uma política centralizadora a partir do acordo com as elites regionais, o que permitia uma equação dos interesses de amplitude nacional com os interesses regionais. Podemos afirmar que a tentativa de se estabelecer uma política conciliadora no Estado Novo teve um reflexo profundo no governo do Espírito Santo, que, apesar de ter a figura do interventor *outsider* no cenário político capixaba, incluiu, na composição de suas secretarias de governo e também dos municípios, elementos oriundos das famílias ou “clãs”, como entendido por Vianna, o que discutiremos e apresentaremos mais profundamente nos capítulos que se seguem.

#### 1.4 A trilha de Getúlio Vargas e João Punaro Bley para o Estado Novo

O nascimento político de Vargas<sup>7</sup> pode ser entendido, efetivamente, quando ele foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR) em 1909, pois, a partir desse momento, não mais se separou da política nacional. Entretanto, seu contato com a política deu-se desde o início de sua vida, por isso, não podemos desvincular as peculiaridades gaúchas de sua formação.

Em virtude disso, julgamos necessário apontar a formação da vida política desse estadista, para que possamos entender a construção de sua carreira política, e, conseqüentemente, fornecer elementos sólidos para a compreensão da própria construção da narrativa histórica que aqui se propõe, com a finalidade de trazer à luz o entendimento do que são as bases do Estado Novo.

Em outras palavras, o que queremos aqui é propor reflexões que fujam das adjetivações rasas à figura de Vargas<sup>8</sup>, buscando entender e relacionar a construção de seu ideal político com o seu projeto de Estado. Assim, ao abordarmos conceitos como autoritarismo, positivismo, entre outros, buscaremos o seu entendimento a partir do uso de tais ideias dentro das interpretações do período e dos teóricos que a Era Vargas utilizou como alicerce.

Segundo Fausto (2006), os anos iniciais da República no Rio Grande do Sul foram caracterizados pela instabilidade política, em que presidentes de estado não conseguiam se manter no poder tempo suficiente para colocar em prática seus projetos de governo. O autor discute que, a partir da eleição de Júlio de Castilhos, em 1893, o quadro de instabilidade se agravou, levando à Revolução Federalista (1893), marcada por uma polarização entre grupos

---

<sup>7</sup> Decidimos destacar no corpo do texto a trajetória política de Getúlio Vargas. Contudo, diante da necessidade de localização espaço temporal trazemos em nota, as informações biográficas de *práxis*. Getúlio Vargas nasceu no distrito de São Borja, no Rio Grande do Sul, em 1882. Cresceu em uma família que ascendia socialmente graças ao comércio de charque. Se graduou como bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1907, sua carreira política se iniciou em meados da década de 1920.

<sup>8</sup> Para compreendermos a figura política de Vargas, decidimos não incorporar ao texto os elementos biográficos, já que esses estão presentes em todas as obras que versam sobre o estadista. Contudo, não queremos que tais elementos sejam ignorados nessa obra, visto que os mesmos são parte fundamental para a construção da análise que aqui propomos, por isso incluímos nesta nota. Getúlio Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882, filho de Manuel do Nascimento Vargas e Cândida Francisca Dornelles Vargas. Cresceu em uma fazenda que lucrava com a produção de charque. Sua família já se via envolvida com a política gaúcha, e dentro dela a discussão sobre a produção intelectual sempre se fez presente. A carreira política de Getúlio Vargas se iniciou após se bacharelar pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1907), elegendendo-se pelo Partido Republicano Rio Grandense deputado estadual, deputado federal e líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1926. Foi Ministro da Fazenda de Washington Luís (1926-27) e presidente do Rio Grande do Sul (1927-1930).

divergentes, os quais eram denominados de chimangos e maragatos<sup>9</sup>. Tais grupos apresentavam divergências que provinham desde os tempos do Império. Os chimangos tinham um posicionamento liberal, enquanto que os maragatos tinham um viés republicano. Sobre essa polarização, Fausto (2006) afirma que

a fratura radical, por várias décadas, tem muito a ver com a cultura política da região e com a constituição de famílias de um lado e de outro. Isso não quer dizer que não existissem claras diferenças programáticas e mesmo de base social entre chimangos e maragatos. Os maragatos tinham como corrente fundamental os federalistas, juntando-se a eles dissidentes do PRR, cuja figura proeminente era Assis Brasil, fundador do Partido Republicano Democrático (PRD), EM 1908. Se o partido não era forte, a figura de Assis Brasil – cunhado de Júlio de Castilhos, a quem se referiu certa vez como um “cínico oportunista” – era, entretanto, muito representativa. Grande estancieiro, culto, cosmopolita, ao contrário dos líderes do PRR, Assis Brasil foi um aristocrata liberal. Crítico do castilhismo, defendia a plena representação da cidadania, a garantia de representação das minorias, a eliminação da fraude, a imparcialidade da justiça, a centralidade do Legislativo na elaboração das leis. [...] Na zona colonial, habitada sobretudo por imigrantes, os chimangos tiveram grande influência, pois, ao deter poder, estavam em condições de colocá-los sob suas asas, concedendo-lhes favores, entre os quais se incluía a concessão de terras. Desse modo, eles reverteram a simpatia pelos maragatos que vinha na esteira dos liberais do Império, defensores da liberdade de culto, tema particularmente sensível aos imigrantes de religião protestante. Nos maiores centros urbanos, os republicanos foram majoritários, entre outros fatores pela influência que a pregação da moralidade administrativa exercia na classe média. Um fato a destacar são os laços estreitos que os republicanos criaram com setores do Exército. Esses laços, acrescidos de uma poderosa brigada militar (força estadual) e ainda dos chamados provisórios – milícias civis, chefiadas pelos caudilhos políticos -, garantiram o domínio do PRR, numa combinação de favores e coerção (p. 19-20).

Getúlio Vargas nasceu no mesmo ano de fundação do PRR, em 19 de abril de 1882, na Fazenda Triunfo, na cidade de São Borja-RS, uma cidade de fronteira, na margem ocidental do Rio Uruguai. Sobre sua família, Fausto (2006) afirma que é “preciso ceder, neste caso, à tentação das frases feitas, mas verdadeiras para afirmar que a política estava em seu sangue” (p. 20). O patriarca da família, Manuel do Nascimento Vargas, lutou como soldado voluntário na Guerra do Paraguai, sua atuação foi destacada, terminando a guerra como tenente-coronel e tendo um saldo significativo para adquirir a Fazenda Triunfo. Para além do seu caráter patriótico, Manuel do Nascimento Vargas também se interessava pela intelectualidade política, sendo admirador de Júlio de Castilhos. Após seu casamento com Cândida Dornelles, tornou-se chefe político do PRR, em 1893, na Revolução Federalista combateu ao lado de Júlio de Castilhos. Após a vitória, foi nomeado coronel por Floriano Peixoto e general-de-brigada por Prudente Moraes, além de ter sido intendente de São Borja-RS.

---

<sup>9</sup> Chimangos - referente a uma ave de rapina comum na Bacia do Prata- era utilizado pelos federalistas, para caracterizar pejorativamente os republicanos. Esses últimos apelidaram de maragatos, cuja origem se dá devido a região de fronteira com o Uruguai, assim, evidenciava-os como “pouco brasileiros”.

O casamento com Cândida Dornelles trouxe ao lar familiar as disputas políticas de chimangos e maragatos. A família Dornelles se mantinha alinhada aos federalistas. O irmão de Cândida, Dinarte Dornelles, se destacou como líder federalista em São Borja-RS, e suas tropas também lutaram contra os republicanos na Revolução de 1893. Fausto (2006, p.23) supõe que a postura conciliatória de Getúlio se originou da convivência familiar, diante da divergência política.

Sobre as referências doutrinárias de Getúlio Vargas, foi na Faculdade de Direito de Porto Alegre que veio a ter um contato mais direto com o positivismo, e, principalmente, as ideias de Júlio de Castilhos, cuja presença política já se fazia presente em sua família, através de seu pai. Após se tornar bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Vargas se dedicou a construir sua carreira política, lançando a sua imagem no cenário nacional, acompanhando o crescimento do Rio Grande do Sul no desenvolvimento e nas articulações dentro da política nacional. Assim, entre 1909 a 1913, Vargas ocupou o cargo de deputado estadual, pelo PRR.

A vida pessoal de Vargas também passou por mudanças. Em 1911, quando tinha 27 anos, Vargas se casou com Darcy Lima Sarmanho, de apenas 15 anos. A jovem Darcy vinha de uma família abastada, filha do estancieiro e diretor do banco de São Borja-RS, Antonio Sarmanho. Sobre o casamento, Fausto (2006) afirma que “Darcy e Getúlio formariam um par destinado a exercer os papéis tradicionais das figuras masculina e feminina de seu tempo, ao menos no plano das idealizações. Ele deveria dedicar-se ao mundo da rua [...] ela deveria ser a mulher do lar” (p.29).

A formação política de Vargas pode ser compreendida diante da inspiração e até mesmo da interferência de duas figuras políticas gaúchas, a primeira delas foi a influência Júlio de Castilhos, que, apesar de sua morte prematura em 1908, marcou a forma de fazer política de Vargas<sup>10</sup>; outro político gaúcho que influenciou a política de Getúlio Vargas foi Borges de Medeiros, considerado seu padrinho político. Borges de Medeiros se dedicou à política do Rio Grande do Sul, sendo eleito presidente do estado cinco vezes. Sua relação com Vargas era conturbada, apesar de ter contribuído para o lançamento de Vargas na política, nunca encontrou em seu afilhado um apoio “cego”. Durante a Revolução de 1930, manteve-se alinhado às oligarquias rio-grandenses, apoiando os partidos políticos, que, em 1932, estiveram ao lado dos

---

<sup>10</sup> Ao longo do capítulo discutiremos com mais profundidade a presença de Júlio de Castilhos na política varguista., Vargas teve contato com os pensadores autoritários que estavam em voga no início do século XX, como Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo Amaral.

partidos paulistas na reação contra Vargas. Vargas saiu vitorioso e, para acalmar os ânimos das elites dissidentes, decretou anistia em 1933, levando Borges de Medeiros a ser eleito à Assembleia Constituinte. Apesar das divergências, sua carreira política finda alinhada a Vargas, quando lançou seu apoio ao Estado Novo.

A carreira política de Getúlio Vargas se iniciou graças às influências de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, esse último, dando apoio substancial nas eleições para deputado. Em 1922, Vargas assumiu o posto de deputado para completar o mandato de um deputado que havia falecido. Foi reeleito em 1924, assumindo a liderança república gaúcha. Após dois anos, Vargas se candidatou à presidência do estado por indicação de Borges de Medeiros. Nas eleições, não havia um candidato de oposição, para Fausto (2006), isso se deu “não tanto porque os libertadores achassem inútil concorrer, mas porque esperavam que ele promovesse a conciliação partidária” (p.33). Nesse período, o Rio Grande do Sul já estava projetado no cenário político nacional, graças à política de Borges de Medeiros. De 1926 a 1927, Vargas foi ministro da fazenda do presidente Washington Luís, mas deixou o cargo, pois foi chamado por Borges de Medeiros para se lançar como candidato à presidência do Rio Grande do Sul. Nos dois anos em que atuou como presidente do Estado, em 1928 e 1929, estabeleceu uma política conciliatória, incluindo na administração estadual membros do Partido Libertador (PL), além de tomar medidas que visavam reduzir a fraude eleitoral.

Nesse período, incitou-se na imprensa nacional a ameaça comunista para que a chamada “Lei Celerada” fosse aprovada, limitando as atividades sindicais e políticas de esquerda. Mota (2010) afirma que, entre 1917 e 1930, o comunismo era encarado como uma ameaça distante, que fazia parte da dinâmica política europeia. Com a fundação do Partido Comunista, em 1922, a propaganda comunista apresentou um crescimento pequeno, mas inegável na política nacional. Em maio de 1927, a imprensa recebeu informações de uma suposta conspiração comunista que envolvia uma paralisação do transporte público e do fornecimento de energia do Distrito Federal.

O assunto foi objeto de grande exploração, pois a polícia e setores da imprensa transformaram o que parecia ser uma greve em preparação num terrível plano dos revolucionários, cujo sucesso poderia implicar na transposição do regime bolchevista para o Brasil. No mês seguinte, apareceram matérias jornalísticas falando da descoberta de informações sobre a interferência da Internacional Comunista [...] Divulgou-se que o *Komintern* decidira transformar o Brasil no centro principal do comunismo na América do Sul, encaminhando para cá agentes estrangeiros e uma

verba de 50 mil dólares para fomentar os núcleos bolchevistas operantes no país (MOTA, 2010, p. 24).

Durante a formação do “perigo vermelho” no imaginário brasileiro, em 1929, Vargas foi lançado como candidato à Presidência da República pela Aliança Liberal.<sup>11</sup> No arquétipo da Aliança Liberal se encontravam temas que discutiam a questão da justiça social e da liberdade política, conforme destaca Pandolfi (2004):

os aliancistas propunham reformas no sistema político, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Pregavam anistia para os perseguidos políticos e defendiam direitos sociais, como jornada de oito horas de trabalho, férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Propunham também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícola além do café, e diminuição das disparidades regionais (p.16).

As eleições foram realizadas em março de 1930, e Vargas foi derrotado. Diante disso, “alguns aliancistas reconheciam a derrota e davam a campanha por encerrada, outros decidiam preparar uma insurreição” (PANDOLFI, 2004, p. 17). Dessa forma, houve uma articulação entre políticos civis e parte dos tenentes que haviam migrado para a Aliança Liberal, os quais, insatisfeitos com o extensivo protagonismo do eixo Minas Gerais e São Paulo na política nacional, decidiram promover um levante contra o resultado, considerando-o ilegal, e marcharam rumo ao Distrito Federal.

Esse movimento, conhecido como Revolução de 30, emergiu no dia 03 de novembro e Vargas, então, assumiu o Governo Provisório, fechando de imediato as assembleias estaduais e municipais, revogando a Constituição Liberal de 1891, destituindo quase todos os governantes estaduais. Logicamente, tal manobra política não seria aceita passivamente, e logo começaram as reações de grupos externos e de grupos internos à própria Aliança Liberal, que se dividiram, exigindo, de um lado, a reestruturação do sistema democrático e, de outro, havia os que acreditavam que a volta democrática só seria possível após as reformas sociais.

Com a vitória da Revolução, as correntes autoritárias se viram fortalecidas, principalmente com a revogação da Constituição de 1891, considerada exótica à realidade nacional, quase como

---

<sup>11</sup> Os membros da Aliança Liberal eram conhecidos como “oligarcas dissidentes”, alguns deles exerceram cargos do Executivo, sendo ex-presidentes da República como Artur Bernardes e Epiácio Pessoa, e também presidentes e ex-presidentes dos Estados, como João Pessoa e Getúlio Vargas. Outros aliancistas que merecem destaque, são os dissidentes do movimento tenentista como Juarez Távora, Miguel Costa, Siqueira Campos. Contudo, o líder de maior expressão desse movimento, Júlio Prestes, não aderiu à Aliança.

uma inspiração estrangeira, logo, não estava de acordo com o país e, conseqüentemente, com projeto de crescimento nacional. Era preciso não somente superar esse modelo constitucional, mas também livrar o país do modelo liberal. Somado a isso, havia a crise mundial, que servia para amparar o discurso autoritário de que o modelo liberal era a fonte dos problemas nacionais.

O crescimento de movimentos sociais e políticos na década de 1920 fez com que o fantasma da Revolução Russa assombrasse setores das elites intelectuais e políticas brasileiras. A questão social passou a ser debatida intensamente e muitos questionaram as instituições liberais vigentes pela incapacidade de vencer o “atraso” e controlar a “desordem” reinante no país. Nesse contexto, as dificuldades da economia brasileira, muito afetada pelo *crack* da bolsa de Nova York em 1929, serviram para acelerar o processo de mudança que vinha sendo apregoada nos anos anteriores. A conjuntura de crise provocou revolução em vários países da América Latina: no Brasil ocorreu, em outubro, a Revolução de 1930, que acarretou modificações importantes no país (CAPELATO, 2017, p. 110).

Dessa forma, compreender a atmosfera política dos anos anteriores a 1937 é fundamental, pois concordamos com a afirmação de Ângela de Castro Gomes (1988), segundo a qual “[...] 1930 e 1937 surgiam assim como dois momentos, como duas etapas de um mesmo processo, guardando o primeiro episódio a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe era posterior; 30 fora o início daquilo que 37 queria e devia realizar” (p.207). O reformismo autoritário e o estado de compromisso que são lembrados quando pensamos na política do Estado Novo, bem como as rupturas e continuidades que marcam o plano político varguista, têm a sua gênese nos anos 1930. Assim, temos a incipiência de novos modelos de organização e governo nos estados da federação, e um desses novos protagonistas é a figura do interventor.

Para pensarmos a figura do interventor, é preciso considerar que havia uma polarização política conflituosa no Espírito Santo - de um lado, grupos que mantinham os interesses agrários, e de outro, aqueles que buscavam uma ênfase na mercantilização. Esses conflitos se fizeram presentes após a implantação do Estado Novo, revelando que era preciso um compromisso efetivo entre interventoria e elites políticas regionais.

Assim, houve a necessidade de se manter um Estado de compromisso entre o governo e as elites políticas, pois essas últimas se constituíam, mesmo que a contragosto do varguismo, como peças fundamentais para a manutenção da ordem, ou, em outras palavras, para a continuidade ou ruptura do regime. Luciano Aronne Abreu (2008, p. 195) destaca que os interventores eram peças fundamentais para realizar o diálogo entre os projetos do regime e os interesses dessas elites, pois, “como representantes do governo federal, os interventores não tinham qualquer tipo

de compromisso político com as oligarquias locais; por outro lado, durante o efetivo exercício do poder, os interventores acabaram por ser envolvidos por essas oligarquias”.

O interventor foi, portanto, um elemento novo na política nacional, e uma figura nova na política estadual. Estão dispostos, na Figura 1, os interventores nomeados do Governo Provisório até o advento do Estado Novo, tendo como ponto de encontro, ao centro, a figura de Getúlio Vargas. Construimos a rede de sociabilidade dos interventores dentro do espaço de tempo da Era Vargas para que se possa compreender a dinâmica das nomeações e o tempo em que cada interventor permaneceu no cargo. A fim de amparar a análise da dinâmica entre Vargas e interventores, construimos o Quadro 1, que apresenta os interventores, os estados de atuação, e o tempo em que permaneceram no poder. Assim, os dados dispostos na rede e no quadro constituem elementos fundamentais para o entendimento acerca da interventoria, e a relação entre os interventores e o presidente.

**Figura 1:** Rede de relações de interventores até o advento do Estado Novo.



Linhas vermelhas: relações de ruptura; Linhas azuis: relações de cordialidade; Linhas verdes: relações de longevidade. **Fonte:** Elaborada pela autora a partir das fontes disponíveis no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV (BELOCH; ABREU, 1984).

Em azul, encontramos as personalidades políticas que se mantiveram como interventores após o golpe, em vermelho, são os que foram imediatamente depostos após o golpe de 1937, e, em verde, há os interventores que se mantiveram no poder desde a vitória da Revolução de 1930. Um desses interventores, que acompanhou Vargas durante 13 anos, foi João Punaro Bley, e, justamente por acompanhar Vargas durante esse período, se constituiu como elemento chave para o entendimento do Espírito Santo no plano nacional durante o Estado Novo (1937-1945).

Para contribuir ainda mais sobre o entendimento da instituição da interventoria, elaboramos o Quadro 1, que articula esses interventores com seus estados de origem e com os estados em que atuaram como interventores.

**Quadro 1:** Governo Provisório até o golpe de Estado Novo.

<b>Governadores/ Interventores</b>	<b>Tempo de Governo</b>	<b>Estado de Origem</b>	<b>Estado de posse como interventor</b>
<i>Osman Loureiro de Farias</i>	Interv. 1934-35 Gov. 1935-1937 Interv. 1937	Alagoas	Alagoas
<i>Francisco de Meneses Pimentel</i>	Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1945	Ceará	Ceará
<i>Julio Muller</i>	Gov. 1937 Interv. 1937-1945	Mato Grosso	Mato Grosso
<i>Manuel Maritiniiano Prado</i>	Interv. 1935-1937	São Paulo	Acre
<i>Pedro Ludovico</i>	Interv. 1930-1935 Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1945	Goiás	Goiás
<i>Gama Malcher</i>	Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1943	Pará	Pará
<i>Henrique Dodsworth</i>	Interv. Prefeito. 1937-1945	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
<i>João Punaro Bley</i>	Interv. 1930-1935 Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1943	Minas Gerais	Espírito Santo
<i>Carlos de Lima Cavalcanti</i>	Interv. 1930-1935 Gov. 1935-1937	Pernambuco	Pernambuco
<i>Paulo Ramos</i>	Interv. 1930-1931 Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1945	Maranhão	Maranhão
<i>Álvaro Botelho</i>	Interv. 1930-1931 Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1945	Amazonas	Amazonas
<i>Juracy Magalhães</i>	Interv. 1931-1935 Gov. 1935-1937	Ceará	Bahia
<i>Erônides Carvalho</i>	Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1941	Sergipe	Sergipe
<i>Argemiro Figueiredo</i>	Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1940	Paraíba	Paraíba
<i>Rafael Fernandes</i>	Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1943	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte
<i>Benedito Valadares</i>	Interv. 1933-1935 Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1945	Minas Gerais	Minas Gerais
<i>Nereu Ramos</i>	Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1945	Santa Catarina	Santa Catarina
<i>Manuel Ribas</i>	Interv. 1932-1935 Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1945	Paraná	Paraná
<i>Armando Salles/José Joaquim Cardoso de Melo Neto</i>	Interv. 1933-1935 Gov. 1935-1936 Interv. 1937-1938	São Paulo	São Paulo
<i>Leônidas Melo</i>	Gov. 1935-1937 Interv. 1937-1945	Piauí	Piauí
<i>Flores da Cunha</i>	Interv- 1930-1935 Gov- 1935-1937	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul

**Fonte:** Elaboração da autora a partir das fontes disponíveis no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV (BELOCH, ABREU, 1984).

Como podemos observar, a maioria dos governadores estavam alinhados a Vargas desde o início de seu governo, além disso, representavam seus estados natais. As exceções são: Manuel

Martiniano Prado, Juracy Magalhães e João Punaro Bley. Esses tiveram de conhecer as particularidades dos estados para onde foram enviados e se adaptar dentro do cenário político já estabelecido, para, assim, colocar em prática os projetos varguistas.

Manuel Martiniano Prado foi enviado ao Acre no início do Estado Novo, e permaneceu lá até 1945. Juracy Magalhães foi interventor durante o período pós Revolução de 1930, e governador no Governo Provisório, mas não se manteve à frente da política baiana durante o Estado Novo.

A escolha dos interventores por Vargas é interpretada pela autora Maria do Carmo Campello de Souza a partir de uma lógica própria: escolhia-se “indivíduos marginais politicamente, isto é, destituídos de maiores raízes partidárias, com escassa biografia política ou que, se possuía alguma, a fizera até certo ponto fora das máquinas partidárias tradicionais nos estados” (SOUZA, 1976, p. 87-88). A situação de João Punaro Bley<sup>12</sup> se encaixa na interpretação de Souza (1976), visto que fora indicado por Juarez Távora a Vargas. Sobre a situação de Punaro Bley, Mendonça (2010) apresenta as características que indicam o interventor do Espírito Santo como um “modelo ideal”.

De fato, de todas as interventorias do Norte (Espírito Santo ao Amazonas), foi o único estado que manteve um interventor militar por mais de uma década. Esta peculiaridade capixaba sugere que Bley foi um dos que mais se aproximou do “modelo ideal de interventor”: “era estrangeiro” – não tinha vínculo direto com as forças políticas locais; “era militar”, ou seja, atendia a uma condição necessária para implementar a chamada política revolucionária e era “neutro politicamente”, isto é, tinha poder para realizar com certa dose de imparcialidade e energia uma obra de saneamento administrativo que dificilmente um homem de partido teria coragem ou habilidade de empreender, sem se incompatibilizar com seus próprios partidários (MENDONÇA, 2010, p.183).

Sua vinda para Vitória-ES se deu em 1930, e, em princípio, Bley não veio para atuar como interventor e sim para conter as forças contrárias ao movimento de 1930. Essas forças atuavam em torno da figura de Jerônimo Monteiro, do qual falaremos com mais cuidado adiante. A intenção de Bley era retornar ao Rio de Janeiro assim que obtivesse o controle das forças jeronimistas, como apresenta no relato abaixo.

---

<sup>12</sup> Nascido na cidade de Montes Claros (MG) em 1900, filho de um casal de classe média, formado pelo engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Bley Filho e pela dona de casa Maria Punaro Barata, cresceu acompanhando sua família nas viagens a trabalho de seu pai. Iniciou sua alfabetização em Minas Gerais, mas em 1907 sua família mudou-se para o Rio de Janeiro. Entre 1913-1920 cursou o Colégio Militar de Barbacena e Escola Militar de Realengo, formando-se como oficial da artilharia. Não participou do movimento tenentista, mantendo-se dentro do Exército e servindo em Curitiba. Em 1928, atuava como instrutor de artilharia da Escola Militar de Realengo, quando ingressou na Escola do Estado Maior do Exército, promovido a capitão em 1930.

Numa entrevista que mantive com Juarez Távora, disse-lhe que considerava minha missão em Vitória encerrada e que desejava retornar ao Rio de Janeiro na primeira oportunidade. Achou melhor que eu continuasse em Vitória, até a escolha de um interventor. Desinteressado, passei então a sentir uma verdadeira disputa pelo cargo, entre João Manoel de Carvalho, Afonso Corrêa Lírio e Geraldo Vianna. Em Vitória, o mais ativo era o primeiro que, valendo-se da amizade que sua família dispunha com João Pessoa, esforçava-se para que o novo interventor fosse ligado a Jerônimo Monteiro. [...] Diante dessa luta acirrada a Associação Comercial de Vitória telefonou a Getúlio Vargas lembrando o meu nome para interventor. Fui chamado ao Rio de Janeiro e conduzido à presença de Oswaldo Aranha, que foi logo dizendo: O decreto de sua nomeação está pronto e assinado. Aguarde alguns instantes que iremos até o Catete para ser apresentado ao Getúlio. Chegando lá, expliquei toda a situação política do estado. O Presidente disse que me apoiava e que me nomeava interventor do Espírito Santo. (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, IJSN. Depoimento de João Punaro Bley a João Eurípedes Franklin Leal e Fernando Lima Sanchotene. Rio de Janeiro, jul./ago., 1980. fita 01).

Sobre João Punaro Bley, é importante considerarmos, nesse primeiro momento, que, apesar de ter sido um elemento externo às famílias capixabas que dominavam o cenário político durante a Primeira República, ele conseguiu se estabelecer com maestria e se manter à frente do governo do Espírito Santo por quase toda a Era Vargas, saindo apenas em 1943, para ocupar o cargo de diretor da estatal Companhia Siderúrgica Vale do Rio Doce.

Para entendermos toda essa situação de Bley, é necessário trazermos à discussão o cenário político nacional, relacionando-o com o do Espírito Santo. Além disso, também é importante reconhecer as instituições próprias do regime varguista, daí a necessidade de se compreender a instituição da interventoria durante o regime que se instaurou no Brasil.

Sobre a interventoria é importante frisar que sua existência marcou a chamada Era Vargas. Após a Revolução de 1930, a formação das interventorias se fez presente na gestão varguista, sendo suprimida no curto espaço de tempo democrático entre 1934 e 1936, com a eleição de governadores. No caso do Espírito Santo, Bley manteve-se alinhado a Vargas e conseguiu se reeleger. Em 1937, com o golpe de Estado Novo, as interventorias foram reativadas dentro dos estados, isso se deu através da promulgação da Constituição de 1937, que fechou, a partir do artigo 178, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, cabendo ao presidente da República as decisões legislativas por meio de decretos-leis. A nova Constituição se apresentava de forma a legitimar a centralização, que se apresentava na figura de Vargas, viabilizando, assim, o processo de enfraquecimento das elites políticas regionais.

Dentro desse panorama, não é pretensão imaginar que somente o novo aparato legislativo não seria suficiente para controlar esses grupos. Assim, as interventorias que haviam sido bem-sucedidas nos anos de 1930-34, foram reconstituídas dentro do novo regime, se apresentando como uma resposta sólida às investidas das elites, que reagiram contra Vargas devido a supressão de seus espaços de poder. A relação entre os estados e a União se daria através dessa instituição, pois, segundo Aspásia Camargo (1999),

[...] a grande estratégia foi fragmentar ao máximo as velhas e as novas lideranças emergentes dos estados para fortalecer o poder central, usando como escudo os militares, mas infiltrando aos poucos lideranças mais fiéis e dóceis ao Estado centralizado, às suas novas regras e às suas novas composições econômicas e sociais. Resumindo, houve estratégias centrais em torno de atores regionais manipulados e de atores militares; e estratégias de apoio, de alargamento das alianças, que Eli Diniz descreveu aqui muito bem, e que significaram a incorporação de atores novos. Atores novos são sempre mais manipuláveis porque estão ansiosos por inserção e por institucionalização, mas sem a força e as resistências cristalizadas dos velhos atores na defesa de seus interesses e no controle de seus domínios. Porque o grande problema das transições, [...] é que é preciso destruir a velha máquina, mas sem descurar de miná-la aos poucos, lenta e imperceptivelmente. E sem deixar de construir, simultaneamente, as novas alianças que serão a ponte para o futuro. O grande risco é produzir o vácuo político, semelhante ao drama do trapezista que se projeta no ar, sem nenhuma rede para protegê-lo embaixo e sem ter a certeza de que outro companheiro virá ao seu encontro para estender-lhe as mãos. [...] Quer dizer, se você exagerar na dose de mudancismo, sem controlar seus impactos traumáticos imediatos, os fantasmas invisíveis do velho sistema virão puxar-lhe a perna de noite, e você cairá da cama. Eis por que são necessárias novas alianças [...] O grande desafio é criar condições para que se fortaleçam os novos atores, os novos segmentos das classes dirigentes (p. 41).

As interventorias se constituíram como peças fundamentais para a política do país e a relação dessa com a política dos estados. No âmbito regional, as interventorias se mostraram como um veículo para a inserção de novos atores políticos, tal como apresentado no Quadro 1, visto que a maioria dos interventores foi nomeada para seu estado natal, e atuaram efetivamente para limitar as elites políticas que já se viam consolidadas. Diante disso, as interventorias eram encaradas como fundamentais para uma efetiva política de centralização, tanto administrativa como política.

Assim, o papel das interventorias acaba por se aproximar do viés castilhistas da formação de Vargas, pois não era necessário uma série de aparatos burocráticos para o funcionamento e o crescimento nacional, um Estado forte era sinônimo de um presidente forte. As interventorias, além dos papéis aqui elencados, serviriam como um mecanismo efetivo de integração entre o povo e o governo. Elas possibilitariam uma aproximação efetiva, e seriam fundamentais para o ideal de tutela castilhistas, do governante para com os governados.

Dito isso, é importante compreender a atuação dessa instituição – a interventoria – no Espírito Santo. Entendemos, aqui, que o Espírito Santo não fugiu à regra nacional, como destaca Achiamé (2005), ao afirmar que

dos novos protagonistas políticos, sem dúvida o que se distingue é a interventoria, instituição nunca presente antes no cenário político estadual, pelo menos da forma como se apresentou nos anos de 1930. Não só pela instituição em si, mas pela circunstância de surgir no Espírito Santo um interventor “de fora”, de extração militar e com um projeto reformista, se não consubstanciado em um documento, pelo menos implícito em suas ações, e diretamente ligado ao centralismo que Vargas vai impor ao Estado brasileiro (p.04).

No Espírito Santo, tivemos um governante longo, sobre a escolha do interventor João Punaro Bley,<sup>13</sup> encontramos algumas memórias que colaboram para a interpretação acerca dos anos que antecederam o golpe de 1937. Bley recorda, com certo assombro e estranheza, quando afirma ao seu entrevistador, que, enquanto era estudante do 2º ano da Escola do Estado Maior, tomou conhecimento na madrugada do dia 04 de outubro de 1930 da “eclosão de um levante de grandes proporções, sob o comando, no sul de Getúlio Vargas, em Minas de Olegário Maciel, na Paraíba de Juarez Távora” (BLEY, 2016, p. 319), e passados dois dias, Bley afirma que recebeu um ofício que lhe chamava a se apresentar ao General Chefe do Departamento de Pessoal, a fim de seguir imediatamente para o Espírito Santo, e, assim, completa afirmando que “contrariado, apresentei-me a meu novo comandante, no Ministério da Guerra” (BLEY, 2016, p. 319). Num primeiro momento, essas passagens apresentam características que se sobressaltam aos nossos olhos, mas, depois, se tornam compreensíveis e justificáveis, quando introduzidas no horizonte de análise que constitui esse momento de incertezas e instabilidade política no plano nacional.

A descrição de Bley entra em conflito com a observação levantada em um trabalho anterior sobre a Era Vargas no Espírito Santo. Fernando Achiamé (2005), ao trazer à luz o seu entendimento sobre a escolha de Bley para a interventoria capixaba, compartilha, em princípio, das memórias do político, que afirma ter sido indicado para o governo graças a sua patente. Contudo, o autor afirma que “[...] tal circunstância não deve ter sido a causa principal da indicação de Bley para a Junta Governativa – tudo leva a crer que ele se empenhou para que

---

<sup>13</sup> As recordações, aqui apresentadas, se encontram na obra de *Espírito Santo: História*, de João Eurípedes Franklin Leal, que reúne, em seus anexos, uma entrevista com o interventor João Punaro Bley.

isso acontecesse. Simplesmente, ao exercer sua liderança em diversas ações nos dias de indefinição político-militar” (ACHIAMÉ, 2005, p.120).

Ao tecer tais afirmações, Achiamé (2005) interpreta a figura de Bley a partir de uma postura quase que maquiavélica, se posicionando fortemente em função do ideal “revolucionário”, para que assim pudesse se estabelecer em uma posição de prestígio dentro desse novo cenário político que estava sendo tecido em nível nacional. Entretanto, é arriscado, e até mesmo tendencioso, que o historiador faça tais interpretações, visto que já sabemos o resultado desse movimento. Nesse caso, se debruçar sobre as próprias memórias do personagem constitui um movimento valioso para a narrativa historiográfica.

Ao relacionarmos as *Memórias*<sup>14</sup> de Bley com as fontes utilizadas para construir o contexto que antecede ao golpe de Estado Novo, podemos inferir que Bley, em princípio, se viu “jogado” dentro de uma situação política que modificava o cenário nacional. Diante dessa atmosfera política, percebemos que, apesar de bem articulada, a Revolução de 1930 estava permeada de incertezas e instabilidades, e que admitir que Bley articulou para crescer dentro da Junta Governativa num curto espaço de tempo, a fim de se promover politicamente, ocupando o espaço de maior prestígio no cenário capixaba, sendo ele mesmo um *outsider*, é deveras perigoso.

Como esse tipo de afirmação destaca, o historiador pode cair no erro de promover uma narrativa que acaba por colocar as características humanas de lado, ou seja, esquecendo que, nesse cenário dúbio e incerto, os protagonistas dessa história se viam inundados de sentimentos conflitantes. No caso de Bley, por mais que vir ao Espírito Santo e participar do movimento de 1930 significasse a possibilidade de ascensão na sua carreira, isso também levava ao afloramento de diversos receios e medos. Logo, seu posicionamento político inicial não é aqui entendido como uma busca por ascensão ao poder, mas sim como um meio de sobrevivência dentro desse cenário de instabilidade, que sucedeu a eclosão revolucionária. Dito isso, não significa que posteriormente Bley não tenha lançado mão de preceitos maquiavélicos a fim de

---

<sup>14</sup> As *Memórias* aqui utilizadas, são um compilado de manuscritos redigidos por João Punaro Bley já em sua velhice. O documento foi solicitado ao CPDOC/FGV, e, mediante pagamento, foi digitalizado e enviado por e-mail. Como é um manuscrito, não possui paginação, nem mesmo a data da redação dessas memórias, em vista disso, para um melhor entendimento do leitor, utilizamos como data referencial o ano de envio do documento, e a paginação referente ao arquivo digitalizado. O documento não fora concluído, mas constituiu um grande aliado para o entendimento histórico.

se articular para manter-se na posição que lhe fora destinada, mas pensar isso imediatamente após a Revolução de 1930, é pretensioso.

Apesar de ter ocupado o cargo de interventor logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, Bley afirma que não tinha conhecimento prévio de como se estruturava a situação política no estado. Chegando ao Espírito Santo, encontrou o estado com uma “atmosfera carregada”, visto que o governo de Aristeu Aguiar atravessava uma fase de impopularidade tremenda devido ao que Bley chamou de “massacre de 13 de fevereiro”. Questionado sobre o que seria esse massacre, Bley explica que “aconteceu no dia 13 de fevereiro de 1930. A Aliança Liberal promoveu um comício em Vitória, nas escadarias do Carmo. Após vários discursos incendiários, a polícia do Espírito Santo, atirou no meio da multidão, matando 4 pessoas e ferindo outras tantas. Isso mostra o despreparo da polícia e a deterioração do governo” (BLEY, 2018, p. 74).

Nessa passagem, podemos retirar algumas informações pontuais que vêm a contribuir para o plano político de Vargas, pois a nomeação de Bley aconteceu num momento de tensão política, e apresentam que o contexto revolucionário de 1930 não era pacífico. Havia uma dispersão das elites capixabas que se posicionavam contra o presidente de estado. A insatisfação por parte dos grupos dirigentes ecoou na ação da interventoria após a Revolução de 1930, e a própria ação de substituir os governantes dos estados devido a pressões das elites locais representa uma característica mediadora do Estado Novo. Vargas também instituiu medidas que diminuía a autonomia dos estados, conforme revelam os escritos de Pandolfi (2004):

em agosto de 1931 o governo promulgou o Código do Interventores: diferentemente do pré-1930, os estados não podiam contrair empréstimos externos sem autorização do poder central. Também não podiam gastar mais de 10% da despesa ordinária com serviços da polícia militar, dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou de armá-las em proporção superior à do Exército. Para um regime que queria combater o exacerbado federalismo da República Velha, a nacionalização das Forças Armadas era uma questão crucial. Para diminuir o poder das oligarquias regionais era necessário diminuir o seu poder de fogo (p. 19).

Nos meios intelectuais, o debate estava polarizado: de um lado, encontravam-se posições favoráveis à volta de um Estado liberal, portanto, descentralizado; e do outro, se destacavam aqueles que seguiam a nova onda internacional nacionalista. Logo, essas questões deixaram de se limitar apenas ao cenário intelectual e migraram para o político, ainda mais com a

identificação crescente do Governo Provisório com a idealização de uma política centralizadora.

Diante disso, insatisfeitas com a falta de protagonismo no cenário nacional, e com a redução da atuação regional, as elites reagiram contra a perda de liderança e passaram a exigir a volta do regime federativo e liberal, pois, assim como destaca Capelato (2017), estariam garantindo certa autonomia frente ao poder central:

[...] diversas facções oligárquicas que se haviam cindido na conjuntura pré-revolucionária de 1930 se rearticularam, exigindo o fim do regime discricionário. No fim de 1931, em São Paulo, por exemplo, o Partido Republicano Paulista [...] se reestruturou e se aliou ao seu opositor, o Partido Democrático, um dos vitoriosos de 1930. Juntos eles fundaram a Frente Única Paulista, que contava ainda com o apoio das associações de classe mais fortes do estado: da lavoura, do comércio e da indústria. No Rio Grande do Sul, lideranças que haviam participado da Revolução de 30, como Borges de Medeiros, Raul Pilla, João Neves, articulados na Frente Única Gaúcha, começaram a questionar a continuidade do governo provisório. Em Minas, teve início movimento semelhante. Contudo, o interventor Olegário Maciel, através de um acordo, conseguiu neutralizar, num primeiro momento, o Partido Republicano Mineiro, exceto a ala liderada por Arthur Bernardes. Ansiosos para acelerar a marcha pela reconstitucionalização do país, lideranças do Sul tentam, sem sucesso, arregimentar os interventores do Norte e Nordeste (CAPELATO, 2017, p. 22).

Como forma de “apaziguar os ânimos” políticos, o governo editou, em fevereiro de 1932, o Código Eleitoral, que incluía, pela primeira vez, o voto feminino.

Trazendo uma das reivindicações tenentistas, o novo código instituiu a representação classista, que incluía no corpo político, além dos parlamentares eleitos pelo voto direto, representantes das associações de classes, com a finalidade de tornar neutro o desempenho político, de forma a limitar a força das oligarquias regionais (PANDOLFI, 2004, p. 24). Vargas articula para o ano seguinte as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, mesmo assim, as insatisfações continuaram a crescer.

Apesar de tais medidas, as agitações civis e militares continuaram crescendo e, em julho, o estado de São Paulo foi palco de um confronto belicoso. A Revolução Constitucionalista de 1932 pode ser interpretada como uma guerra civil brasileira. Milhares de pessoas se alistaram para a luta armada, outras contribuía com as campanhas que buscavam o financiamento do conflito. Apesar disso, São Paulo não recebeu apoio oficial de nenhum outro estado, e acabou sendo abafado por tropas federais.

Diante da necessidade de uma reestruturação da legislação constitucional, da insatisfação dos civis e dos militares e, por fim, da promulgação da Constituição de 1934, que tinha traços liberais significativos, é possível interpretar que o projeto varguista estava cada vez mais limitado. Sobre a questão constitucional, Vargas afirma que

[...] a constituição de 34, ao revés da que se promulgou em 1891, enfraquece os elos da Federação: anula, em grande parte, a ação do presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem, ao desenvolvimento normal da administração; acoroça as forças armadas à prática do facciosismo partidário, subordina a coletividade, as massas proletárias e desprotegidas ao bel-prazer das empresas poderosas; coloca o indivíduo acima das comunhões (VARGAS, 1934, GV 34.07.15/02).

Mesmo com os anseios liberais da Constituição, o intervencionismo estatal ainda se fazia presente, principalmente no que tange os assuntos sociais e econômicos. Contudo, o fortalecimento do Estado não estava acompanhado do fortalecimento do Poder Executivo. Como uma tentativa de reaver o prestígio e o apoio, Vargas, agora presidente eleito indiretamente, reorganizou os ministérios, distribuindo-os não mais aos tenentes, mas aos estados que o apoiavam. Os militares não estavam excluídos, era necessário o apoio para implantar o projeto de Vargas, que afirmava: “Serei o primeiro revisor da Constituição” (VARGAS, 1934, GV 34.07.15/02).

Contudo, incluir os militares se mostrava uma tarefa complicada, em virtude da própria heterogeneidade desse segmento, pois, com a política acalorada, esses não possuíam aspirações similares às de Vargas, tampouco compartilhavam o mesmo ideal de ordem. Os militares buscavam uma identidade que, por sua vez, seria o meio para criar o sentimento de ser pertencente a algo, no caso, à corporação (CAMARGO *et al*, 1988, p. 32). Isso facilitaria uma “eclosão ideológica”, pois as inspirações e os objetivos políticos não se formariam fora do meio militar, pelo contrário, era preciso que os militares se firmassem como uma organização fundamental para a estrutura do poder centralizador. Dessa forma, as forças armadas, principalmente o Exército, seriam um dos principais centros de equilíbrio para o governo varguista.

Concomitantemente a esse cenário indefinido da política nacional, o Ocidente, após a Revolução Russa de 1917 e a crise de 1929, encontrava-se polarizado entre duas tendências político-ideológicas: a comunista, reforçada pela força crescente da União Soviética, e a fascista, corrente que nasce na Itália e se espalha graças à crise do liberalismo. No Brasil, tais

acontecimentos políticos se apresentam através da Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>15</sup>, que se alinhava à esquerda, e agrupava antifascistas e anti-imperialistas, tendo como presidente Luiz Carlos Prestes, e a Ação Integralista Brasileira (AIB)<sup>16</sup>, tendo a figura de Plínio Salgado no centro do partido, que, inicialmente, apoiava Vargas, pois estavam unidos por um fator comum, a luta contra o comunismo. Logo, a ANL correspondia exatamente à força política a ser combatida.

A ANL logo estabeleceu sedes em todo o Brasil, e alguns meses após a sua fundação foi considerada subversiva, portanto, ilegal. Isso gerou um sentimento de resistência frente ao governo, e logo agitou-se um levante armado a fim de depor Vargas. Esse já havia sido informado sobre a organização de um levante, mas não fez nenhuma medida preventiva.

Por consequência, a Intentona Comunista eclodiu, mas foi rapidamente abafada. Mesmo com esse crescimento do Executivo, Vargas não conseguiu o apoio do Congresso para estender seu mandato, era preciso, então, outro plano.

O ano de 1937 se iniciou com o lançamento da candidatura de José Américo de Almeida e Armando Salles à presidência da República. O primeiro se via apoiado pelas forças getulistas e o segundo pela oposição. Cartas e telegramas eram enviados pelas lideranças municipais de todo o Espírito Santo ao Governador João Punaro Bley, a fim de mostrar apoio à candidatura, ou até mesmo demonstrar que se articulavam politicamente a fim de angariar votos para José Américo. Contudo, poucas respostas do governador foram encontradas. A Figura 2 ilustra essa situação, pois revela que os municípios estavam articulados para a eficiência do PSD nas eleições. O telegrama em questão fora enviado do município de Fundão-ES e apresenta que a “câmara municipal reunida hoje por proposta do vereador Eloy Miranda enviamos a V. Excelência felicitações pela investidura no cargo de presidente do Partido Social Democrático, reafirmando apoio e solidariedade política a V. Excelência”<sup>17</sup>.

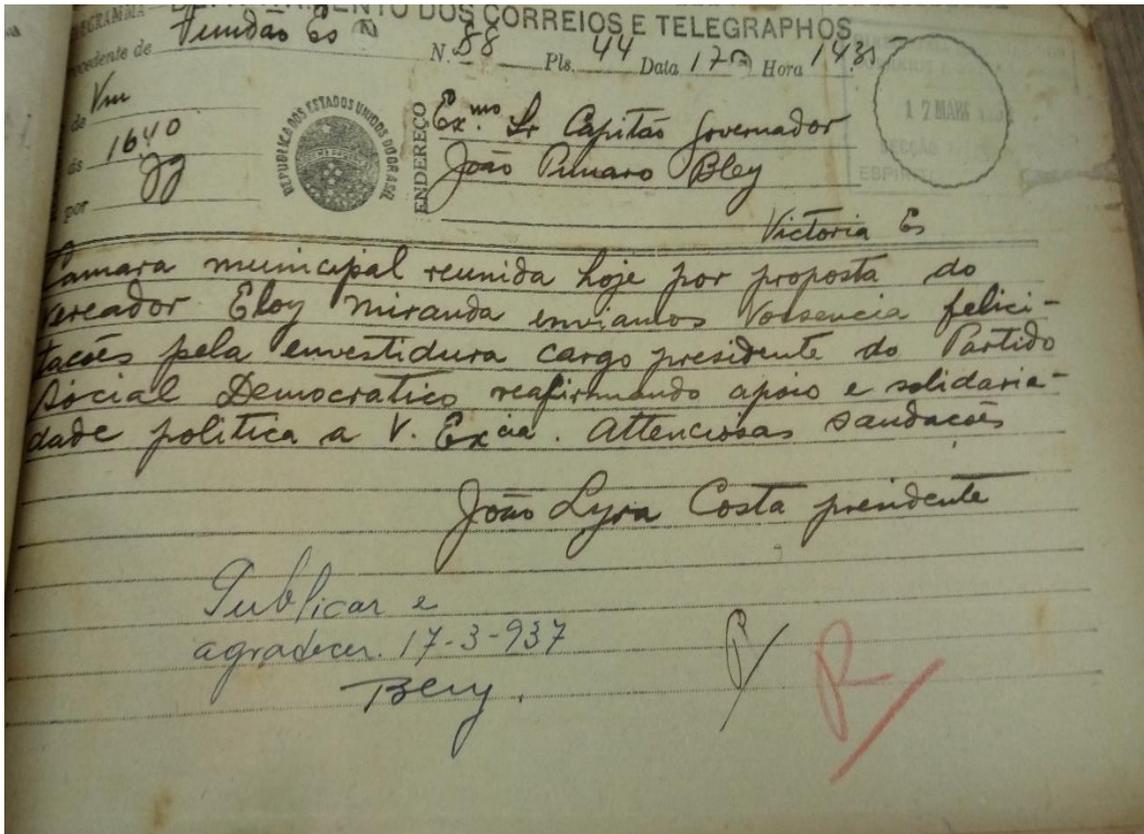
**Figura 2:** Telegrama parabenizando João Punaro Bley pelo cargo de presidente do PSD.

---

<sup>15</sup> A Aliança Nacional Libertadora foi criada em março de 1935, e congregava comunistas, socialistas, e alguns liberais.

<sup>16</sup> A Ação Integralista Brasileira foi criada em 1932, e tinha entre seus adeptos militares e católicos.

<sup>17</sup> Como exemplo, anexamos o telegrama ao corpo do texto.



**Fonte:** APEES. Caixa 305, Livro: Telegramas recebidos pelo Interventor João Punaro Bley, 1937.

Compreende-se o silêncio de Bley quando nos debruçamos sobre suas *Memórias*, nas quais afirma que “a situação do candidato oficial era um tanto equívoca, de vez que forças ponderáveis da oposição também o apoiavam” (BLEY, 2018, p. 198). Mais à frente, Bley relata que, em uma reunião com Vargas, percebeu que sua posição em relação Américo era negativa, pois ao comentar do posicionamento ambíguo de Américo durante os comícios obteve de Vargas a seguinte resposta, “Você tem razão, se os discursos dele fossem de improviso ainda se poderia perdoar, mas acontece que geralmente são escritos” (BLEY, 2018, p. 199). E, após ouvir isso, Bley recorda, em suas memórias acerca do pedido de Vargas, que o fato de ter alertado Vargas sobre os perigos em lançar José Américo, devido a sua fluidez de ideias, possibilitou a sua continuidade na liderança política capixaba, pois “para bom entendedor, meia palavra basta” (BLEY, 2018, p.199).

Buscamos respostas aos telegramas que Bley recebera das elites municipais que reafirmavam apoio a José Américo, já que, como de costume, o governo guardava as cópias das respostas enviadas. Não encontramos nenhuma resposta de estímulo ou de apoio à ação das diligências municipais. A esse silêncio, por si só, caberia algumas interpretações. No entanto, encontramos

a justificativa nas *Memórias*<sup>18</sup> de Bley, que afirma que ao voltar ao Espírito Santo reduziu a propaganda ao candidato de Vargas: “ao voltar para o Espírito Santo, resolvi reduzir a propagando da candidatura de José Américo ao mínimo, fato que causou estranheza aos meus (*palavra ilegível*) que acharam que assim eu acabaria perdendo prestígio frente ao candidato” (BLEY, 2018, p.199).

Podemos perceber que os adjetivos *cauteloso* e *perspicaz* resumem muito bem a ação política de Bley nesse cenário confuso e conturbado que precede a instauração do Estado Novo. A situação descrita por Bley vai mais a fundo quando esse relata a procura da oposição, quando Assis Chateaubriand lhe telefonou, perguntando sobre a sua posição frente à candidatura de Armando Salles. Reproduzindo-se na íntegra as palavras de Bley: “respondi que como Governador garantiria a plena liberdade de propaganda, mas que como presidente do PSD, apoiaria a candidatura de José Américo” (BLEY, 2018, p. 199). Outro acontecimento marcante foi a ida de Valadares para a oposição. Sobre isso, optamos por transcrever toda a narrativa de Bley:

[...] fui ao Palácio Catete para as despedidas, encontrei o Valadares que, mais aquela, perguntou-me: “Você acha que o Góis vai derrubar o Getúlio e implantar uma ditadura militar?” Respondi: “Benedito, acho que você está vendo fantasmas. Como Góis pode derrubar Getúlio com Dutra Ministro de Guerra”. Estava calmamente jantando no Hotel Central quando chegou o (*palavra ilegível*) Monjardim dizendo-me: “Você jantando calmamente aqui e o mundo político pegando fogo com o rompimento do Valadares”. Caí das nuvens. Efetivamente, Valadares havia rompido com Getúlio, e havia fugido para Minas com medo de ser preso. Cheguei para o Francisco Gonçalves, que também já sabia do assunto, [...] às 10 horas da noite pela Rádio Inconfidência de Belo Horizonte, formalizou o rompimento e passaria a apoiar a candidatura de Armando Salles (BLEY, 2018, p. 200).

A crise da candidatura que já se anunciava se confirmou com o abandono de Valadares. Bley transmite a sensação de incerteza política que pairava sobre a possível ação de Vargas, e até mesmo sobre o seu caminho político:

[...] juntos, eu e Alzira, fomos à casa do França Filho para as despedidas e depois fomos até a casa do Agamenon Magalhães, Ministro do Trabalho e da Justiça, que era perto. Atropelado, Agamenon quis negar, mas, diante da evidência de fatos (*palavra ilegível*) confessar que a crise era grave, pelas suas implicações no Rio Grande do Sul. Novamente, na casa de França Filho, ouvimos a proclamação de Valadares. Quando todo mundo esperava que ele rompesse com Getúlio e passasse a apoiar Armando Salles, Valadares fez uma proclamação confusa, que ninguém entendeu, para grande

---

<sup>18</sup> Optamos por transcrever os trechos das *Memórias*, visto que o conteúdo da obra está em difícil acesso no CPDOC/FGV, sendo possível, apenas, a consulta ao documento no arquivo.

decepção da oposição, ou melhor, saiu pela porta da frente, *não sem solicitar a Getúlio que deixasse a porta da casinha aberta* (BLEY, 2018, p. 200, grifo nosso).

Nesse trecho, fizemos as seguintes interpretações: apesar de Bley transmitir no relato a intenção de visitar tais personagens apenas para cumprir etiquetas sociais, percebemos que o trânsito entre as residências fora feito para colher o máximo de informações possível sobre o rompimento de Valadares e a reação de Vargas. Pelo relato, também interpretamos que Bley, assim como França Filho e Agamenon Magalhães, não estavam tão íntimos do presidente, e isso corrobora a interpretação histórica costumeiramente atribuída a Vargas, como sendo uma figura política extremamente reservada.

Por fim, a última interpretação que fizemos desse trecho, é que, diante do segundo pronunciamento feito por Valadares, Bley deduziu que um acordo “às escuras” fora feito entre Valadares e Vargas, já que Valadares se pronunciou em tom elogioso ao governo do qual fez parte, saindo, portanto, “pela porta da frente”, mas tentando manter “a casinha aberta”, ou seja, uma possibilidade de diálogos no futuro com Vargas. Com essa postura, Bley manteve-se ao lado de Vargas, enquanto outros “figurões” da política tendiam a forças contrárias, ainda mais pela negativa do Congresso em manter o “estado de guerra”.

Em meio às incertezas do cenário eleitoral, a política nacional sinalizava contra o “perigo vermelho”. O levante comunista conhecido como Intentona Comunista<sup>19</sup>, em novembro de 1935, foi o responsável por incluir nos discursos de Estado a ameaça comunista. Motta (2002, p. 03) entende o movimento como o responsável pela disseminação e pela consolidação do anticomunismo no Brasil.

[...] O impacto foi enorme sobre a opinião conservadora, afinal, não era uma rebelião comum: tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder, a qual, uma vez bem-sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira. A comoção tornou-se ainda maior quando a imprensa começou a divulgar indícios, encontrados pela polícia, da participação de um grupo de estrangeiros ligados à Internacional Comunista (*Komintern*) na frustrada tentativa revolucionária (MOTTA, 2002, p. 190).

---

<sup>19</sup> Rodrigo Patto Sá Motta atenta para o termo “Intentona Comunista”, ao trazer em discussão que seu uso para referenciar o levante comunista não se deu de imediato. Alguns jornalistas utilizaram o tempo dias depois do levante, mas sua consolidação se deu alguns anos depois. “Intentona significa intento louco, motim insensato” (2002, p. 193). Neste trabalho, percebemos este evento como um levante comunista, assim, o uso do termo intentona comunista se restringe as citações diretas.

O levante comunista ocorreu no Brasil e, mesmo que em pequenas proporções, fez com que a ideia de comunismo partisse do campo das ideias políticas e se tornasse real, “concreto e próximo da realidade brasileira”, conforme Motta (2002, p.193). A construção dos discursos que se opuseram ao comunismo foi uma estratégia imediata e, inicialmente, se centralizaram na questão antinacionalista do comunismo, que fragmentava a sociedade em classes, em outras palavras, reduzia a nação brasileira.

É certo que a ameaça aos ideais de nação era condicionada ao comunismo, e foi usada por Vargas para justificar sua permanência no governo, afinal, o perigo estava à espreita. e foi utilizado. O levante comunista, que se restringiu a um curto espaço de tempo, foi potencializado pela imprensa como a fonte do mal que pairava sobre a nação. Motta (2002) atenta para o exagero flagrante das notícias sobre o levante, uma vez que era necessário “apresentá-lo como um acontecimento mais grave do realmente foi” (p. 202). O uso da ameaça comunista foi retomado em setembro de 1937, quando o Governo consegue o retorno do “estado de guerra”, graças à divulgação do Plano Cohen.

O Plano Cohen<sup>20</sup> foi um documento falso, associado à Internacional Comunista, que seria o planejamento para a tomada de poder pelos comunistas. Anos mais tarde, foi divulgado pelo próprio aliado de Vargas, o general Góes Monteiro, que o plano fora construído pelo capitão Olímpio Mourão Filho, membro da AIB. Sua autenticidade não foi questionada na época de seu lançamento, afinal, a cúpula militar do país apoiava Vargas. Inclusive um telegrama informando sobre o sucesso contra a empreitada foi enviado para João Punaro Bley. No telegrama, enviado do Palácio do Catete, foi informado que “[...] com a cooperação da massa popular e classes armadas, realizaram hoje sem efusão de sangue, mudança da alta administração patriota por paradeiro (no sentido de parar) a chacina que ameaçava desgraçar a família brasileira” o telegrama ainda informa que o presidente, bem como os ministro da justiça e da guerra e regimento da cavalaria se recolheram a fim de tomar as devidas precauções acerca do levante que se anunciava, como demonstrado na Figura 3.

**Figura 3:** Telegrama destinado a Punaro Bley alertando sobre as ameaças.

---

<sup>20</sup> A origem do nome Cohen é hebraica, significa sacerdote, vem somar com o antissemitismo e medo do comunismo no Ocidente. Rodrigo Patto Sá Motta (2006) atenta que a expressão “Plano Cohen” não foi utilizada pelos contemporâneos a esse momento, sua adoção foi posterior ao momento em questão.



**Fonte:** APEES. Caixa 305, Livro: Telegramas recebidos pelo Interventor João Punaro Bley, 1937.

O Plano continha informações sobre uma greve geral dos trabalhadores, sobre manifestações populares, depredações de prédios públicos e até mesmo sobre a eliminação física das autoridades, como destacou o jornal *Diário da Manhã*, no dia 01 de outubro de 1937, trazendo na íntegra o *Programa de Ação do Partido Comunista no Brasil*, que posteriormente será denominado de Plano Cohen.

Com a “evidente” ameaça à nação, era preciso que o Estado estivesse forte, e isso só seria possível se a representação do Estado Nacional também fosse forte. Com as eleições presidenciais se aproximando, a política regionalista se fazia presente. Para Getúlio Vargas, além do comunismo, havia outro inimigo a ser combatido – o regionalismo: era necessário um governante que fosse sinônimo de força e equilíbrio, um herói nacional, o que demonstrava que sua permanência como presidente era necessária.

Em 10 de novembro de 1937, foi noticiado em rede nacional por meio da Voz do Brasil, um novo Brasil, que já estava em gestação desde a Revolução de 1930. Iniciou-se o Estado Novo. De acordo com Sola (1990), o regime do Estado Novo representava para Vargas a necessidade e a inevitabilidade de um regime autoritário. Para justificar suas ações e apresentar seu projeto, Vargas afirmou:

tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-se seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos, se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar com maior proveito pelo bem da coletividade [...] firme propósito de continuar servindo à Nação (VARGAS, 1937/38, p. 32)

No fragmento mencionado, podemos perceber a influência castilhistista em Vargas, quando ele escreve na primeira pessoa, afirmando que não se deixa seduzir pelas satisfações que o poder oferece, reforçando a ideia de que a acomodação política não faz parte de seu tipo de governo, que visava o bem da coletividade e a servidão à Nação. Vargas se coloca no centro das decisões de Estado, e de fato foi esse o lugar que ocupou. Nenhuma decisão institucional seria aprovada sem a comunicação ao presidente. Sobre a imagem que Vargas projetou dentro do Estado Novo, Sola (1990) afirma que,

de fato, Getúlio Vargas será o centro político do Estado Novo, mais ainda do que fora enquanto Presidente Provisório depois de 1930 e como Presidente Constitucional, a partir de 1935, o que confere eficácia àquela representação ideológica. Explicar o fato e a imagem como constantes de todo regime autoritário, seria insuficiente; ambos resultam de condições particulares da história brasileira depois de 1930. Apontá-las implica em determinar as características do golpe de Estado e as condições que o tornaram possível; implica também em reconstruir o processo pelo qual foi se impondo a ideia de Vargas como árbitro e salvador (p. 257).

O golpe em novembro de 1937 foi bem-sucedido graças às alianças estabelecidas entre forças armadas, que já integravam o governo, e forças políticas, que demonstravam apreço da sociedade e se mostravam contrárias ao comunismo<sup>21</sup>. Esse último representou o grande mal a ser combatido e a justificativa para a aplicação da força do Estado, por mais que o fragmento da obra de Vargas deixe implícito que a sua postura de combate seria aos vícios que permeavam a “velha” política, que buscava, segundo Vargas, alimentar os interesses privados daqueles que faziam a política, e não de quem representavam. Fechar as Assembleias e as Câmaras foi um ato autoritário, mas também representativo do novo Estado, que se empenhava a construir, não era preciso representações de cada estado da nação, mas sim um representante, simbolizando a unidade.

Diante das ações autoritárias que minaram a representatividade, o diálogo com o Exército, e a instauração de um regime autoritário acabaram por aproximar a figura de Vargas e o Estado

---

<sup>21</sup> Como apoio expressivo das forças armadas destacamos: Gal. Gós Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército; Gal. Gaspar Dutra, Ministro da Guerra. Como força política destacamos o apoio de Plínio Salgado, líder integralista.

Novo dos regimes fascistas que se destacavam na Europa. Contudo, compartilhamos da premissa de que, apesar de autoritário, o Estado Novo não foi um regime fascista, afinal, não teve apoio das massas, tampouco a força crescente de um partido, sua ideologia ainda não estava definida no momento do golpe, apesar de Vargas sinalizar o que deveria ser combatido (regionalismo e comunismo), a construção do plano de nação se deu ao longo do governo. O projeto foi alterado várias vezes para que as mudanças necessárias fossem incluídas visando a estabilidade de Vargas no poder.

Entre as mudanças originadas com o Estado Novo, temos a reestruturação das interventorias. No caso do Espírito Santo, João Punaro Bley continuou alinhado aos interesses varguistas e, novamente, foi nomeado interventor. Já habituado e acostumado à política capixaba, suas ações no campo econômico não promoveram mudanças drásticas no estado.

Por outro lado, se é verdade que não houve grandes rupturas no desenvolvimento da economia capixaba no período, também não se pode deixar de mencionar que foi o Governo Bley que dotou o Estado de um suporte tecno-financeiro capaz de impulsionar e economia regional mais adiante. Para tanto, criou-se a Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa (Decreto-Lei Nº 12.143, de setembro de 1940), com a finalidade específica de formar homens com conhecimentos claros e racionais acerca de agricultura, pecuária e seus derivados (GRAZZIOTTI, 2006 apud OLIVEIRA et al, 2011, p. 15); criou o Instituto de Crédito-Agrícola do Espírito Santo (Decreto-Lei Nº 6.627, de 1935), o qual foi posteriormente, em 1937, transformado no Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo e hoje constitui o atual Banco do Estado do Espírito Santo –BANESTES. E foi ainda na gestão Bley que se deu a implantação da Companhia Vale do Rio Doce, cujos impactos para a economia do Estado foram enormes, tal como se verá adiante (GRAZZIOTTI, 2006 apud OLIVEIRA et al, 2011, p. 15). Tais empreendimentos acabaram por contribuir para outro aspecto relevante: o preparo de terreno para a ascensão ao poder de uma geração de formuladores que veio a reboque da Revolução de 1930, cujos projetos desenvolvimentistas foram uma marca (OLIVEIRA *et al.*, 2011, p. 15).

Assim, apesar das pequenas mudanças na dinâmica econômica do Espírito Santo, podemos afirmar que a Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa impulsionou a produção cafeeira, e abriu espaço para outros produtos. Além disso, a Escola representava os anseios cientificistas do Estado, levados, inclusive, ao homem do campo.

Sobre a dinâmica política do Estado Novo, Adriano Codato (2015) apresenta a ideia de personalismo institucionalizado, que é conceituado como “a condição de realização prática do sistema político ditatorial e, ao mesmo tempo, a maneira pela qual o poder ‘pessoal’ se exprime e se explica” (p. 320). Isso é aplicado na escolha dos membros da elite política, que outrora necessitavam de mecanismos próprios para a manutenção de suas posições na máquina estatal, e que, com o Estado Novo, passaram a depender da promoção de sua influência frente ao

interventor, representante do governo federal, para ocupar os novos espaços de poder, representado pelas secretarias.

O trabalho de Codato (2015) é de extrema relevância para o estudo da composição das elites paulistas durante o Estado Novo. Compartilhamos a ideia do autor de que as elites se rearticularam em torno de Vargas, por mais que esse grupo representasse o que deveria ser combatido – o regionalismo –, correndo uma cooptação de parte dos membros para a atuação nas secretarias e nos departamentos. No caso capixaba, buscamos explicar, nos capítulos a seguir, a hipótese de que parte da elite política, inclusive a de forças contrárias a Vargas, foram realocadas nos espaços de poder.

## CAPÍTULO II

### **ARRANJOS E REARRANJOS: A POLÍTICA CAPIXABA EM CHEQUE NOS ANTECEDENTES DO ESTADO NOVO**

Neste capítulo, objetivamos compreender os novos arranjos políticos entre segmentos de elites do Espírito Santo no contexto da implantação da ditadura civil do Estado Novo, o que veio a ocorrer por meio de um golpe de estado. Para isso, é necessário examinar as fontes<sup>22</sup> a fim de se compreender a reação capixaba ao golpe, bem como a reestruturação das elites políticas que até então se mantinham no poder. Intenta-se compreender as estratégias e as movimentações das elites no sentido de se manterem nos espaços institucionais mais relevantes no contexto político que emergiu por ocasião do golpe desferido por Getúlio Vargas contra a jovem democracia, em 10 de novembro de 1937.

#### **2.1 O Espírito Santo e a iminência do golpe de 1937**

Conforme indicado, o Brasil mantinha desde meados do século XIX uma economia baseada no café, conseqüentemente seus dirigentes, ou seja, as forças políticas que se articulavam com os interesses nacionais, provinham das famílias que se dedicavam a produção cafeeira. Entretanto, o início do século XX também foi palco de mudanças diante da necessidade de se modernizar a nação. Nesse cenário, a industrialização foi eleita como o ideal de progresso, passando a ser, segundo o ideário das elites alçadas ao poder, necessária.

Há, portanto, uma dicotomia de interesses, de um lado, as elites regionais de base majoritariamente agrária e que, até então, controlavam a economia e política nacional, de outro, havia os setores emergentes, adeptos de um projeto nacional de desenvolvimento, que, a partir da condução do Estado, viabilizava investimentos à industrialização e aos centros urbanos, o

---

<sup>22</sup> As fontes aqui utilizadas se concentram nos arquivos oficiais do governo. Também buscamos por jornais que circulavam no Espírito Santo à época. O jornal *A Tribuna* não se encontra no APEES, e não possui uma biblioteca aberta para consulta. O jornal *A Gazeta* encontra-se no APEES, contudo, são inexistentes os exemplares dos meses que antecedem e dos períodos de incerteza que sucederam o golpe de 1937. Buscamos nos arquivos privados da biblioteca do jornal *A Gazeta*, e a existência desses exemplares também é incerta. Portanto, concentramos nossa análise apenas na documentação oficial.

que requeria maior participação política. A Revolução de 1930 constitui uma representação dessa atmosfera conflituosa, como resume Fausto (1999), ao afirmar que

[...] a Revolução de 1930 se precipita com a perda de sustentação do Governo Washington, resulta basicamente da aliança temporária entre facções burguesas não vinculadas ao café, às classes médias e ao setor militante tenentista. Os componentes sócio-econômicos dessa aliança, entretanto, refletem-se difusamente na vida política, em razão do atraso político do país, pois não há partidos a nível mais amplo, nem associações de classe no nível profissional, que possam exprimir as diferentes aspirações (p. 246).

O Espírito Santo, antes da crise de 1929, se encontrava em uma posição de destaque dentro da política cafeeira, conforme destaca Zorzal e Silva (1995). As forças políticas capixabas se organizaram a fim de lançar negociações que colocassem o café capixaba “no páreo” nacional. Mesmo com o destaque capixaba no cenário nacional, e a injeção urbanizadora na capital do estado, as mudanças da estrutura social aconteciam lentamente, conforme revelam os escritos da mesma autora:

[...] a conformação da estrutura social presente no Espírito Santo não se diferenciou o suficiente para permitir a constituição de novas forças sociais capazes de pressionar por mudanças. Isso apesar de ter havido uma certa expansão urbana, tanto na capital como nos núcleos urbanos do interior, que permitiu a ampliação das classes médias urbanas. Porém, tal processo não seria suficiente para alterar os padrões de articulações vigentes. Essa nascente classe média (constituída principalmente no setor terciário – bancos, comércio, serviços), estava subordinada à dinâmica mercantil-exportadora. Portanto, não representava uma força com potencial de luta suficientemente forte para gerar pressões por mudanças. O padrão de dominação coronelística permaneceu inalterado (ZORZAL E SILVA, 1995, p. 106).

Diante da atmosfera socioeconômica, e para entendermos os personagens políticos capixabas e as suas rearticulações durante o Estado Novo, percebemos que as forças políticas capixabas estiveram, até a década de 1930, divididas em dois blocos econômicos, que se faziam representar no campo político: os setores agro-fundiários, que se concentravam na região sul, dada a sua proximidade com a zona de produção fluminense, e os segmentos mercantis-exportadores, esses concentrados na região central, devido à área portuária do Espírito Santo<sup>23</sup>.

Conseqüentemente, os interesses desses blocos não se limitaram à economia e se estenderam à política, dividindo-se em dois partidos que movimentavam o cenário político durante a Primeira República (1889-1930): o Partido União Republicana Espírito Santense, representando os

<sup>23</sup> Para corroborar com nossa afirmativa, podemos citar os autores Marta Zorzal e Silva e Fernando Achiamé, que viabilizaram o entendimento das relações políticas e econômicas capixabas. Além disso, podemos encontrar estudos que se dedicam a História Regional no Programa de Pós Graduação em História/ UFES.

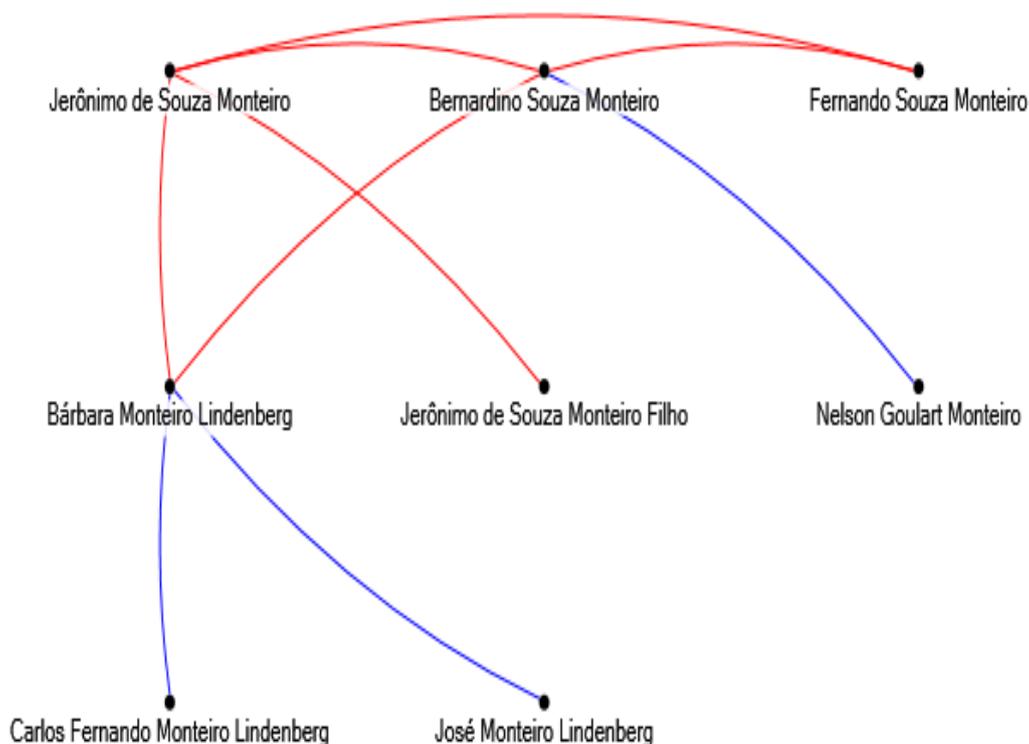
setores agro-fundiários, e o Partido Republicano Construtor, representando o grupo mercantil-exportador. Em 1908, esses dois partidos se unem, resultando no Partido Republicano Espírito-Santense, que aglomerou a família Souza Monteiro, tendo como principais figuras os irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro.

Esses dois irmãos logo se dividiram em interesses opostos, Jerônimo, tendo uma ligação mais “tradicional”, se manteve alinhado às forças agro-fundiárias, enquanto que Bernardino se articulou com os interesses mercantis-exportadores, que abarcavam os interesses da região central, colocando-o no centro do Partido Republicano até a véspera da Revolução de 1930.

A respeito das elites políticas no contexto da Primeira República, e da questão agro-fundiária capixaba, é importante realizarmos um adendo. Para isso, construímos uma pequena ilustração acerca de uma parte das forças políticas do período. Na Figura 4, retratamos as relações da família Monteiro, já que a política capixaba, em meados dos anos 1910 e 1920, estava sob controle da família Souza Monteiro, tendo Jerônimo Monteiro ocupado os cargos de deputado federal entre 1897 e 1899, e 1915 e 1917, tendo sido presidente de estado entre 1908 e 1912. Seu irmão, Bernardino de Sousa Monteiro, foi vereador, deputado estadual, senador e presidente de estado no Espírito Santo, de 1916 a 1920. Por sua vez, Fernando Sousa Monteiro, nesse mesmo contexto, era bispo de Vitória-ES.

Na Figura 4, os Souza-Monteiro estão identificados em vermelho, mesmo que em algum momento se colocassem em oposição. Contudo, compreendemos esses personagens dentro de um mesmo grupo, devido às suas relações de interesses voltadas a preservar as forças políticas das quais faziam parte nos espaços de poder. Podemos observar a figura de Jerônimo Monteiro Filho, também em vermelho, pois, apesar de jovem, se mantinha articulado aos interesses de seu pai. Em azul, destacamos os elementos “dissidentes” que encontravam certo prestígio político antes da atuação varguista, devido a sua origem familiar Souza-Monteiro. Apesar da origem, suas trajetórias políticas estiveram marcadas por uma posição contrária ao domínio “oligárquico” e pela busca por um liberalismo eficiente.

**Figura 4:** A rede familiar Souza Monteiro.



Sendo: Linhas Azuis: Apoiaram o governo varguista, Linha Vermelha: representantes da “velha política”.  
**Fonte:** Elaboração da autora a partir da leitura das fontes e das obras de apoio de Fernando Achiamé (2005), Marta Zorzal-Silva (1995) e do Fundo de Governadoria do APEES.

Como citado, na rede familiar Souza-Monteiro, destacamos em vermelhos os irmãos Monteiro, dentre eles, a figura de Bárbara Monteiro Lindenberg, que apesar das poucas menções a sua pessoa foi mãe de duas importantes figuras políticas, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg e José Monteiro Lindenberg, no cenário de transição da Primeira República para a Era Vargas. Outro elemento a ser destacado é Nelson Goulart Monteiro, filho de Bernardino de Souza Monteiro, que acompanhou João Punaro Bley em toda a sua atuação política no Espírito Santo.

Ao observarmos a rede familiar Souza-Monteiro, percebemos parte da elite dissidente e parte da “nova” elite que ascendeu ao poder na Era Vargas. Os irmãos Bernardino e Jerônimo Monteiro representam o corpo político que deveria ser combatido com a instauração do Estado Novo. Já os herdeiros da família, apesar de se posicionarem como descendentes da política familiar,

migraram para o lado vencedor após a Revolução de 1930, com exceção de Jerônimo Monteiro Filho.

No final da década de 1920, os herdeiros políticos Monteiro começavam a galgar seus próprios espaços dentro do poder político. A crise de 1929<sup>24</sup> ressoou no Espírito Santo enfraquecendo o governo do presidente de estado Aristeu Borges de Aguiar. Diante de um plano político e econômico enfraquecido, além do sentimento de “mais do mesmo” na política, a frustração com os arranjos característicos da Primeira República corrobora o discurso de revitalização nacional adotado pelos revolucionários de 1930. Vitoriosa a revolução, iniciou-se um novo período no cenário político capixaba<sup>25</sup>, com a chegada de João Punaro Bley e com a rearticulação de parte das elites. Sobre o período transitório da década de 1920 para a década de 1930, Achiamé (2005) resume muito bem a situação capixaba.

Em meio à efervescência política da década de 1930, assiste-se no estado do Espírito Santo ao desaparecimento de antigas lideranças que se retiraram de cena devido a causas várias (por exemplo, Bernardino Monteiro morreu em 1930, Jerônimo Monteiro, em 1933) e ao surgimento de políticos que se firmarão em épocas posteriores, como Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves. E à permanência na cena política de personagens com atuação variada na República Velha como Fernando de Abreu, Geraldo Viana e Atílio Vivacqua. Ocorrem, também, rearticulações políticas envolvendo as facções dos jeronimistas e dos bernardinistas oriundas do extinto Partido Republicano Espírito-santense, e o aparecimento no cenário estadual de novos partidos gramscianos, sejam de expressão nacional como a Liga Eleitoral Católica (LEC), Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN), sejam de âmbito estadual como o Partido Social Democrático (PSD), o Partido da Lavoura (PL), os sindicatos (p. 41).

A partir do movimento de redemocratização de 1934, as forças políticas que já haviam se realinhado à figura de Punaro Bley passaram a se organizar em dois partidos: o Partido da Lavoura, que acomodava os jeronimistas, aqui percebidos como os saudosistas da Primeira República, e o Partido Social Democrático do Espírito Santo, sintonizados com a posição governista.

Assim, o Partido da Lavoura representava a oposição, e tinha como principais atores aqueles políticos já estabelecidos no cenário capixaba, como Atílio Vicacqua, Geraldo Vianna, Abner

---

<sup>24</sup> Apesar das consequências advindas com a crise, não podemos perceber a Revolução de 1930 como uma consequência da quebra da bolsa de Nova Iorque, afinal “a Depressão não levou automaticamente à suspensão ou abolição da democracia representativa” (HOBSBAWM, 1995, p. 140).

<sup>25</sup> Decidimos não prolongar uma discussão acerca da Revolução de 1930 no Espírito Santo pois, já abordamos no primeiro capítulo desse trabalho. Além disso, tal momento é discutido com maestria na obra de Fernando Achiamé (2005).

Mourão e Jerônimo de Souza Monteiro Filho. Quanto ao Partido Social Democrático (PSD), encontramos figuras que buscavam “seu lugar ao sol” na política capixaba. Apesar de seu pouco peso, não significa que são elementos externos ao microsistema político aqui formado, pelo contrário, são políticos já estabelecidos no interior, e que buscam uma amplitude de sua imagem, como o caso de Fernando de Abreu<sup>26</sup>. Outro exemplo é Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, membro da família Souza Monteiro, que ocupou o cenário político capixaba durante a Primeira República.

Com as eleições de 1934, encontramos uma cisão no PSD, isso porque João Punaro Bley, na condição de interventor, se colocou como candidato favorável à manutenção do projeto varguista. Asdrúbal Soares, que já estava eleito como deputado, também desejava concorrer ao governo do Espírito Santo, afinal, o estado precisava de um representante de sua terra. Diante desse impasse local, era preciso manter a maioria com o PSD. Para isso, Carlos Lindenberg fora enviado por Punaro para apresentar a situação capixaba a Getúlio, e, em suas palavras, o cenário era o seguinte:

[...] a eleição do Bley – depõe Carlos Lindenberg – foi outra tragédia. Porque quando se esboçou a sucessão de governo, houve uma cisão no partido. O Asdrúbal Soares se candidatou, também a governador. Ele, que tinha sido eleito pelo PSD, como Deputado Federal, nós tínhamos, creio, dezesseis deputados, e a oposição tinha nove. Mas, com o rompimento de Asdrúbal Soares, com o Bley, também foram repartidos esses dezesseis deputados. Mas, depois ele conseguiu mais adesões, ficando com quatorze deputados. E, nesta ocasião, eu fui incumbido, pelo Bley, de ir conversar com o Getúlio. Cheguei lá, relatei a situação, e ele me disse:  
- Mas o senhor tem muita coisa para fazer. O Asdrúbal não é deputado? Ele é um homem muito acessível. O Geraldo Vianna também é um grande amigo e muito acessível, vocês conversem com eles. Eu acredito que, por aí, vocês podem conseguir mais adesões. Mas uma coisa eu recomendo: “*os senhores não se fixem em nomes, porque o essencial é que o partido ganhe, com qualquer um nome do partido*” (Áudio disponível no Instituto Jones dos Santos Neves. Depoimento de Carlos Lindenberg, 02, grifo nosso).

A partir dessa passagem, podemos destacar alguns elementos que se tornam fundamentais para a compreensão do comportamento das elites capixabas, após o golpe do Estado Novo.

O primeiro deles é: até as eleições, de 1935, não podemos perceber uma articulação concisa entre Vargas e seus aliados políticos, para uma efetiva permanência no poder. A situação é de instabilidade quanto a escolha do corpo político, mas há a necessidade da perpetuação do

---

<sup>26</sup> Teve uma participação no movimento “revolucionário de 1930”, após isso ocupou o cargo de prefeito de Cachoeiro de Itapemirim.

projeto de nação já iniciado com a Revolução de 1930. O Partido Social Democrático representava, portanto, a concentração desse projeto.

O segundo entendimento diz respeito à relevância dos jogos de poder dentro do panorama político capixaba. Bley, que outrora se projetava como inseguro quanto aos rumos do seu papel político nos pós 1930, 5 anos depois, já está mergulhado na “politicagem” capixaba. Mandando seu “braço direito”, Carlos Lindenberg, informar a situação e receber um aconselhamento do presidente Vargas. O presidente, então, se manteve articulado com a sua visão de gestão nacional, como discutido no primeiro capítulo, cujo objetivo, no momento, seria manter o partido alinhado com o seu projeto, e pouco interessado em resolver as particularidades de cada estado.

Percebemos que o cenário político capixaba acompanhava a efervescência do cenário nacional, e era preciso decidir acerca de um novo candidato à presidência, bem como aos governos estaduais. O projeto de Vargas se mantinha claro: era preciso transferir o projeto que até então se encarnava em sua *persona* para o partido.

No Espírito Santo, encontramos os esforços de Punaro Bley em tentar uma articulação, e manter a maioria dos representantes políticos vinculados ao PSD. Mesmo assim, elementos que até se articulavam ao lado de Punaro, viam sua chance de se lançarem em cargos de maior prestígio, como é o caso de Asdrúbal, e também de Carlos de Medeiros, que, em 1936, se distancia do PSD, pois não havia conseguido apoio dentro de seu próprio partido para se reeleger como presidente da Assembleia Legislativa.

A questão com Carlos de Medeiros se tornou ainda mais profunda quando, próximo das eleições de 1934, Punaro Bley se deu conta de que a oposição ganhara força. Para evitar tal crescimento, articulou uma proposta com o líder oposicionista – Jerônimo Monteiro Filho -, a fim de salvaguardar os interesses de plano nacional. Sobre isso, Punaro Bley recordou que, após a dissidência de Asdrúbal Soares, o PSD se viu reduzido:

[...] nós tínhamos 16 deputados, ficamos reduzidos a 10, e a oposição ficou com 15. Estava perdida a situação, quando me lembrei de fazer um acordo com o Jerônimo Monteiro Filho. Eu sabia que ele tinha 3 deputados e estava apoiando o Asdrúbal Soares. Então propus ao Presidente da República, como solução que eu saísse do páreo e que o Jerônimo Monteiro Filho fosse eleito governador no meu lugar. Ele concordou e aceitou, ficou tudo combinado, o Jerônimo Monteiro Filho veio para o meu lado.

Com isso, restabelecemos a maioria de um voto, seria treze contra doze. Entretanto, quando chegou a ocasião da eleição o deputado Carlos Marciano de Medeiros (Carlos Medeiros) discordou da candidatura do Jerônimo Monteiro Filho, dizendo que só votaria em mim. Ficou uma situação difícil para resolver. Houve, então, um pacto de honra em meu gabinete, que se constituiu no seguinte: ‘Como o Jerônimo tinha esperança de trazer três deputados a mais da oposição a se eleger, ficou combinado que ele iria ser eleito no primeiro turno e o Carlos de Medeiros votaria nele próprio’. Eu concordei, mas achava que não daria certo. Quando saiu o resultado da eleição do primeiro turno, a situação era a seguinte: Jerônimo Monteiro Filho tinha 12 votos, Asdrúbal Soares tinha doze votos, e Carlos de Medeiros tinha um voto, não houve maioria. No segundo turno eu fui eleito por um voto (Áudio disponível CPDOC/FGV. Depoimento de João Punaro Bley, 04).

A partir desses conflitos quanto às eleições estaduais, podemos perceber que dentro de um curto espaço de tempo Punaro Bley já havia se estabelecido dentro da política capixaba, mesmo sendo um elemento *outsider*, sem nenhuma trajetória política ou proveniente de uma rede familiar relacionada às questões políticas do estado do Espírito Santo. Bley conseguiu conquistar o seu lugar, e até mesmo a preferência de personagens já conhecidos. Sabendo se posicionar frente aos impasses que surgiam nessa “adrenalina” democrática, iniciada em 1934 com o projeto de redemocratização, conseguiu se eleger, indiretamente, através de uma manobra engenhosa, pensada por ele e Carlos Lindenberg.

O que queremos aqui é promover uma nova interpretação acerca de João Punaro Bley. A obra de Achiamé (2005) compreende os acontecimentos da Era Vargas no Espírito Santo, entre 1930 a 1937. Apesar de todo o fôlego e da riqueza que essa obra representa para a historiografia capixaba, adotamos um olhar diferente para a construção de nossa narrativa, conseqüentemente, a leitura sobre Bley se fez diferente. Na obra de Achiamé (2005), são elencados excertos das *Memórias* de Bley, associando-as às publicações da revista da alta sociedade *Vida Capichaba* e a algumas publicações de jornais como *A Gazeta*, que se apresentam, hoje, com edições esparsas desse período.

Dito isso, nos confrontamos com a leitura de Punaro Bley oferecida por Achiamé (2005), que acaba por seduzir o leitor a compartilhar de sua análise com afirmações como: “Bley pode muito bem ter trabalhado para afastar do caminho outros possíveis pretendentes ao posto de líder militar da revolução no Espírito Santo” (p.120); “tal circunstância não deve ter sido a causa principal da indicação de Bley para a Junta Governativa – tudo leva a crer que ele se empenhou para que isso acontecesse. Simplesmente, ao exercer sua liderança em diversas ações nos dias de indefinição político-militar” (p. 120); ou “é difícil não considerar que a figura do interventor

Bley vai assomando aos olhos de todos como um coronel acima dos coronéis, ou um coronel de novo tipo” (p.142).

Essas são algumas das muitas menções a Bley que acabam por adjetivá-lo como um manipulador, ou como uma “raposa” política. Por isso, utilizamos das *Memórias* de Bley, e de sua entrevista em áudio disponível no CPDOC/ FGV, para traçar a sua própria leitura do momento, a fim de “limpar” a imagem que tínhamos fomentada pela obra de Achiamé (2005). Encontramos um Bley já idoso, que lança um olhar crítico sobre o seu passado e que admite que sua vinda ao Espírito Santo, em plena juventude, enquanto ainda se formava na Academia Militar e logo após o seu casamento, se deu “somente pelo otimismo e pela audácia da mocidade, que permitiu-me [sic] aceitar tão arriscada e difícil missão” (*Memórias*, p.69).

Para nós, Bley realmente pode ter adquirido expertise política habilidades aos longos dos 15 anos em que se manteve no Espírito Santo<sup>27</sup>, mas isso não seria possível nos anos iniciais da ação política varguista no Estado, que tinha uma trajetória secular de oligarquias já consolidadas e em que nenhuma decisão ou ação vindas de um *outsider* passariam despercebidas. Assim o telegrama enviado pela Junta Governativa com a influência da Associação Comercial que tanto é mencionado por Achiamé (2005) não fora encontrado nem por nós, nem por Achiamé (2005), o que reforça a cautela que devemos adotar para compreender a chegada de Bley ao Espírito Santo.

Assim, acreditamos que a figura de Bley passou por uma ressignificação, o que, na década de 1930, poderia ser interpretado como um “peão” dentro do xadrez político, conseguiu galgar o *status* de “bispo”, ao definir bem seus aliados, fortalecendo a sua imagem, tornando-a parte do cotidiano, o que ocasionou na sua permanência na liderança estadual, mesmo após o fim da interventoria.

A fim de ilustrar esse cenário, elaboramos a Figura 5, que comporta as personalidades políticas de 1930 a 1937, com o objetivo de deixar mais claras as posições partidárias e os elementos que as compõem. Em azul, colocamos os personagens ligados ao PSD, em vermelho, os

---

<sup>27</sup> Aqui ilustramos os 15 anos de João Punaro Bley no estado do Espírito Santo, incluindo os treze anos que ficou como interventor/presidente de estado/ interventor, entre 1930 a 1943; e os dois anos que dirigiu a CVRD-Vale do Rio Doce, entre 1943 a 1945.

personagens ligados ao Partido da Lavoura, e, em verde, estão os elementos transitórios, que se articulavam ora em um partido, ora em outro, de acordo com seus interesses.

**Figura 5:** Redes de sociabilidade da política partidária capixaba em vésperas do golpe do Estado Novo (1934-1937).



Sendo: Linhas vermelhas: oposição; Linhas azuis: apoiavam o governo; Linhas verdes: transitavam entre apoio e oposição. **Fonte:** Elaboração da autora a partir da leitura do jornal *Diário da manhã* (1934-1937).

A partir da discussão até aqui estabelecida, percebemos que ocorreu uma ressignificação da ação política, pois o projeto varguista, em princípio marcado por um discurso característico da direita revolucionária, tinha como principal objetivo injetar o capital para o benefício estatal, livrando-o das ações de interesses privados oriundas das elites dirigentes. Contudo, percebemos que esse discurso centralizador e nacionalista passou a ser propagado de modo vinculado a aspectos dos ideários mais mobilizados nas camadas populares. O que de fato ocorreu foi uma migração das ações governistas. Outrora marcado por um discurso revolucionário, o discurso centralizador e nacionalista passou a adquirir características de uma direita conservadora, aqui entendida dentro da manutenção das tradições políticas. Ou seja, as elites continuaram a exercer a ação política, doravante dentro de um projeto nacional-desenvolvimentista e de

modernização-conservadora, mesmo que nos bastidores, ou sob os auspícios do representante do referido projeto no Espírito Santo, no caso Punaro Bley.<sup>28</sup>

Assim, a figura de João Punaro Bley<sup>29</sup> pode ser entendida como um porta-voz da mensagem governista com discurso revolucionário, pautado em uma afirmativa de fortalecimento estatal, enquanto as secretarias, ou mesmo os cargos de apoio ao interventor, se mantiveram com os grupos que já dominavam a política regional. Em outras palavras, vemos que o governo adotou um discurso revolucionário, característico dos movimentos autoritários do século XX, mas manteve uma prática conservadora, bem dentro dos moldes da dita modernização conservadora.

A partir da observação da Figura 6, conseguimos compreender a necessidade de representação da unidade nacional com o simbolismo da entrega da bandeira nacional nas mãos do interventor do Espírito Santo, substituindo, ao menos simbolicamente, a bandeira capixaba, em prol do desenvolvimento da nação. Esse ato evoca as exigências ideológicas do projeto estadonovista, dando significado visual ao conceito de política centralizadora.

---

<sup>28</sup> A obra *Fascists and conservatives: the radical right and the establishment in twentieth-century Europe* (2003) de Martin Blinkhorn, realiza um amplo debate teórico sobre a articulação entre direita revolucionária e direita conservadora.

<sup>29</sup> Ocupando os cargos de interventor, governador eleito, e, por fim, interventor novamente no cenário estadonovista – sendo esse último cargo percebido como mais concentrado e articulado com a posição de Vargas.

**Figura 6:** Entrega da bandeira do Brasil ao interventor do Espírito Santo, em 1938.



Fonte: CPDOC/FGV JPB foto 017.

Nesse sentido, podemos afirmar que o Espírito Santo mantinha certa instabilidade nos contextos das eleições para governador. Quanto ao panorama federal, percebe-se uma política centralizadora que outrora se via fortalecida, graças à insurreição comunista de 1935, rapidamente freada, mas que serviu para reforçar a imagem de que o país precisava, efetivamente, de um governo forte e estável<sup>30</sup> para combater o perigo vermelho, que se expressava no imaginário popular como a força do mal, a expressão do demônio, da imoralidade e da violência (MOTTA, 2006).

Contudo, através do Fundo de Governadoria do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), observamos que, com o sucesso da política anticomunista, o poder excepcional outorgado ao presidente desde 1935, justificado pelo estado de guerra, se viu findado em junho de 1937. Com a proximidade das eleições presidenciais, que aconteceriam em 1938, os parlamentares viam com cautela a ideia de renovar por mais alguns meses o poderio do

---

<sup>30</sup> Rodrigo Pattto Sá Motta (2006) atenta para a criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), que tinha como função realizar investigações a fim de apontar ao governo os elementos envolvidos em atividades “subversivas” para que fossem punidos.

presidente, e o governo se absteve de qualquer exigência. A ansiedade pela eleição já tomava os grupos políticos, tudo aspirava para uma real normalização da democracia brasileira.

Dentro desse cenário que se apresenta como favorável à democratização e à estabilização partidária nacional, é preciso identificar os elementos que, de certa forma, serviram como alicerce para o golpe que se desencadearia em 10 de novembro de 1937, deixando Getúlio Vargas à frente do poder da República por mais 8 anos, doravante à frente de uma ditadura. Para isso, lançamos mão do uso de jornais capixabas<sup>31</sup>, a fim de compreender como se deu a leitura dos acontecimentos em nível “macro”, e sob uma perspectiva “micro”, ou seja, a fim de compreender o plano nacional partiremos de uma perspectiva regional.

Ao utilizarmos a imprensa, temos em mente que essa se apresenta como um veículo informativo e formativo da população, mas também atuando como um personagem ativo dentro do debate político. Dito isso, é importante agirmos com cautela, percebendo-os “como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos linguísticos e outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada, de seu debate” (POCOCK, 2003, p.25).

Podemos estender nossa análise à própria ação governista frente ao “perigo vermelho”, que serviu como justificativa para o discurso “revolucionário” do governo. Em setembro de 1937, no Distrito Federal, o governo apresentava uma série de comemorações patrióticas que homenageavam os “fiéis combatentes” que venceram e livraram o país do “mal” comunista. O jornal *Diário da Manhã* do dia 24 de setembro traz os discursos do General do Exército Newton Cavalcanti, e as palavras de Vargas, que se dedica a destacar a necessidade de um espírito nacionalista e protetor, como podemos ver a seguir:

Esta romaria é uma lição e uma advertência. É uma lição porque ela significa que para a defesa de um ideal de uma nacionalidade e para a vitória de uma Pátria nem sempre é preciso matar. Basta, às vezes, que se saiba morrer. É uma advertência, porque significa que o povo brasileiro, as forças armadas do Exército e da Marinha estão vigilantes na defesa da Pátria. E esta romaria ainda uma advertência contra aqueles que se confluíram para a destruição da Pátria e hoje não resta mais dúvida nenhuma

---

<sup>31</sup> O jornal utilizado é o *Diário da Manhã*, que se constituiu em um jornal de ampla circulação e que atuava, também, como um diário oficial. Encontra-se disponível na Hemeroteca Digital. Outro jornal que também utilizamos é o *A Gazeta*, que está disponível no APEES e na Biblioteca Carlos Lindenberg, que fica na sede desse próprio jornal. Contudo, em ambos os lugares é inexistente os exemplares referentes ao ano de 1937. O jornal *A Tribuna*, também circulava no período aqui estudado, mas seus exemplares não se encontram no APEES, e em sua sede a biblioteca não está aberta a consultas particulares.

sobre as origens do movimento, pois que, dirigindo a intencionalmente comunista, foram presos aqui três membros do Komintern comandando brasileiros impatrioticamente. Portanto, além dessa advertência, esta romaria significa também que a vigilância continua, constituindo, em toda sua dedicação, um exemplo eloquente de que o povo, o Exército e a Armada estão unidos e em guarda para a defesa da Pátria também contra os fracos, os timoratos e os comodistas, e não só contra os que tiveram coragem de trair a sua Pátria, mas ainda aqueles que não tiveram a coragem de defendê-la (VARGAS, *Diário da Manhã*, 24/09/1937, APEES).

O ano de 1937 foi marcado pelo crescimento de mensagens que apresentam notícias da “insuficiência” do regime comunista, sem procedência dos dados e fontes utilizadas para informações. Somado a isso, também destacamos um aumento de mensagens sobre o perigo do comunismo, servindo como justificativa para um posicionamento fechado e enérgico do governo. Além disso, questionamos se as outras ameaças externas, o nazismo e o fascismo, recebiam destaques nos jornais, e concluímos que a menção a esses regimes era quase inexistente. Esses dados podem ser observados na Tabela 1.

**Tabela 1:** O Comunismo no Jornal Diário da Manhã

Ano	Edições	Número de menções ao nazismo	Número de menções ao fascismo	Número de menções ao comunismo
1935	297	3	0	2
1936	291	6	0	1
1937	286	6	2	96

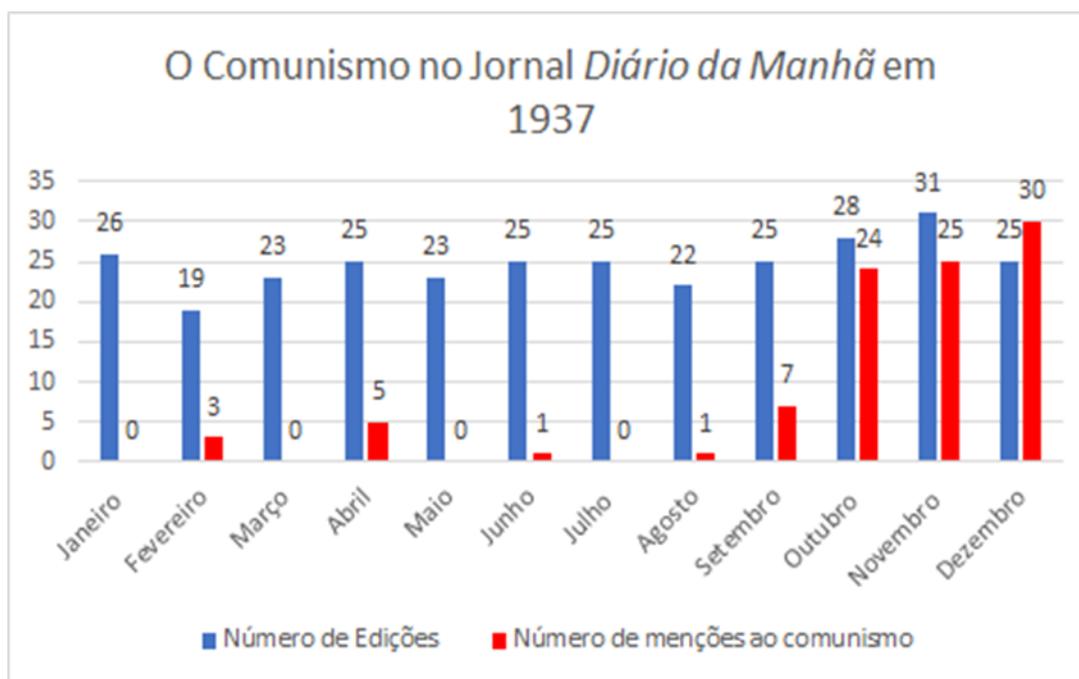
**Fonte:** Elaboração da autora a partir do jornal *Diário da manhã* (1935-1937).

Percebemos, portanto, um aumento considerável de menções ao “perigo vermelho” no ano de 1937, o que se contrasta com o levante comunista em 1935, quando houve poucas menções à questão comunista. O resgate, por parte da imprensa, do medo comunista começa, de fato, no ano de 1937, quando há a articulação da elite política nacional para suspender o Estado de Guerra, e para o surgimento de medidas do governo que se mostrassem eficazes para a legitimação do discurso de continuidade e proteção nacional. Isso corrobora a prerrogativa da necessidade de uma atenção às ações do governo, bem como à articulação da imprensa nos meses que antecedem o golpe de Estado Novo.

Para esclarecer a questão do comunismo como justificativa ao golpe, analisamos especificamente o ano de 1937, para construir uma informação mais precisa sobre quando, de

fato, começaram as abordagens midiáticas do medo comunista. Após a coleta dos dados, construímos o Gráfico 1, que visa esclarecer a acentuação quanto à quantidade de notícias sobre o comunismo durante o ano de 1937, e como esse crescimento se deu nos períodos próximos ao golpe do Estado Novo.

**Gráfico 1:** O Comunismo no Jornal Diário da Manhã



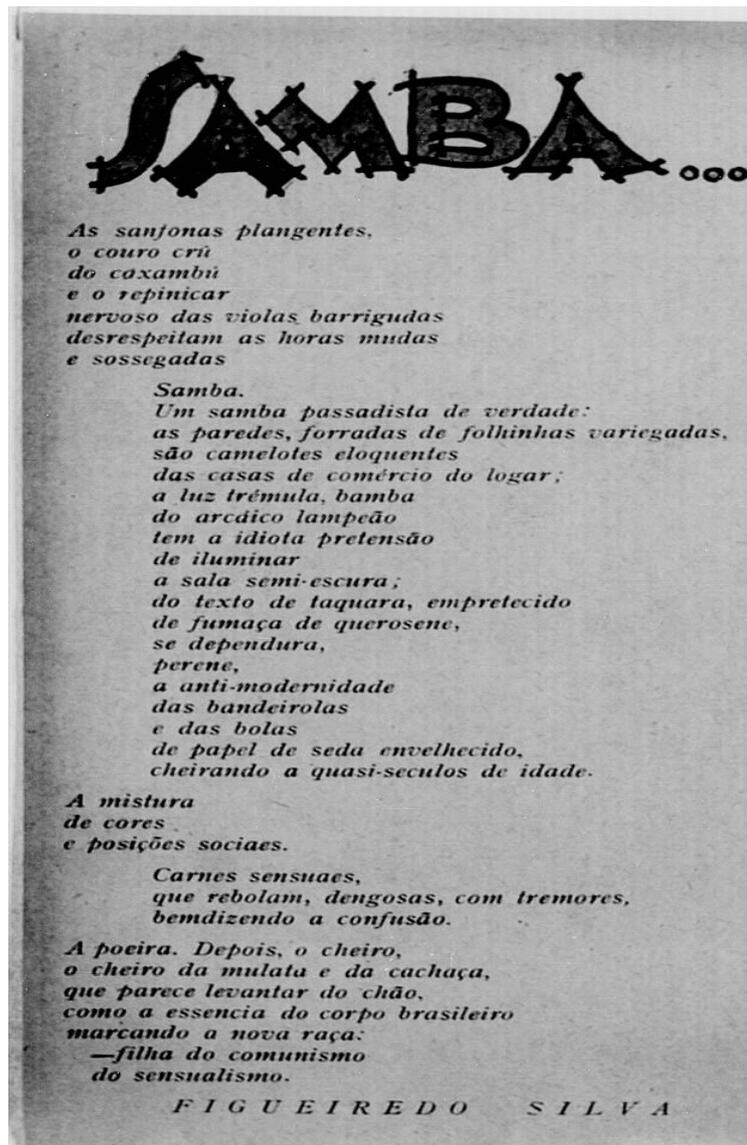
**Fonte:** Elaboração da autora a partir da leitura do jornal *Diário da manhã* (1935-1937).

Diante desses dados, concordamos com a análise de Rodrigo Patto Sá Motta (2006, p. 58), que coloca a imprensa como um dos principais legitimadores da ação de Vargas. Era preciso dar força a uma “ameaça nacional” que justificasse o golpe de 10 de novembro de 1937, e a imprensa capixaba estava em sintonia com a maioria dos jornais que circulavam no país. Assim, concordamos com o autor no que diz respeito à opinião pública e sua expectativa para algum plano comunista de desarticulação nacional. Outro destaque feito pelo autor que cabe ser referenciado, é a cautela que se deve ter ao se analisar a imprensa, pois “não houve a mesma unanimidade constatada após o levante de 1935. Alguns jornais importantes demonstraram ceticismo e desconfiança, temendo as consequências do novo quadro institucional para as eleições” (MOTTA, 2006, p. 59).

Assim, não nos causa espanto que os meios de imprensa capixabas fizessem matérias sobre o perigo do comunismo. A revista *Vida Capixaba*, principal veículo da imprensa do Espírito

Santo, passou a abordar o comunismo dentro do campo político, ou até mesmo incorporando o conceito do comunismo como características de grupos sociais marginalizados, como vemos na poesia *Samba* da Figura 7, que aborda a o samba sob uma visão pejorativa, característica dos anos iniciais da década de 1930, quando o samba era perseguido e marginalizado.

**Figura 7:** Poesia “Samba” apresentando a devassidão e sensualidade do gênero musical, associando-o ao comunismo.



Fonte: *Vida Capichaba*. Vitória, Edição 319, 1932.

Ainda sobre a poesia *Samba*, encontramos elementos que possibilitam compreender que o comunismo não era visto apenas como uma ameaça de violência e de instabilidade política, mas também como depravação moral, ligado a uma imaginária nocividade da miscigenação racial, pois “o cheiro da mulata e da cachaça, que parece levantar do chão, como a essência do corpo

brasileiro, marcando a nova raça: - filha do comunismo/ do sensualismo”<sup>32</sup>. Outra referência ao comunismo como uma ameaça aos valores morais e cristãos da sociedade está presente na Figura 8.

**Figura 8:** Fragmento de uma matéria sobre um suposto plano da União Soviética em incendiar as igrejas católicas.

## «Incendiaremos todas as igrejas do mundo»

*Comunicado do Serviço de Divulgação da Polícia do Rio.*

Em 5 de Novembro de 1930, o «Besboschink», porta voz da «Associação dos Ateus Combatentes», com sede em Moscou, lançou a seguinte palavra de ordem: «Incendiaremos todas as igrejas do mundo.»

A partir de então, essa lula de morte à Igreja e seus representantes, vem sempre recrudescendo na U. R. S. S. E. para isso, o «Besboschink» tem lançado, repetidamente, outras proclamações do genero da já referida e que conciliam «os milhões de operários e camponeses, a cerrar fileiras sob a bandeira de guerra do ateísmo»

Na União Soviética, e como veremos a seguir, o objetivo da Associação dos Ateus Combatentes está quasi atingido. De 44.000 sacerdotes da Igreja Católica Ortodoxa, atualmente, não vivem mais que 1200. E destes, só umas poucas centenas se encontram no exercicio de suas funções. Mais de 40.000 foram assassinados ou morreram de fome e maus tratos nos campos de concentração, executando trabalhos forçados incompatíveis com os seus recursos

### «VIDA CAPICHABA»

Publicação fundada em 1923.

Director: M. Lopes Pimenta  
Redactores: - Alvimar Silva, Athayde Lima e Almeida Cousin

EXPEDIENTE

Assignaturas:

Numero avulso.....	1\$000
Semestre.....	12\$000
Anno.....	20\$000

As assignaturas terminam sempre em 31 junho ou 31 de dezembro.

Annuncios.

1 pagina.....	200\$000
1/2 «.....	100\$000
1/3 «.....	70\$000
1/4 «.....	50\$000
1/8 «.....	30\$000
Capa (1ª pagina interna).....	200\$000
« (2ª » «.....	200\$000
« (pagina externa).....	250\$000

Descontos: — 10% por 12 publicações e 20% por 24 publicações. Numero Especial mais 20%.

Redacção e officinas:

Avenida Capichaba, 28—Victoria—E. Santo  
Caixa postal, n. 131

TELEPHONE C. 117

AGENCIAS AUTOPIZADAS:



ASPA

ABELOS BRANCOS

ALVICIE

JUVENTUDE

ALEXANDRE

CADA UMA VEZ

linada a produzir exclusivamente em beneficio do Estado e seus dominadores, exigia, antes de mais nada, a exterminação total dos sentimentos catolicos, incompatíveis com melodos deshumanos que o comunismo impõe, com a destruição das idéas mais caras ao homem civilizado, para quem a fé e o amor á familia constituem exigencia moral da maior relevancia.

Pretender impôr a idéa comunista sem destruir, antes, os sentimentos catolicos do povo, era tentativa que os creadores ver-

Fonte: *Vida Capichaba*. Vitória, Edição 453, 1938.

Na matéria em questão, a presença do pavor comunista se dá diante do plano “diabólico” da União Soviética em destruir igrejas e enfraquecer o catolicismo, pois “a Rússia não adota, nem admite a existência de ideias religiosas” e, para a revista, essa seria uma das principais ações de desumanização do indivíduo, retirando a civilidade do homem, possível apenas através da fé e

<sup>32</sup> É relevante destacar que a valorização do samba dentro do regime varguista, se deu devido à resistência do próprio gênero musical, pois o projeto varguista condenava a “malandragem” característica das músicas. Antes marginalizado, Vargas se apropriou do gênero musical como instrumento de identidade nacional, pois o sambista outrora, marginalizado, a mercê de “bicos de trabalho”, herdeiro de uma política escravocrata, agora, pertencia ao passado. Como Velloso (1987) afirma, com a força desse novo estado e o surgimento das leis trabalhistas, esse sujeito perdeu a sua razão de ser, o regime busca estabelecer uma nova visão do sambista, ele passa a ser encarado como um trabalhador dedicado.

do ano que a família constitui. Diante do diálogo da *Vida Capichaba* como a política a ser combatida por Vargas, nos interrogamos se após a instituição do Estado Novo, a revista passou a alertar sobre os perigos da Ação Integralista, já que essa fora combatida por Vargas.

Não nos causou surpresa a constatação da ausência de matérias sobre a imoralidade, ou os perigos da ação integralista. Pelo contrário, nos anos que antecedem o Estado Novo, há apresentações elogiosas dos partidários do integralismo, como apresentados na Figura 9 e na Figura 10.

**Figura 9:** Matéria sobre o integralismo apresentando com elogios os principais membros do partido.



**Fonte:** *Vida Capichaba*. Vitória, Edição 347, 1933.

**Figura 10:** Família integralista e reunião dos membros da AIB, no interior do Espírito Santo.



**Fonte:** *Vida Capixaba*. Vitória, Edição 392, 1935.

Pedro Ernesto Fagundes (2011) apresenta uma narrativa que transmite o “júbilo” integralista no Espírito Santo, pois “na capital capixaba, era grande a expectativa em torno da chegada do trem do DF, tanto que os dirigentes de Vitória preparavam uma ‘festiva recepção’ para a comitiva de Plínio Salgado”. O trem com destino a cidade de Vitória-ES, chegou no dia 28 de fevereiro de 1934, e trouxe centenas de “camisas-verdes”, bem como os principais nomes da organização: Plínio Salgado, Madeira de Freitas, Jeová Mota, Olbiano de Mello e Miguel Reale. Recebidos no Espírito Santo pelo chefe provincial, Arnaldo Magalhães, desfrutaram de uma calorosa recepção, com direito a desfile e ao hino nacional. A solenidade oficial ficou para o primeiro dia de março de 1934, e como se tratava de um grande evento, o Teatro Carlos Gomes, localizado na região central de Vitória-ES, se tornou um palco inundado de verde para a reunião do partido. Sobre a principal pauta da reunião partidária, Fagundes (2011) afirma que as intenções eram voltadas à liderança de Plínio Salgado,

visando reafirmar os princípios de fidelidade e obediência, previstos nos documentos e estatutos da AIB que seriam aprovados durante o evento, foi realizada uma interessante cerimônia para reafirmar a posição de Salgado como chefe supremo dos integralistas. Um a um, os nomes dos chefes provinciais foram sendo chamados. Ao escutar seu nome o dirigente – com o braço direito em posição de saudação – respondia solenemente: “*Juro, anauê, Plínio Salgado.*” Compreender o significado e

importância dessa cerimônia é vital para realizarmos uma correta leitura do modelo de partido político que foi consagrado a partir de 1934 no interior da AIB. O ato demarcou definitivamente o caráter organizacional do partido, ou melhor, deu a feição definitiva que iria acompanhar a organização até seu fechamento em 1937. Pode-se afirmar, também, que o ato de aclamação a Plínio Salgado durante as sessões de instalação do congresso foi mais um dos momentos em que a política adquiriu características de um verdadeiro espetáculo de poder (p. 03, grifo nosso).

Assim, partido e líder não poderiam ser pensados de forma desassociada, tornaram-se um só. Era impossível pensar a ação do partido sem Plínio Salgado, “o ato de fidelidade – demonstrado no episódio de aclamação ao chefe nacional pelos chefes provinciais da organização – serviu para ratificar dois traços fundamentais que passariam a marcar a estrutura orgânica da AIB: a fidelidade ao chefe e o repúdio as dissidências e tendências’ (FAGUNDES, 2011, p. 04). Os festejos solenes ao partido e a Plínio Salgado foram reportados na revista *Vida Capichaba*. A Figura 11 apresenta o evento solene do partido no Teatro Polytheana, no ano de 1932, em São Paulo, com a participação de Jair Etienne Dessaune, um dos redatores da *Vida Capichaba*. Na imagem, elementos do partido podem ser observados com clareza, como bandeiras integralistas, a letra do alfabeto grego sigma ( $\Sigma$ ), e os dizeres “Deus, pátria e família”; na mesma imagem, vemos as cadeiras do teatro lotadas, afinal, uma grande celebração não se faz sem um grande público.

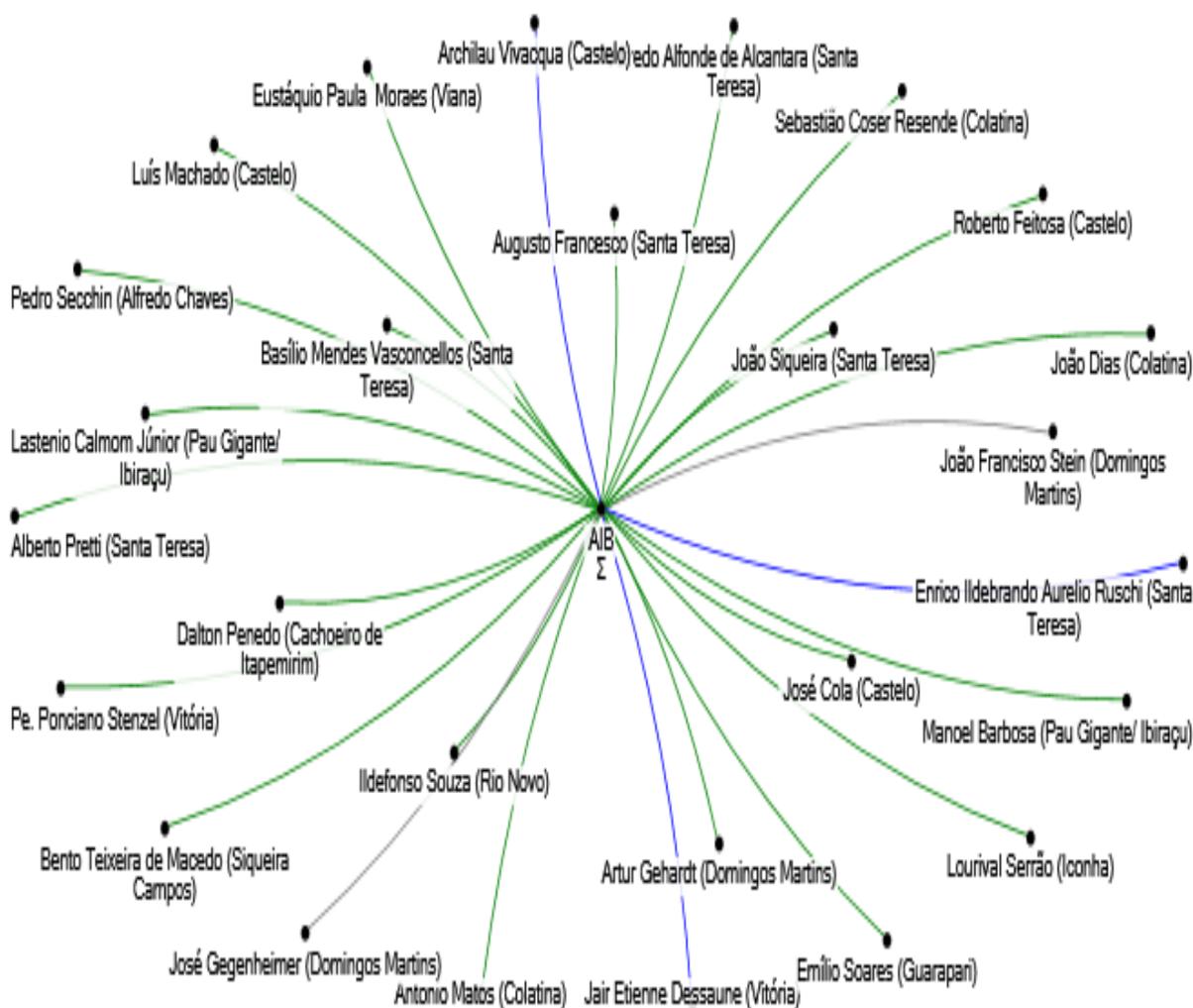
**Figura 11:** Matéria sobre a participação de Jair Etienne Dessaune na sessão da AIB em São Paulo, em 1932.



**Fonte:** *Vida Capichaba*. Vitória, Edição 385, 1935.

Diante das celebrações da principal revista do Espírito Santo ao integralismo, nos questionamos sobre as possíveis relações da revista com o partido. Para isso, levantamos as lideranças partidárias capixabas, como demonstrado através da rede de sociabilidade na Figura 12. Nessa rede, podemos perceber ao centro a Ação Integralista Brasileira (AIB), as personalidades que se ligam ao partido são os prefeitos e vereadores integralistas eleitos em 1935 e 1936. Todos os que estão dispostos na cor verde possuem, de acordo com as fontes analisadas, ligação apenas com o partido integralista. Os políticos Archilau Vivacqua, Enrico Rusch e Jair Etienne Dessaune foram marcados em azul devido a suas trajetórias e influências na política capixaba.

**Figura 12:** Rede de Sociabilidade: Políticos eleitos (prefeitos e vereadores) pela AIB nas eleições de 1935/36 no Espírito Santo.



Sendo: Linhas verdes: Eleitos pela AIB, Linhas Azuis: Eleitos pela AIB que se destacaram na política capixaba.  
**Fonte:** Elaboração da autora a partir da leitura dos documentos disponíveis no APEES (BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 123. Relatório da AIB-ES de 1936).

Archilau Vivacqua foi eleito vereador pelo município de Castelo-ES, sua família é conhecida na política capixaba, principalmente, pela atuação de seu irmão Atílio Vivacqua como deputado e senador. Já Enrico Ruschi é conhecido por ter sido prefeito de Santa Teresa-ES pelo partido integralista, sendo irmão mais velho de Augusto Rusch, figura central nas questões ambientais do início do século XX - o destaque de seu nome se deu pela caracterização da “nova” política planejada por Vargas no Estado Novo.

A partir de 1937, Vargas adquiriu um posicionamento contrário à AIB, colocando o partido como algo a ser combatido, tal como o comunismo. Contudo, no Espírito Santo, esse combate permaneceu no discurso, pois Enrico Ruschi comunica, ainda em 09 de novembro de 1943, a

Ciro Vieira Cunha, Diretor Geral do DEIP, que assumiu o posto de Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas do Espírito Santo, (BR.APEES.DEIP.DIG.0051)<sup>33</sup>.

Por fim, Jair Etienne Dessaune, além de ter ocupado o cargo de vereador da capital, Vitória-ES, também ocupava o cargo de redator da revista *Vida Capixaba*, e na década de 1950, fora nomeado como primeiro reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Ademais, vemos que políticos renomados e membros da elite capixaba, seja na elite política, representada pela figura de Enrico Ruschi, ou na elite intelectual, presente em Jair Dessaune, começaram seus passos no campo político por meio da AIB, e conseguiram trilhar caminhos alternativos para permanecerem ligados ao poder, mesmo com a política estadonovista que propunha o “novo” na política. A sobrevivência política desses membros dialoga com a ideia de Robert Michels (1982), que utiliza de uma abordagem psicológica dos membros partidários, cujos princípios políticos ou afinidades são deixadas de lado na busca pela manutenção de um status de poder.

## 2.2 O Espírito Santo se reveste de “novo”

Sobre o curto momento democrático, período compreendido entre 1934 a 1936, Achiamé (2005, p. 217) traz algumas informações que devem ser levadas em consideração para compreendermos a ação desses grupos no momento de transição. O autor destaca que a presença partidária ocupava um papel secundário, e o que de fato importava eram os políticos que as compunham, pois, por vezes, partidos opostos representavam os mesmos interesses, como é o caso dos irmãos Monteiro.

O autor também destaca o alinhamento do PSD com a política varguista. Além disso, o governo federal costumeiramente buscava alinhar lideranças políticas de destaque, “porque, invariavelmente, elas pertenciam a um partido comprometido com as chamadas ‘classes conservadoras’” (ACHIAMÉ, 2005, p. 217), termo de amplo uso na época para definir as classes sociais dominantes, como já dito, e de cujo apoio o governo não podia prescindir.

---

<sup>33</sup> Encontramos ofícios expedidos por Enrico Ruschi, enquanto secretário de agricultura, desde 1942 (APEES. Caixa 363, Fundo de Governadoria).

O governo federal adotava uma política de cautela, e isso significava que seus aliados deveriam ser observados com cuidado, da mesma forma que seus inimigos. O caso do Espírito Santo seguiu as nuances do exemplo federal, uma vez que Punaro Bley, que chegou ao estado no início da década de 1930, desalinhado com a política local, designado para operar no Espírito Santo por ocasião da Revolução de 30, e sem nenhuma articulação política em termos locais, se viu no final dessa década já alinhado e reproduzindo com maestria a gestão política que se estabelecia associada à política nacional de Vargas.

Percebemos, portanto, que o Espírito Santo representava o exemplo da ação política idealizada por Vargas, e isso se mostrou ainda mais distintivo durante o Estado Novo. A transição do curto período democrático para o Estado Novo em nível federal se deu através do posicionamento maniqueísta que colocava os regionalismos, ou seja, os “excessos de federalismo”, como o mal nacional, contraposto à necessidade de uma política “efetiva”, nacionalista e centralizadora. Esses últimos elementos eram benéficos ao Estado e, aos olhos do plano getulista, vinham a constituir elementos necessários ao desenvolvimento nacional.

Em nossa busca por informações acerca da recepção do golpe do Estado Novo no Espírito Santo, nos deparamos com a ausência de trabalhos que apresentam a receptividade da imprensa, bem como da população.<sup>34</sup> Para entendermos esse momento no Espírito Santo, utilizamos a matéria “Horizontes Novos” escrita por Eurico Rezende, na revista *Vida Capixaba*. É importante frisar que, ao usarmos apenas uma matéria para compreender a visão capixaba do novo modelo político, estamos compreendendo uma pequena parcela da opinião popular, mesmo que a revista representasse a classe média do estado, isso não significa que todo esse grupo concordava com as opiniões apresentadas na matéria. Tendo em mente essas ressalvas, podemos agora apresentar e discutir a recepção do Estado Novo no Espírito Santo.

A matéria “Horizontes Novos” se inicia com uma ode à nação e à nova constituição, dando a entender que o sentimento de unidade nacional também era compartilhado pelos capixabas: “de todos os recantos, das coxilhas dos pampas as caatingas nordestinas, só um grito se ouve, galvanizando todo o coração do Brasil [...] e a oração de fé e de ordem de todos nós, a aviar a chama do nosso ideal robusto e indestrutível” (REZENDE, 1938, p. 32).

---

<sup>34</sup> Em nossa busca por fontes, não encontramos os jornais *A Gazeta* entre os meses finais de 1937 e o ano de 1938. Quanto ao *Diário da Manhã*, a sua última edição data de 12 de setembro de 1937, restando apenas a revista *Vida Capixaba*, o que justifica o seu uso para interpretarmos a recepção do momento político em questão.

[...] o dia 10 de novembro de 37 raiou para nós, marcando novos e promissores horizontes em todos os setores de nossa vida. O organismo político da Nação deixou de ser um amontoado de dispositivos inexpressivos para constituir uma verdadeira e poderosa luz de disciplina e de ordem, a nortear os passos da nossa gente no caminho do trabalho e da justiça (REZENDE, 1938, p. 32).

No trecho citado, o momento do golpe é apresentado de maneira articulada ao discurso político de Vargas. O Estado Novo representava a possibilidade de mudança, tanto na vida privada quanto no corpo da Nação, sendo essa percebida como um organismo vivo e poderoso, e que o dia 10 de novembro de 1937, trouxe as faculdades necessárias - disciplina e ordem - para o crescimento nacional.

No fragmento abaixo, encontramos menção ao texto constitucional e à caracterização do Estado Novo como um movimento revolucionário, necessário diante do fracasso das outras revoluções, entendidas pelo autor como a Proclamação da República e a Revolução de 1930:

Realmente, se analisarmos o texto da nova Constituição, só poderemos deduzir nele o alto senso e o elevado patriotismo dos seus legisladores, determinando o ineditismo de acontecimentos fortuitos. Fatos inéditos, sim. Inéditos, porque toda revolução até então havida não quis ou não pode realizar o seu programa de reformar, que se diziam oportunas. Assim foi que presenciamos, da derrocada de Oitenta e Nova ao golpe de Trinta, um perpassar ruidoso e histérico de expectativas pouco confortadoras. Quando aparecia uma situação menos aflitiva era com a transitoriedade das manhãs de Abril. Tudo isso devido a imoralidade política reinante. Nossos homens públicos, na sua maioria, ou por índole própria, ou forçados pelas circunstâncias, esqueciam-se de seus deveres, proclamando direitos absurdos. Os interesses imediatos, pessoais, pairavam, quase sempre, sobre os interesses da coletividade. E o povo, fatigado, prejudicado pelo carnaval dos politiquieiros virulentos, não podia reprimir seus ímpetos. Protestava. Daí novas informações. E, com elas, outras decepções. Mudavam-se os homens. Mas a ação perniciosa resistia, com o mesmo ritmo, reestabelecido e desconfiança das massas populares nos responsáveis pelos destinos da paz (REZENDE, 1938, p. 32).

Podemos perceber que o autor concorda com o discurso varguista de uma “imoralidade política reinante”, cujos homens públicos não representavam seus eleitores, e sim seus interesses privados, contudo, é importante destacar que o autor faz uma sutil ressalva à ação dos homens públicos, que poderiam se voltar aos vícios de uma política de interesses, por um desvio de caráter, ou se “forçados pelas circunstâncias”. O autor, portanto, apresenta um retrato doente da política nacional, que se via voltada mais a interesses pessoais do que a interesses coletivos. Outro destaque é a observação do autor sobre a insatisfação das massas frente a política. Assim, encontramos no texto a intenção de apresentar ao leitor os problemas da “velha” política.

Mais adiante, o autor, mais uma vez, aborda a Revolução de 1930, só que dessa vez para apresentá-la como um aparato necessário para o empreendimento do Estado Novo, revelando o posicionamento favorável da revista ao novo regime, personificado em Vargas.

O movimento de outubro [...] só conseguiu realizar a física do regime, o aparelhamento material. Somente o corpo, dizemos nós. O corpo, sem o sangue, destituído do imprescindível, sem o qual não se podem processar as palpitações do trabalho orgânico, fisiológico. Necessitávamos, pois, do laboratório de química. Este somente agora adquirimos. Surgiu com a fragrância dos acontecimentos de 10 de novembro, de conseqüências que já sentimos surpreendentes e prósperas, em todos os campos das atividades nacionais. E o Brasil, na época presente tendo a frente dos seus altos negócios a inteligência esclarecida, a modelar capacidade de trabalho e as virtudes cívicas do Sr. Getúlio Vargas – temos certeza – alcançará, muito breve, o lugar privilegiado que merece, cujo desejo palpita no coração dos seus filhos laboriosos (REZENDE, 1938, p. 32).

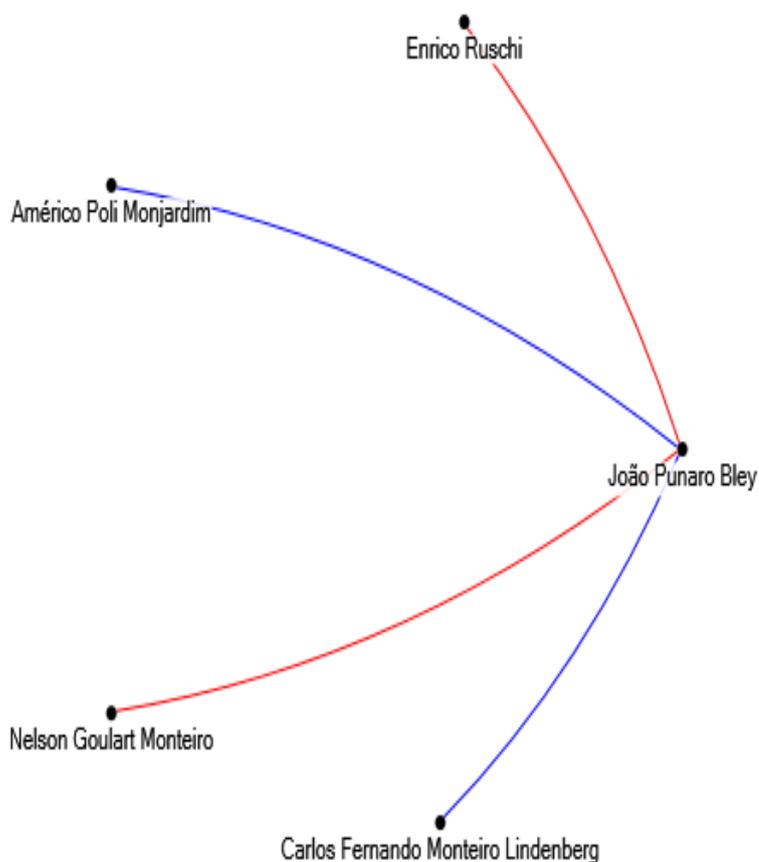
Apesar dos recortes da matéria fazerem sintonia com o ideal de unidade nacional, o ano de 1937 foi permeado de conflitos ideológicos, e interesses regionais e nacionais que pouco se articulavam. A historiadora Sandra Maria do Amaral, também articula esse posicionamento dualista em Vargas, como uma das chaves para o sucesso do golpe estadonovista. Para isso, ela utiliza da análise de campanha estadual no Rio Grande do Sul, que tinha como um dos candidatos Flores da Cunha, este, segundo a leitura varguista, havia se distanciado de Vargas, e no ano de 1937 estava alinhado aos interesses regionais. Sobre esse ponto, assim indica a autora:

Foi sobre a polaridade entre o *bem* e o *mal* que Getúlio Vargas edificou seu discurso legitimador. Quanto mais violenta se tornava a luta entre as esferas estadual e federal, mais enfática era a campanha para identificar o governo Flores da Cunha com o banditismo e a violência próprios do caudilhismo, ou seja, personificar a barbárie regional diante do Estado Moderno e Nacional. (AMARAL, 2005, p. 110).

Diferentemente do caso rio-grandense, o Espírito Santo manteve uma trajetória política coesa e que seguia as mudanças de planos e de ações articuladas por Vargas. Isso pode ser explicado pela presença do interventor João Punaro Bley desde a Revolução de 1930. Por mais que o curto período democrático da Era Vargas representasse a possibilidade de coalizão de políticos contrários aos direcionamentos varguistas, sua atuação se deu em um curto espaço de tempo, pois, no final de 1937, temos a retomada da interventoria e a supressão dos espaços legislativos. Aqueles que se mantiveram ao lado de Bley ocuparam espaços de poder dentro das secretarias, e algumas forças contrárias também foram aglutinadas ao governo do estado. Tais características nos provocam certas indagações, que tentaremos responder ao longo deste trabalho.

A primeira delas se trata da necessidade de se identificar mais profundamente o que chamamos de *elementos transitórios*, encarnado nas figuras das elites políticas que se tornaram dissidentes dentro de seu meio de origem. Ou seja, é preciso compreender como e por que tais segmentos reorientaram suas posturas diante de seus grupos familiares ou grupo de apadrinhamento, e partiram para o apoio a um discurso centralizador e nacionalista, quando sua própria força política advinha de grupos já estabelecidos na política regional e com projetos, por vezes, diametralmente opostos àquele inaugurado com a ascensão de Vargas. Sobre esses *elementos transitórios*, já foram aqui mencionados os irmãos Lindenberg, que se lançaram na política graças a força do sobrenome Monteiro, mas que aproveitaram a onda varguista para adquirir maior expressividade política. A fim de ilustrar como *elementos transitórios* se posicionaram no Estado Novo, construímos a Figura 13.

**Figura 13:** Rede de sociabilidade entre políticos e João Punaro Bley.



**Fonte:** Elaboração da autora com base nas fontes disponíveis no Fundo de Governadoria do APEES.

A rede constante na Figura 13 busca exemplificar como membros da elite política gravitaram em torno do interventor João Punaro Bley, com a intenção de participar das políticas de transição da democracia para o governo autoritário estadonovista.

A escolha dessas personalidades se deu pela posição que representavam antes do golpe. Destacamos em vermelho Nelson Goulart Monteiro e Enrico Ruschi por representarem a oposição, já que antes do golpe estavam no Partido da Lavoura e na Ação Integralista Brasileira, respectivamente. Após o golpe, foram incorporados ao governo do Espírito Santo. A transitoriedade dessas personalidades políticas pode ser entendida dentro do acordo entre Estado e elites, característico da política estadonovista. No plano regional, carrega uma mensagem de coesão e continuidade dos investimentos do estado, incorporando defensores dos interesses agro fundiários nas secretárias do estado. Em azul, destaca-se a figura de Carlos Monteiro Lindenberg, que já havia rompido com a política da família Souza-Monteiro desde a Revolução de 1930, e de Américo Monjardim, representando a valorização do passado capixaba, já que pertencia à família Monjardim, presente na política capixaba desde os tempos coloniais.

O segundo questionamento se apresenta em torno da figura de João Punaro Bley, que fora interventor (1930-1934), governador eleito (1934-1937) e novamente interventor (1937-1943), portanto, durante quase todo o primeiro da Era Vargas, que vai de 1930 a 1945. É preciso entender como essa personagem política se integrou à política capixaba, incluindo-se, nessa compreensão, a articulação das elites em torno de sua figura.

Sobre essa interação de Bley dentro da política capixaba, encontramos uma matéria extensa no jornal *Diário da Manhã* que se dedicou a trazer a figura de Punaro Bley na capa do jornal, na primeira edição do ano de 1937. O jornal apresentou observações sobre a sua atuação como interventor e como governador, destacando suas ações que permitiram uma coalizão com as elites capixabas, que representavam interesses, por vezes, conflitantes, visto que destacamos uma polaridade de interesses: agro-fundiários e mercantis-exportadores. Assim, a matéria do *Diário da Manhã* buscou apresentar a trajetória de desenvolvimento do estado com o governo de Bley, como podemos ver no seguinte fragmento:

[...] a mão bem seja da sorte nos legou o homem público de que precisávamos para o desempenho da espinhosa missão que nos levaria ao alto pedestal do progresso de onde, hoje, assistimos, lutamos, a extensão dos nossos próprios destinos, a onda

volumosa de grandezas que nos espera. João Punaro Bley, estadista, administrador de fino trato, político de moderna concepção sociogênica, *infiltrou-se no coração da nossa gente, auscultou o ambiente político, sondou as aspirações das populações agrárias, estudou a situação econômica que nos oprimia, desceu as camadas das ruas e notou o ambiente precário do amparo social*: penetrou nas escolas e teve nítida compreensão do que nela precisava fazer: sentiu os anseios dos moradores da cidade e pensou em suas mais prementes necessidade, notou o insulamento de vários núcleos da população do interior, sem meios de se comunicarem e se aproximarem em benefício da unidade da Pátria e ouviu os seus reclamos. Tudo S.EX. sentiu e compreendeu, norteando a sua administração pelo caminho largo de profícuas e patrióticas realizações que muito têm concorrido para a crescente prosperidade do nosso Estado, solvendo ao mesmo tempo as dívidas no exterior e consolidando, destarte, o seu crédito. (Diário da manhã, 01 de janeiro de 1937, pg. 01, *grifo nosso*).

Podemos inferir que, em 1937, Punaro Bley já estava articulado com os interesses agrários que se mantinham alinhados ao Espírito Santo. Em outras palavras, estar alinhado a esses interesses também significava que existia uma relação estabelecida entre as elites de origem agrária e o governante, mesmo que isso estivesse indo contra ao discurso de supressão dos regionalismos.

### 2.3 As (re)adaptações advindas com o Estado Novo

Além da ausência de críticas à atuação de Punaro Bley, encontramos, a partir do mês de setembro de 1937, uma ode aos combatentes que serviram contra o levante comunista, e isso, relacionado ao aumento de matérias que pregavam uma iminente explosão comunista, alimentava a atmosfera de medo constante entre a população.

Como mostrado na Tabela 2, de janeiro a agosto de 1937, as matérias que se concentravam na ameaça comunista se mantinham em números pouco expressivos. A partir de setembro, há uma explosão do “terror vermelho”, que se intensificou até o fim do ano. Como podemos observar pelo fragmento seguinte, cujo título “*Os comunistas sinistramente ameaçam perturbar a ordem pública, no Brasil*”, há a exploração do “medo vermelho” e a notícia do plano comunista, posteriormente denominado Plano Cohen.

De ordem do exmo. Sr. Presidente da República, o Departamento Nacional de Propaganda, na “Hora do Brasil”, divulgou ontem alguns trechos de importante documento apreendido aos comunistas, pelo Estado Maior do Exército, e que, pelos dizeres, pretendia orientar nova rebelião extremista em nosso país. Sabedores de que esse documento viria ao conhecimento do povo, fizemos distribuir, ontem a tarde folhetins, avisando ao público, com a devida antecedência para que sintonizasse seus aparelhos receptores, ou então, procurasse ouvir o alto-falante do PSD na Praça da Independência, afim, de que pudesse conhecer, de primeira mão, os importantes tópicos das tenebrosas “instruções” moscovitas. [...] Chamamos a atenção

do público para as minúcias desse documento sinistro para que todos se acatitem dos verdadeiros inimigos da Pátria brasileira.

Temos o objetivo de mostrar ao povo a necessidade de colaborar com o Governo da República na manutenção da ordem e das instituições democráticas. S. Exa. o Dr. Getúlio Vargas continua vigilante na suprema magistratura do país e de modo enérgico e decisivo vem realizando, no Brasil patriótica obra de defesa do regime, a qual merece o apoio da geração atual de modo que possamos legar aos nossos descendentes, uma época tranquila, de paz, de ordem e de trabalho (*Diário da Manhã*, 01 de outubro de 1937, p.01).

A partir das publicações do *Diário da Manhã*, podemos afirmar que as crescentes matérias que alertavam sobre o perigo vermelho se concentram dentro de uma observação mais ampla. Ou seja, tais matérias atuavam dentro de conjuntura artificializada da “grande” ameaça nacional, e serviram de justificativa à população sobre a promulgação do Estado Novo, tornando-o não somente um governo de força e apoio, mas também legítimo diante do cenário catastrófico que se projetava no imaginário popular.

Em virtude desse jornal ser a nossa única fonte que versa sobre tais acontecimentos que não representa, em sua totalidade, os documentos do estado do Espírito Santo, não é de se espantar o entendimento de que o golpe de Estado Novo fora bem recebido pelo jornal *Diário da Manhã*. No jornal de 11 de novembro de 1937, na primeira página, uma matéria intitulada de *Dia Histórico* foi exibida, e ressaltava que “é preciso todos os bons brasileiros se reúnam e se mantenham confiantes em torno do preclaro chefe de governo, visando, acima de tudo, a tranquilidade e a grandeza do Brasil” (1937, p. 01).

A editoração do jornal considerava que a segurança de um futuro nacional era obrigação primeira do governo, isso significava, na visão do periódico, a promulgação de um novo momento político no Brasil. Iniciou-se o Estado Novo. Logo abaixo do destaque da notícia, estava decretado o fechamento dos símbolos democráticos do Estado Liberal de Direito. Se encontravam fechados, a partir do golpe de 1937, o Senado, a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas e as Câmaras dos Vereadores.

**Figura 14:** A recepção do Diário da Manhã ao Estado Novo

*Archieva*



Presidente Dr. Getúlio Vargas

## DIA HISTÓRICO

Na vida político-social do Brasil, a data de ontem assinalou-se entre as de maior expressão e relevo, inaugurando-lhe, de fato e de direito, nova era republicana, fortalecida no regime democrático-federativo, pedestal inderrocável da pujança, da unidade e da soberania da Pátria.

A alta e serena visão política do eminente estadista Getúlio Vargas, a cuja energia e patriotismo, jamais desmentidos, estão confiados os supremos destinos da nacionalidade, diante das ameaças que fluuavam, estimuladas pelas competições partidárias, encarou de frente, sem vacilações nem constrangimentos, o grave problema e, solucionando-o de um golpe, aceitou, garantido pelo apoio das forças armadas, a responsabilidade de permanecer como fiador das nossas instituições democráticas.

Implantado um governo forte no nosso País - cujo novo estatuto constitucional estampamos amanhã - é preciso que todos os bons brasileiros se reúnam e se mantenham confiantes em torno do preclaro chefe do governo, visando, acima de tudo, a tranquilidade e a grandeza do Brasil.

Assegurada a ordem interna, graças ao espírito de disciplina, abnegação e coragem cívica das duas grandes forças militares do país - o Exército e a Armada - S. exa. saberá, com a longa experiência e trato das necessidades e homens públicos brasileiros, enquadrar a nossa Pátria nos moldes do novo regime, que acaba de conceder-lhe, sem quebra da autonomia dos Estados, cujos governadores, solidários com as providências postas em vigor, desde ontem, refletem, num apoio, decidido e decisivo, as aspirações das coletividades, que representam, todas ansiosas de paz, de justiça e de trabalho.

O "Diário da Manhã" rende, nestas linhas, o preito de sua admiração ao ilustre Presidente Getúlio Vargas, certo de que, na fase política, ontem inaugurada, cada dia mais nos orgulharemos de ser brasileiros.

ASSINATURAS	
Ano .....	49800F
Mês .....	28800F
Número .....	830F
Número alfanumérico .....	830F

# DIÁRIO DA MANHÃ

Diretor - ELPÍDIO PIMENTEL

SUCURSAL	
PRAÇA 8 DE SETEMBRO, 6	
Telefone - C. 104	
VITÓRIA	
R. E. SANTO - BRASIL	

ANO XXXI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - VITÓRIA - Quinta-feira, 11 de novembro de 1937
NUMERO 3.421

**Fonte:** Jornal *Diário da Manhã*. Vitória, edição B03421.

Na edição seguinte, do dia 12 de novembro, foi apresentado o discurso de Vargas, que justificava a sua tomada de decisão. Diferentemente do que poderíamos concluir - a partir das matérias de jornais aqui apresentadas, que também se articulam aos estudos de outros estados brasileiros, realizados por Rodrigo Patto Sá Mota (2006), Sandra Maria Amaral (2005) e Adriano Nervo Codato (2008), que destacam a presença marcante do medo comunista na imprensa e nos discursos de Estado -, a ameaça comunista pouco se fez presente no primeiro discurso de Vargas, que justificou a promulgação do Estado Novo.

Estava apresentado o que Vargas considerava como o verdadeiro impedimento nacional, o regionalismo. Ao invés de interesses nacionais, prevaleciam os interesses dos grupos dominantes, que se revestiam de “promessas demagógicas diante do completo desinteresse ou total indiferença das forças vivas da Nação” (VARGAS. *Jornal Diário da Manhã*, 12 de novembro de 1937, p.01). A “nova democracia”, apresentada por Vargas e organizada na Constituição elaborada por Francisco Campos, alegava que os partidos políticos não se faziam necessários, pois representavam os interesses dos grupos regionais a serem combatidos. Povo e governo dialogariam diretamente. A Nação precisava ser identificada como um organismo

uno, para isso, era necessário enfraquecer o poder dos estados. Luciano Aronne Abreu (2008) destaca a defesa feita por Francisco Campos a esse novo regime:

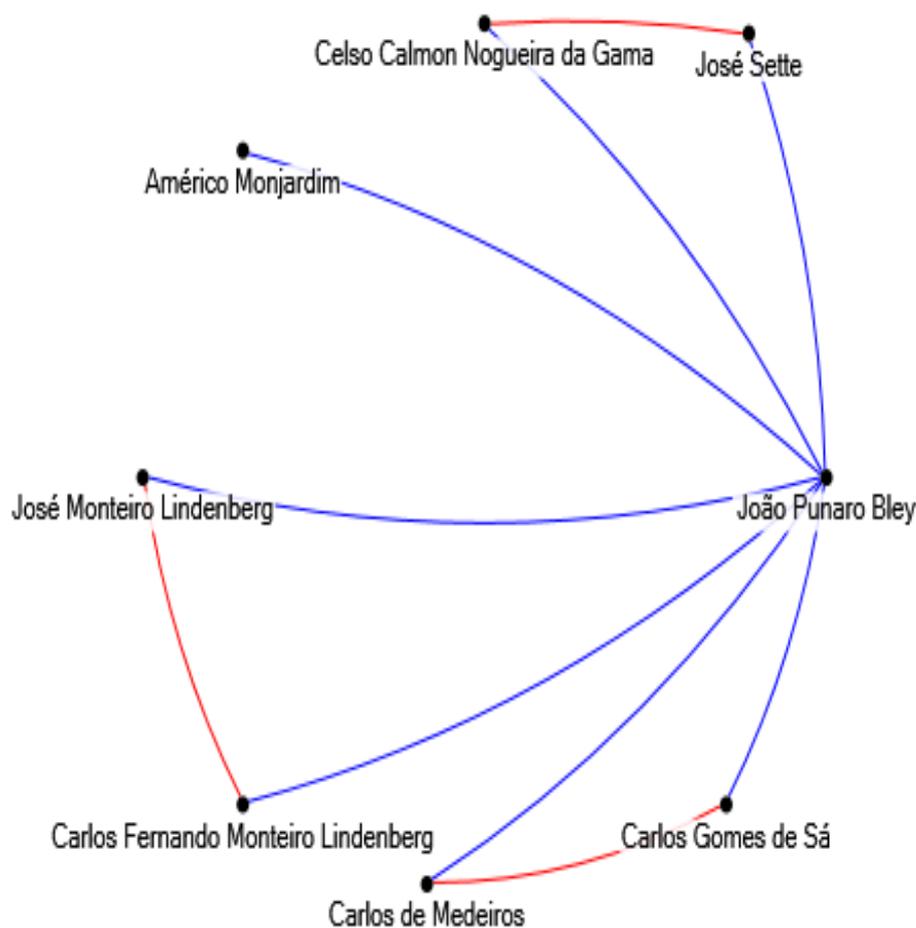
[...] a Constituição de 1937 e o novo regime não eram um ponto de chegada ou um simples episódio, mas o começo de uma nova época. O episódio, segundo Campos, é instantâneo, não tem volume no tempo; uma época, ao contrário, é uma atmosfera, uma ambiência, um clima. Em sua opinião, com o 10 de novembro iniciou-se no Brasil uma atmosfera, uma ambiência e um clima marcados por três características fundamentais: o Estado passou a ser uma ordem, um sistema unificado em torno de uma pessoa; o Estado tem um caráter popular, em que o povo e o chefe são as duas entidades do regime; o novo Estado é nacional, pois unificar o Estado é unificar a nação (p. 191).

Apesar da leitura contrária ao regionalismo, para a imprensa internacional, o governo destacava a sua nova Constituição, distanciada do integralismo e do fascismo, mas sim brasileira, que fora promulgada para combater o comunismo (Jornal *Diário da Manhã*, 17 de novembro de 1937, p. 01).

Assim, dois inimigos ao desenvolvimento nacional são apresentados: o comunismo e o regionalismo. O primeiro representava as influências exteriores, a internacionalização, o aniquilamento do sonho nacional, o novo que precisava ser temido. O segundo representava as barreiras internas que impediam o desenvolvimento, com inspirações exteriores e abraçados por grupos dominantes, representava os interesses deste último. Era preciso superá-lo, para isso, se fez necessária a constituição de um novo estado político e social, comprometido com o a nação. Dessa forma, foi apresentada a nova política de Vargas.

O governador João Punaro Bley, que até então se mantinha alinhado a Vargas, foi indicado para o cargo de interventor. Suas ações, durante a primeira semana nesse novo regime permeado de incertezas, foi realizar algumas nomeações, como apresentado na Figura 15. Em azul, destacamos as relações diretas entre Bley e os nomeados, e em vermelho, destacamos a relação entre os nomeados.

**Figura 15:** Rede de sociabilidade: Nomeações realizadas logo após a promulgação do Estado Novo



Sendo: Linhas Azuis: elites que cooperavam com Bley; Linhas Vermelhas: elites que se articulavam a fim de fazer indicações ao interventor. **Fonte:** Elaboração da autora a partir da leitura das fontes disponíveis no APEES. Ofícios expedidos pelo presidente do estado em 1937, caixas 318 até 330.

As primeiras nomeações do interventor revelam a permanência de um alinhamento com uma parcela das elites políticas, que até então tinham uma presença marcante na direção estadual. Sobre essas nomeações, objetivamos tratá-las com maior clareza no capítulo seguinte, procurando estabelecer as mudanças de cargos e a relação desses personagens com o interventor, logo, com a nova política que fora legitimada. Dessa forma, essas figuras se apresentam como *elementos transitórios*, que eram conhecidos por serem figuras com um passado familiar político, mas que “abraçaram” o discurso da mudança e se mantiveram emparelhados ao Estado.

A partir da Figura 15, podemos observar que a ligação entre Bley e os irmãos Lindenberg, membros e herdeiros da oligarquia dos Souza Monteiro, se manteve forte. Com o advento do Estado Novo, esses personagens ganharam maior destaque. Inicialmente, José Monteiro

Lindenberg ocupou o cargo de Secretário de Interventoria e seu irmão, Carlos Monteiro Lindenberg, ficou com os cargos de Secretário de Agricultura e Secretário Interino da Fazenda. Como citado, os irmãos Lindenberg vinham da família Monteiro, que já tinha longa trajetória política no Espírito Santo.

Carlos Gomes de Sá e Carlos de Medeiros eram deputados até o golpe do Estado Novo. Carlos de Sá esteve alinhado ao Partido da Lavoura, que se firmou como a oposição aos interesses varguistas, mesmo assim, o interventor o nomeou para o cargo de Chefe de Polícia. Por outro lado, Carlos de Medeiros, que havia se articulado com os interesses de Bley e do PSD para efetivar a eleição de um governador alinhado aos interesses varguistas, ficou com o cargo de Delegado da Polícia Militar.

Já Américo Monjardim foi nomeado para o cargo de Prefeito da Capital, pois, para Bley, se tratava de um “elemento de grande destaque social, descendente de tradicional família capixaba, possuidor de esmerada cultura e rigorosa integridade de caráter” (*Diário da Manhã*, 02 de dezembro de 1937). Sobre a família Monjardim, cabe um destaque que fora bem resumido por Achiamé (2005):

na região de Vitória, a família Monjardim já se apresentava decadente como proprietária rural, mas alguns de seus membros se faziam representar de maneira constante na política regional, presença que ocorreu desde os tempos coloniais, com o capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, e continuou no Império com o seu genro, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, o coronel Monjardim, várias vezes vice-presidente da província do Espírito Santo. E prosseguiu nos períodos imperial e republicano com o filho deste último, Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, o Barão de Monjardim, e com os seus descendentes, entre os quais se destacaram os filhos José Francisco, Argeu Hortêncio, Manoel Silvino, e Américo Monjardim, e netos como Alcebíades Guaraná Monjardim (p. 89-90).

Celso Calmon Nogueira da Gama, que ocupava o cargo de Diretor da Faculdade de Direito do Espírito Santo, após o estabelecimento do Estado Novo, foi nomeado como Secretário do Interior e Justiça, e indicou ao interventor o nome de José Sette para que este fosse nomeado para seu antigo cargo.

Diante dessa ação imediata, podemos confirmar que a política da interventoria do Espírito Santo estava alinhada com os interesses das elites. Para tentarmos entender esse processo, poderíamos utilizar das abordagens e transposições de conceitos amplamente utilizados nos estudos sobre

esse período, como o clientelismo e o corporativismo. De fato, a aplicação de tais conceitos se faz necessária, e aqui concordamos com Adriano Nervo Codato (2008), ao afirmar que

[...] o clientelismo foi muitas vezes concebido e apresentado como o custo político a ser pago às oligarquias tradicionais em troca da racionalização de algumas práticas e de algumas partes do aparelho do Estado. Mesmo Eli Diniz, que não desconhece a complexidade da “estrutura de poder” do Estado Novo (a existência de diversos níveis decisórios com comandos próprios e clientes distintos), bem ao contrário, chama a atenção para ela, não vê no esquema Interventorias /Departamentos Administrativos e no sistema dos conselhos econômicos “corporativos” *instituições específicas* submetidas a *lógicas específicas*. Ao que parece, elas são tão somente formas diferentes do mesmo processo de transposição do conflito político (no primeiro caso) e do conflito social (no segundo) para o aparelho do Estado como um recurso funcional, ao lado de todos os outros tentados no primeiro governo Vargas (racionalização burocrática, centralização decisória, reforço da autoridade nacional etc.), para fundamentar e ampliar sua “autonomia relativa” (p. 16).

A problemática apresentada por Codato (2008) pode ser lida em paralelo com a de Edson Nunes (2003), que apresenta esses conceitos como presentes no sistema capitalista. O que esses autores indicam em comum é que, costumeiramente, compreendemos esse sistema numa perspectiva evolutiva, sendo que cada espaço possui costumes, histórias, e realidades sociais e culturais que influenciam diretamente a forma de se fazer a economia e a política.

Nessa lógica, temos a gênese do clientelismo dentro da relação rural, entre proprietários de terra e trabalhadores, que, por não possuírem a terra, encontram-se subordinados ao proprietário. Isso justificaria as características desse processo como a personalização e a trocas de favores, formando “um conjunto de redes personalistas que se estendem aos partidos políticos e burocracias. Essas redes envolvem uma pirâmide de relações que atravessam a sociedade de alto a baixo” (NUNES, 2003, p. 32).

Quanto ao corporativismo, Nunes (2003, p. 36) encara-o como um instrumento de controle do Estado sobre grupos sociais diversos, limitando o seu desenvolvimento autônomo, promovendo um diálogo com forças desiguais, já que o Estado se articula em uma posição de maior força, a fim de apaziguar os conflitos.

A partir dessa lógica interpretativa, se torna necessário colocar o clientelismo e corporativismo dentro de blocos, e compreendê-los apenas como uma parte do processo evolutivo da política capitalista é errado. É preciso pensar na multiplicidade de interesses que motivam a prática do clientelismo e do corporativismo, como bem caracteriza Balandier (1981) ao trazer à discussão

a necessidade de se promover uma dinâmica na aplicação dos conceitos, buscando-se sentido nas imagens produzidas a partir da leitura do período, intensificando-se o que é específico, buscando-se entender o tempo e espaço.

No capítulo seguinte, objetivamos compreender a dinâmica desses conceitos dentro do cenário capixaba, buscando ressaltar o que é específico - nesse caso, os meios utilizados pelas elites para penetrarem na máquina estatal.

### CAPÍTULO III

#### A CONSTRUÇÃO DA ELITE POLÍTICA CAPIXABA

Ao longo deste trabalho, discutimos e apresentamos elementos chave para a compreensão do conceito de *elite*, bem como os personagens que compunham esse grupo dentro da sociedade capixaba durante o Estado Novo. Mesmo diante da discussão em relação à atuação das personalidades políticas, é necessário investigar a formação desse organismo<sup>35</sup> e como se deu sua sobrevivência e sua readaptação dentro da política centralizadora *estadonovista*.

Compartilhamos de questionamentos similares ao de Codato (2008, p. 166), que expõe a necessidade de se compreender o espaço de atuação das elites regionais, e também a possibilidades de uma facção da elite se reestruturar dentro da esfera de poder.

O Espírito Santo, como espaço legalmente reconhecido, existe desde 1534 e, como toda região com um passado colonial, não fugiu à necessidade da conquista com exploração de território. Concordamos com a ponderação de Hollanda (1987) de que a constituição de uma ética cristã do trabalho não teve força na formação do Brasil e, conseqüentemente, no Espírito Santo. Imaginemos, portanto, o Espírito Santo como um exemplo complexo da tese proposta por Hollanda (1987). Uma região costeira, com uma mata densa e muitos indígenas, esse é o retrato dos anos iniciais coloniais, e, para que o projeto colonial pudesse de fato acontecer, era necessária a empreitada de homens dominados pelo espírito de aventura e motivados pelo enriquecimento rápido. Somado a isso, concordamos com a premissa de que, entre os colonizadores portugueses, existia a necessidade de se justificar a força e a presença social por meio do nascimento, ou seja, era preciso se mostrar “filhos d’algo”.

Assim, através da observação de Hollanda (1987) destacamos que a busca pelo enriquecimento, a rejeição ao trabalho<sup>36</sup> e a necessidade de um passado familiar glorioso, resulta na formação de núcleos familiares que dominam os espaços de poder. Dessa forma, o longo período colonial forneceu as raízes da sociedade capixaba no início do século XX, em outras palavras, podemos

---

<sup>35</sup> Usamos o termo *organismo* como referência às elites políticas, pois compreendemos esse grupo como dinâmico, vivo e mutável. Em outras palavras, organismos adaptáveis a diversos sistemas.

<sup>36</sup> Justificando o longo passado escravocrata brasileiro.

dizer que o domínio dos espaços políticos por grupos segmentados é fruto de um processo de longa duração.

Nesse sentido, o Espírito Santo se apresenta como um retrato das engrenagens dos projetos nacionais. Encontramos em seu passado as marcas do passado nacional, com a presença do açúcar com a família Monjardim, a mão de obra escravizada negra nos focos de resistência como em Queimados, a dominação dos indígenas em Nova Almeida, a educação jesuíta no Palácio do Governo, a monocultura cafeeira ainda hoje presente no interior, as marcas do projeto eugenista através da intensa imigração italiana e alemã que o estado recebeu e a urbanização crescente no século XIX, com a vinda da família real (OLIVEIRA, 2008). O Espírito Santo é um retrato fidedigno da história nacional, e por isso fazemos a pergunta: o Espírito Santo também poderia representar as engrenagens políticas da história nacional?

Antecedemos a resposta dessa pergunta, tendo em mente que, na formação do imaginário social brasileiro, cabe aos dirigentes pensar e não trabalhar. Daí a origem dos grupos políticos estarem atrelados à posse de latifúndios. Isso justifica a presença de tantos sobrenomes portugueses - Monjardim, Souza-Monteiro, Medeiros - nas redes de sociabilidade aqui já apresentadas.

Quando nos debruçamos sobre as questões da Primeira República, estamos acostumados a repetir os aspectos definidos por autores como Oliveira Vianna (ano), de que os anos iniciais da República foram caóticos. Isso se dá porque tomamos a visão do autor a partir do eixo central, em outras palavras, do aspecto da centralização nacional, ou melhor, da falta dela.<sup>37</sup> Ao utilizarmos desses segmentos analíticos, tomamos uma posição em nossa análise e por vezes desconsideramos outra.

Por isso, há a necessidade de se considerar tais características longe de uma apreciação negativa, considerando-se a relevância das províncias, principalmente, aquelas que tinham um passado colonial, como núcleos de poder e a forma como elas se estruturam. Nessa lógica, interpretamos os grupos de domínio, ou seja, dentro de uma ação estruturante do próprio espaço, replicando o universo que lhe é externo (as conjunturas nacionais), dentro de sua própria realidade.

---

<sup>37</sup> Inclusive foi discutido aqui sobre como a crítica descentralização política foi utilizada como justificativa para o golpe de Estado Novo.

### 3.1 O campo político capixaba e seus agentes

A fim de compreender as adaptações das elites políticas ao novo regime de estado, é preciso trazer a interpretação de campo político e poder, como proposto por Bourdieu (1989), para que assim se torne possível a compreensão da dinâmica política observada. Assim, para compreendermos a estrutura do campo político capixaba, é preciso definir quem são os agentes de ação desse campo. Para o autor, campo se trata de um microcosmo do todo, ou seja, o campo é um recorte em que as ações entre dominantes e dominados se tornam maximizadas e reproduzidas, como uma dinâmica entre as relações do macro transpostas ao micro. Assim, para haver um campo político estabelecido, teremos uma classe dominante.

O que Bourdieu (1989) atribuiu como classe dominante podemos estender às elites políticas, já que buscamos compreender as ações desse grupo dentro do campo político que lhes foi alterado com o advento do Estado Novo. Portanto, utilizamos da definição do autor, que caracteriza a classe dominante como “o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade de sua dominação que por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio de ideólogos” (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Nesse sentido, compreendemos, neste trabalho, que as elites políticas aqui identificadas fazem parte do *establishment* político capixaba, ora reafirmando-se com base em sua ancestralidade política e em seu poder econômico, como o caso da relação entre os irmãos Lindenberg com a família Monteiro, ou através da permanência de cargos políticos aos remanescentes da família Monjardim, ora pela coalizão, como o caso do Ruschi, que, apesar de ter se lançado na política a partir da Ação Integralista Brasileira, foi incorporado a administração do estado.

Configura-se, portanto, como parte desse campo político, a relação entre interventoria e classe dominante, ou seja, a elite. Dentro da interpretação proposta por Bourdieu (1989), interpretamos as relações entre elites políticas e interventoria, bem como as secretarias constituídas como sistemas simbólicos, afinal, suas ações, bem como as suas atribuições ao longo do Estado Novo, eram diversificadas. Em outras palavras, esses sistemas simbólicos não eram estáticos, pelo contrário, compreendiam uma posição organicista, que possibilitava a sua mutabilidade dentro da dinâmica em nível nacional. Contudo, mesmo diante dessa interpretação, não podemos

imaginar tais espaços de poder como elementos flutuantes, pelo contrário, eram estabelecidos diante de uma legislação forte, criada justamente para tornar suas ações legítimas. Ironicamente, vemos a supressão do estado democrático, ao mesmo tempo em que há a busca pela incorporação de elementos característicos primordiais da democracia, como o aparato legislativo, de forma a coibir e impossibilitar decisões arbitrárias, utilizados de modo a justificar as mudanças política feitas no período.

**Quadro 2:** Quadro demonstrativo do aparato legislativo sobre as interventorias.

Decreto-Lei n. 1 202 (8 abr. 1939)	Decreto-Lei n. 5 511 (21 maio 1943)
<p>Art. 6º - Compete ao interventor, ou governador, especialmente:</p> <p>I - organizar a administração do Estado e dos Municípios de acordo com o disposto para os serviços da União, no que for aplicável;</p> <p>II - organizar o projeto do orçamento do Estado e sancioná-lo;</p> <p>III - fixar, em decreto-lei, o efetivo da força policial, mediante aprovação prévia do Presidente da República;</p> <p>IV - elaborar os decretos-lei e sancioná-los depois de aprovados pelo Departamento Administrativo;</p> <p>V - expedir decretos-lei, independente de aprovação prévia do Departamento Administrativo, em caso da calamidade ou necessidade de ordem pública, sujeitando a posteriori o seu ato à aprovação do Presidente da República. [texto acrescentado à versão anterior em junho de 1939]</p>	<p>Art. 4º- O art. 6º fica assim redigido:</p> <p>"Compete ao interventor, ou governador, especialmente:</p> <p>I - organizar a administração do Estado e dos Municípios, de acordo com o disposto para os serviços da União, no que for aplicável;</p> <p>II - <i>legislar para os municípios constituídos em prefeituras sanitárias, em estâncias climatéricas ou hidrominerais;</i></p> <p>III - organizar o projeto do orçamento do estado e sancioná-lo depois de aprovado pelo conselho administrativo;</p> <p>IV- fixar, em decreto-lei, o efetivo da força policial, mediante prévio exame do conselho administrativo e aprovação do presidente da república;</p> <p>V- <i>elaborar os projetos de decretos-lei e sancioná-los depois de aprovados pelo conselho administrativo;</i></p> <p>VI- expedir decretos-lei, independentemente de aprovação prévia do conselho administrativo, em casos de calamidade ou necessidade da ordem pública, sujeitando a posteriori o seu ato à aprovação do presidente da república, depois de emitido parecer por aquele conselho.</p> <p>§ 1º o preparo da proposta orçamentaria será feito sob a imediata orientação e supervisão do interventor, ou governador, obedecidas as normas financeiras e de contabilidade estabelecidas pela união para os estados e municípios.</p> <p>§ 2º nos estados em que já tenha sido criado ou em que se crie o departamento do serviço público, caberá a este órgão o preparo da proposta orçamentaria.</p>

**Fonte:** Adaptado de Codato (2008).

No Quadro 2, dispomos do aparato legislativo acerca das interventorias para justificar a nossa proposição de que se trata de um sistema simbólico orgânico, ou seja, ativo e mutável de acordo com os interesses do Estado. Observamos que no Decreto-Lei nº 1 202, de 8 de abril de 1939, as disposições acerca da atuação da interventoria estão ligadas à concepção administrativa,

desassociadas da função política, principalmente da política reconhecida pelo Estado Novo como a “república velha”.

O Decreto-Lei nº 5 511, de 21 de maio de 1943, apresenta mudanças relevantes em relação à competência dos interventores, há uma ênfase no que diz respeito às leis e aos decretos, reforçando a atuação do interventor e aumentando a sensação de vigilância, pois nenhuma decisão poderia ser tomada sem a consulta ao interventor, isso pode ser observado na construção das propostas orçamentárias dos estados.

Assim, interpretamos que havia a necessidade de se especificar as formas de atuação entre secretarias e interventoria, justamente porque existia um conflito de interesses e até mesmo de poder entre esses setores, já que parte das elites políticas foi realocada dentro das secretarias. O conflito entre secretarias e interventoria pode ser observado nitidamente no ofício enviado ao interventor pelo secretário da fazenda Gentil Dessaune de Almeida (Figura 16).

*SECRETARIA DA FAZENDA*  
Estado do Espírito Santo

07/829

Vitória, 6 de julho de 1940

Exmo. Sr. Interventor!

Tendo V. Exa. atendido a solicitação feita por este Gabinete, em offício nº 549, de 11 de junho findo, relativamente de substituições por motivo de férias, fazendo expedir circular sobre o assunto, venho hoje solicitar de V. Exa. idêntica providência quanto de substituições em virtude de licença.

Este Gabinete vem observando que são designados substitutos estranhos para funcionários de categoria superior ao cargo inicial de carreira com pedido de pagamento dos vencimentos integrais do referidos funcionários.

Essa praxe, sobre ser injusta é onerosa para os cofres públicos.

Injusta porque o funcionário que exerce o cargo inicial de carreira vê passá-lo estranha exercer cargo superior ao seu com vencimentos superiores.

Onerosa porque, podendo-se pagar vencimento de cargo inicial paga-se o de cargo superior.

Embora reconhecendo que, em alguns casos, a substituição se torna necessária, este Gabinete julga de interesse do Estado que ela se verifique, porém, com a fixação de vencimentos do cargo inicial, embora não se designe o ocupante desse cargo para servir em o que estiver lotado o licenciado.

Submetendo a solução do assunto á consideração

**Fonte:** APEES. Fundo de Governadoria. Caixa 325, Ofícios recebidos pelo presidente do Estado. 1940.

Nesse documento, o secretário acusa o interventor de fazer substituições arbitrárias, ou seja, sem uma consulta prévia aos diretores e secretários, alegando que pessoas desconhecidas são colocadas nas secretarias para substituições de funcionários em férias ou licenças. Apesar do

estranhamento a novos funcionários, a grande perturbação do secretário é saber que tais funcionários ganham mais do que os funcionários de carreira, como podemos observar no trecho do ofício transcrito a seguir:

este gabinete vem observando que são designados substitutos estranhos para funcionário de categoria superior ao cargo inicial da carreira com pedido de pagamento dos vencimentos integrais dos referidos funcionários. Essa praxe, sobre ser injusta é onerosa para os cofres públicos. Injusta porque o funcionário que exerce o cargo de carreira vê pessoa estranha exercer cargo superior ao seu com vencimentos superiores. Onerosa porque, podendo-se pagar vencimentos de cargo inicial paga-se o de cargo superior. Embora reconhecendo que, em alguns casos, a substituição se torna necessária, este gabinete julga de interesse do Estado que ela se verifique, porém, com a fixação de vencimentos do cargo inicial, embora não se designe o ocupante desse cargo para servir em o que estiver lotado o licenciado. (APEES. Fundo de Governadoria; Caixa 325. Ofícios recebidos pelo presidente do Estado. 1940).

O secretário Gentil Dessaune conseguiu apoio de Astolpho Virgílio Lobo, que ocupava o cargo de consultor jurídico, para justificar suas insatisfações relacionadas às nomeações feitas pelo interventor. Contudo, tendo sido eleito deputado em 1934, e logo em seguida ocupado o cargo de presidente da Assembleia, Astolpho Lobo era parte representante de grande força política no estado. Em sua mensagem ao interventor, Astolpho apresenta que a solicitação do secretário da fazenda se fazia necessária frente à legislação vigente, e era necessária para a manutenção da ordem econômica do estado, pois, “a nosso ver, a providência lembrada não se choca com nenhum dispositivo legal. E até medida que se traduz por um ato não só de poupança das rendas públicas, como de reparação a prática injusta” (APEES. Fundo de Governadoria. Caixa 325, Ofícios recebidos pelo presidente do Estado. 1940).

Em resposta a esse pedido, o interventor adota uma postura conciliatória, cedendo ao pedido feito pelo secretário da fazenda. Em poucas palavras, o interventor renuncia às decisões acerca dos funcionários substitutos na Secretaria da Fazenda, sugerindo que o secretário adotasse os critérios de seleção por ele sugeridos. Contudo, “aos demais funcionários será adotado o critério, sempre que possível” (APEES. Fundo de Governadoria. Caixa 325, Ofícios recebidos pelo presidente do Estado. 1940).

Tal posicionamento foi, por nós, interpretado como um ato de gentileza diante da exigência do secretário da Fazenda. Mesmo o secretário justificando sua insatisfação com argumentos que estavam dentro da legislação vigente, como apresenta Astolpho Lobo, o interventor destacou que a ação só poderia ser aplicada dentro da Secretaria da Fazenda, sendo estendida aos demais funcionários quando fosse observada alguma necessidade.

Conflitos entre secretaria e interventorias foram pontuais no Espírito Santo, contudo, no período anterior a 1940, não conseguimos identificar nenhum. Assim sendo, esse exemplo é o mais completo, por ter o envolvimento de três agentes políticos, bem como acusação e resposta. Daí a nossa escolha para exemplificar a observação construída com base nos dois artigos que pontuam a atuação da interventoria.

Codato (2008) apresenta observações similares às nossas, e, para compreendê-las dentro da dinâmica de relações estabelecidas, o autor afirma que é preciso deixar de lado a solidez interpretativa que costumeiramente utilizamos em regimes ditatoriais, pois “a resposta a essa questão depende menos da consideração do aparelho em si mesmo, e mais da configuração do sistema de aparelho a que ele pertence e de suas funções junto ao universo da elite”<sup>38</sup> (CODATO, 2008, p. 162).

Isso não significa que devemos de alguma forma compreender a política regional em oposição à política federal, mas sim entender que para manter o sucesso do regime era preciso criar uma rede de concessões, e que a interventoria atuaria como o fator de equilíbrio entre as exigências da região e as diligências da União. Portanto, é necessário adotar os critérios propostos por Bourdieu (1989) ao tratar da representação política:

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações (p. 164).

Dessa forma, a condição de um campo político regional configura-se um microcosmo da própria política nacional. Mesmo com a construção de uma política nacional centralizadora, para se manter no poder e diminuir as forças tensionais, era preciso estabelecer um diálogo com as regionais, que acabaram por ocupar outros espaços de poder, sendo capazes de adquirir prerrogativas que, dentro da lógica centralizadora, seriam negadas. O caso entre o secretário

---

<sup>38</sup> Adriano N. Codato apresenta em sua tese as elites políticas paulistas e como elas se readaptaram dentro do novo cenário político iniciado com o Estado Novo, para isso, ele analisa a atuação desse grupo dentro dos Departamentos Administrativos. Em nossa pesquisa, utilizamos os documentos provenientes das Secretarias de Governo, por questões de acessibilidade, já que se encontram devidamente catalogados no APEES.

Gentil Dessaune e o interventor João Punaro Bley explicita a complexidade dessas relações, se encaixando na percepção de um campo de lutas.

Diante das relações entre secretários e interventor, surgiu a necessidade de se conhecer a elite política que atuava até novembro de 1937. Para isso, foi necessário investigar quem eram os deputados estaduais, federais e senadores. Também buscamos os prefeitos, mas, diante da inconstância de dados, decidimos centrar nossas observações no corpo legislativo do Espírito Santo no ano de 1937.

**Quadro 3:** Corpo legislativo do Espírito Santo até novembro de 1937.

(Continua)

Nome	Cargo ocupado até 1937	Cargo que passou a ocupar durante o Estado Novo	Ano
Capitão Calos Marciano de Medeiros – PSD	Deputado Estadual	Chefia da Polícia Militar do Espírito Santo	1937 - 1943
Astolpho Virgílio Lobo - PSD	Deputado Estadual	Consultor Jurídico da Interventoria	1937-1945
Alvaro de Castro Matos - PSD	Deputado Estadual		
Cyro Duarte – PSD	Deputado Estadual		
Dr. Francisco Climaco Feu Rosa - PSD	Deputado Estadual	Representante da interventoria na Agência Nacional do Café	1941
Feliciano Garcia- PSD	Deputado Estadual		
Desembargador Christiano Vieira de Andrade – PSD	Deputado Estadual	-	
Mario Rezende - PSD	Deputado Estadual		
João Rodrigues - Soares - PSD	Deputado Estadual		
Dr. Solon de Castro - PSD	Deputado Estadual		
Dr. Nelson Goulart Monteiro – Partido da Lavoura	Deputado Estadual	Secretário de Governo	1937-1943
Dr. Álvaro Castello - Partido da Lavoura	Deputado Estadual		
Areno Schuller Barbosa - PSD	Deputado Estadual		
Dr. Abner Carlos Mourão- Partido da Lavoura	Deputado Estadual		
Dr. Augusto Emilio Esbellita Lins – PSD	Deputado Estadual	Presidente da Academia Espírito Santense de Letras e da Associação Espírito Santense de Imprensa	1939-1943
Dr Carlos Gomes de Sá – Partido da Lavoura	Deputado Estadual		
Dr Luiz Tinoco da Fonseca – Partido da Lavoura	Deputado Estadual		
Dr. Attilio Vivacqua – Partido da Lavoura	Deputado Estadual	Procurador a Justiça do Trabalho e consultor jurídico interino do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	1941

**Quadro 1:** Corpo legislativo do Espírito Santo até novembro de 1937.

(Conclusão)

<b>Nomes</b>	<b>Cargo ocupado até 1937</b>	<b>Cargo que passou a ocupar durante o Estado Novo</b>	<b>Ano</b>
Dr. Manoel Monteiro Torres- Partido da Lavoura	Deputado Estadual		
Cel Sebastião Monteiro da Gama – PSD	Deputado Estadual		
Dr. Alcebiades Guaraná Monjardim - PSD	Deputado Estadual		
Paulino Müller – PSD	Deputado Estadual	Prefeito de Vitória	1937/1939
Dr. Jair Athayde de Freitas - PSD	Deputado Estadual		
José Ayres – PSD	Deputado Estadual		
Dr. Geraldo Vianna – Partido da Lavoura	Deputado Estadual		
Gilbert Gabeira – Partido Proletário	Deputado Estadual		
Dr. Francisco Gonçalves - PSD	Deputado Federal		
Dr. Ubaldo Ramalhete Maia – Partido da Lavoura	Deputado Federal	Redator do Diário da Manhã (jornal elogioso ao governo) e proprietário do jornal A Tribuna	
Dr Asdrúbal Soares - PSD	Deputado Federal	Diretor proprietário da Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio (EBEC). (Prestava serviços para o ES)	1937-1945
Dr Jair Tovar – PSD	Deputado Federal		
Dr. Jeronymo Monteiro Filho – Partido da Lavoura	Senador		
Genaro Pinheiro	Senador		

**Fonte:** Elaboração da autora a partir da mensagem do governador em 1937, e dos ofícios recebidos pela interventoria entre 1937 a 1945, disponíveis no APEES<sup>39</sup>.

No Quadro3, podemos observar que um pequeno grupo de ex-deputados permaneceu em diálogo com a interventoria. Alguns receberam cargos que os mantinham mais alinhados à interventoria, como Astulpho Lobo, trabalhando como consultor jurídico, e Nelson Monteiro Goulart, que trabalhou como Secretário de Governo. Esse último representava as flexibilidades da política criada por Punaro Bley, afinal, Nelson Monteiro Goulart se elegeu deputado através do Partido da Lavoura, que representava a maior oposição ao PSD). O Partido da Lavoura estava atrelado à imagem jeronimista, como já discutimos neste trabalho. Podemos inferir que Nelson Monteiro Goulart se elegeu com o peso do sobrenome Monteiro, afinal, a família se

<sup>39</sup> Nesse quadro, apresentamos o cruzamento de dados entre cargos ocupados antes e após o Estado Novo. A ausência de cargos para alguns membros da elite política, não significa que tais elementos ficaram no ostracismo, mas que nas fontes consultadas não podemos encontrar nenhum cargo destinados a eles.

apresentava como um dos principais elementos oligárquicos do Espírito Santo, como sugere Marta Zorzal e Silva (1995).

Em nossa investigação, não encontramos cartas entre Nelson Monteiro Goulart e o interventor João Punaro Bley que revelassem como o acordo entre dois agentes políticos em oposição se deu. O que podemos afirmar, a partir do estudo das fontes, é que a presença de Nelson Monteiro Goulart como Secretário de Governo, se deu durante a gestão de João Punaro Bley no Estado Novo (1937-1945), nos alertando a pensar esses sujeitos além de um ideal coercitivo, ligado às exigências da política centralizadora varguista, como sujeitos que operam dentro de sua autonomia frente às necessidades de coesão política própria de sua região. Para pensarmos nessa lógica, nos apropriamos dos ideais de ação dos sujeitos propostos por Bourdieu (1996):

[...] não são partículas submetidas a forças mecânicas, agindo sob a coerção de causas, nem tampouco sujeitos conscientes e conhecedores, obedecendo a razões e agindo com pleno conhecimento de causa, conforme acreditam os defensores da teoria da ação racional [...] agentes que agem e que conhecem, dotados de um senso prático [...] um sistema adquirido de preferências de princípios de visão e de divisão [...] e de esquemas de ação (p. 41-42)

Sabemos que a elite política absorveu parte da elite intelectual e econômica do Espírito Santo, por isso, além de identificarmos os agentes políticos que exerciam cargos no legislativo e que passaram a ocupar cargos que se ligavam ao governo estadonovista do estado, também buscamos apresentar os membros das secretarias.

**Quadro 2:** Composição das secretarias durante o governo de João Punaro Bley 1937-1945.

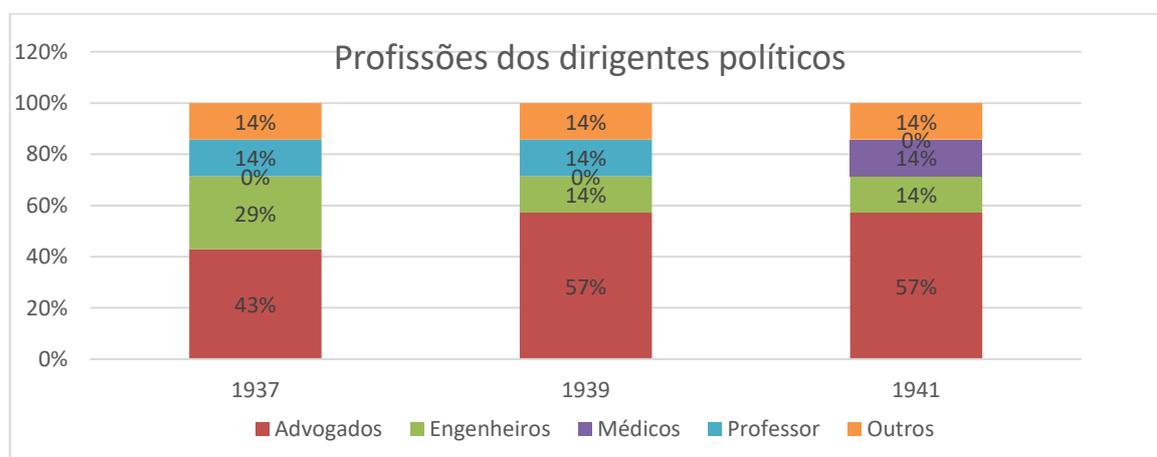
<b>Função</b>	<b>1937</b>	<b>Formação</b>	<b>1939</b>	<b>Formação</b>	<b>1941</b>	<b>Formação</b>
Secretário do Governador	Armando de Carvalho Braga	Redator do Diário da Manhã	Dr. Nelson Goulart Monterio	Advogado	Dr. Nelson Goulart Monteiro	Advogado
Secretário do Interior e Justiça	Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama (1936-1943)	Advogado	Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama	Advogado	Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama	Advogado
Secretário da Fazenda	Dr. Augusto Seabra Moniz	Engenheiro	Oswaldo Cruz Guimarães	Presidente da Associação Comercial	Gentil Dessuane de Almeida	Funcionário Público

Secretário da Agricultura, Terras e Obras	Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg	Advogado	Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg	Advogado	Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg	Advogado
Secretário da Educação e Saúde	Dr. Arnulpho Mattos	Professor	Dr. Fernando Duarte Rabello	Professor	Dr. Moacyr Ubirajara	Médico
Prefeito da Capital	Dr. Paulino Müller	Advogado	Américo Poli Monjardim	Advogado	Américo Poli Monjardim	Advogado
Chefia da Polícia	Calos Marciano de Medeiros	Engenheiro	Carlos Marciano de Medeiros	Engenheiro	Carlos Marciano de Medeiros	Engenheiro

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados extraídos do Jornal Diário da Manhã e dos documentos consultados no APEES.

No Quadro 4, podemos observar os cargos mais próximos a ação da interventoria, que são as secretarias. Também colocamos a chefia da polícia e o cargo de prefeito da capital, dada a constante troca de mensagens e ofícios. Além de trazer os nomes, destacamos os anos em que o interventor realizou mudanças nas nomeações, bem como a formação dos agentes políticos. Com a finalidade de compreender a formação intelectual do corpo dirigente político, construímos o Gráfico 2, com base nas nomeações conduzidas pelo interventor.

**Gráfico 2:** Profissões dos dirigentes políticos



**Fonte:** Elaboração da autora.

Por mais que possa soar óbvio que a maior parte daqueles que ocupavam cargos políticos tivessem uma formação em direito, julgamos necessário investigar se essa realidade também correspondia ao Espírito Santo. A partir da leitura do Gráfico 2, percebemos que nos três anos de governo analisados, o número de profissionais liberais representava a maioria dos ocupantes dos cargos. No ano de 1937, destaca-se os profissionais do direito e da engenharia. Já nos anos de 1939 e 1941, o número de advogados destinados aos cargos dispostos no Quadro 4 representavam mais de 50%. Professores e médicos foram nomeados ocasionalmente.

Tais dados dialogam com os levantados por Love e Barickman (2006), que demonstram o predomínio dos cargos nas mãos de profissionais liberais. Os autores também apresentam que os membros da elite dirigente de São Paulo estavam ligados a famílias de proprietários de terras. Diante da dispersão e da grande quantidade de fontes, não nos foi possível realizar uma prosopografia de todos os agentes apresentados. Os agentes cujas informações acerca da origem conseguimos coletar estão dispostos na rede que consta na Figura 17.

**Figura 17:** Rede de sociabilidade dos Secretários que advinham de um núcleo familiar de proprietários de terras.



**Fonte:** Elaboração da autora com base na Revista *Vida Capichaba* e dados do CPDOC/FGV.

Nessa rede, estão dispostos os secretários que, de certa forma, vinham de famílias de proprietários de terra. Em vermelho estão destacados os secretários Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Nelson Goulart Monteiro e Augusto Seabra Moniz, todos parte da família Monteiro. Nelson Goulart Monteiro era filho de Bernardino Monteiro, já Augusto Seabra Moniz era cunhado de Nelson. Todos esses agentes estão ligados a João Punaro Bley, pois, apesar de serem de um grupo familiar oligárquico, fizeram parte do governo estadonovista. Os secretários em azul, Américo Poli Monjardim e Celso Calmon Nogueira da Gama,<sup>40</sup> também representavam forças oligárquicas do Espírito Santo.

A partir das observações até aqui feitas, é possível perceber que o microcosmo político do Espírito Santo possuiu redes de organizações diversificadas, em que elementos outrora

<sup>40</sup> Américo Poli Monjardim é membro da família Monjardim, cuja força política na cidade de Vitória-ES remonta ao período colonial. Já Celso Calmon Nogueira da Gama é filho do fazendeiro e coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama, família cuja força política se concentrava na cidade de Linhares.

antagonistas, como o caso de Nelson Goulart Monteiro, foram incorporados dentro de espaços de poder da administração estadonovista. Dessa forma, compartilhamos da interpretação proposta por Codato (2008), que pondera:

o mundo político [incluindo aqui também o Estado e seus aparelhos] pode possuir uma extensa rede de instituições políticas e organizações formais, ou mesmo admitir práticas, protocolos e procedimentos próprios, isto é, ser “institucionalizado” ou “estar em processo de institucionalização”, sem ser por isso autônomo [ou já completamente autônomo]. Nesse caso, ele é guiado [ainda] por uma lógica externa e derivada de um campo ou maior, mais extenso, mais poderoso, ou mais legítimo, mais prestigioso e que tem o poder de impor, através de mecanismos variados, suas normas e regras específicas, seus valores inerentes, seus modos de percepção e expressão próprios. Portanto, a institucionalização não supõe *autonomização completa*. A heteronomia ou a autonomia não são igualmente dois estados, já que podem comportar, tal qual a institucionalização, gradações. Idealmente, um campo pode estar contido em outro, que o engloba e domina; dois campos podem estar parcialmente sobrepostos, sendo a área de intersecção objeto de disputa, ou podem ser irredutíveis um ao outro, já que não partilham [mais] nem recursos, nem comportamentos e valores [“capitais” de *habitus*, na linguagem de Pierre Bourdieu] (p. 179).

### 3.2 A ação das elites políticas dentro do cenário capixaba

Para pensarmos a ação das elites políticas no Espírito Santo, é preciso destacar algumas características da interpretação histórica estadonovista que são levadas como exemplos da ação varguista nos estados, mas que concentram sua análise no eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Tais estudos concentram as interpretações da Era Vargas a partir de conceitos como *corporativismo* e política *centralizadora*. Tais conceitos incluem o fortalecimento da industrialização e o fim do controle oligárquico, afinal, era preciso o crescimento e fortalecimento da nação. É apresentado o fortalecimento da máquina Estatal, que acabaria por comprimir os anseios e exigências das elites, em prol do *desenvolvimentismo*, outro conceito operacional para os pesquisadores do varguismo.

Assim, somos condicionados a construir uma lógica interpretativa na qual aplicamos os conceitos necessários para a compreensão do período e expandimos os recortes regionais comumente estudados como se fossem uma característica comum a todos os estados, afinal, a política é centralizadora. Contudo, o que encontramos no Espírito Santo é o prevaletimento da agricultura, como observado na Tabela 2. Já os investimentos industriais se tornaram expressivos a partir de 1942, quando se decretou a criação da Companhia Siderúrgica Vale do Rio Doce.

**Tabela 2:** Total de produtos do Espírito Santo que foram exportados

Produtos	1937	1938	1939
<b>Vegetais</b>	71.775.774 Kg	91.095.000 Kg	84.170.064 Kg
<b>Animais</b>	332.746 Kg	365.128 Kg	261.360 Kg
<b>Minerais</b>	559.914 Kg	685.867 Kg	4.566.406 Kg

**Fonte:** Elaboração da autora a partir dos dados dispostos na obra de Amylton de Almeida (2010).

Com a observação dos dados até agora apresentados, podemos afirmar que no Espírito Santo a elite cafeeira, ou melhor, a elite agrária, se readaptou ao momento político vigente. Em outras palavras, parte significativa das elites dirigentes<sup>41</sup> migrou para espaços de poder disponíveis dentro do aparelho estatal, neste caso, representados principalmente pelas secretarias. Também encontramos o reconhecimento da contribuição capixaba para a economia em plano nacional, com a visita do ministro da agricultura Fernando Costa.

**Figura 18:** Visita do ministro da agricultura ao Espírito Santo.

**Fonte:** Acervo CPDOC/FGV- JPB foto 019

Assim, o Estado de compromisso não pode ser interpretado como instável, em que agentes agroexportadores se viram sem espaço de ação, frente ao crescimento da figura da interventoria, que, de fato, representava os desejos da política varguista. Ou seja, não tivemos uma política

<sup>41</sup> Percebemos que a elite política capixaba estava articulada em dois pilares: o capital econômico e a formação intelectual.

tensionada e bipolarizada entre o interventor e as elites, mas sim um diálogo, uma política pautada em concessões de ambos os lados. Assim, concordamos com a interpretação apresentada por Nunes (1997) de que as mudanças advindas com o Estado Novo podem ter alterado a vivência urbana, contudo a permanência do clientelismo se fez presente diante dos laços pessoais e familiares que caracterizavam as relações políticas.

O clientelismo repousa num conjunto de redes personalistas que se estendem aos partidos políticos, burocracias e cliques. Estas redes envolvem uma pirâmide de relações que atravessam a sociedade de alto a baixo. As elites políticas nacionais contam com uma complexa rede de corretagem política que vai dos altos escalões até as localidades. Os recursos materiais do Estado desempenham um papel crucial na operação do sistema; os partidos políticos – isto é, aqueles que apoiam o governo – têm acesso a inúmeros privilégios através do aparelho do Estado (NUNES, 1997, p. 32).

O entendimento do clientelismo apresentado por Nunes (1997) se encaixa nas relações apresentadas no decorrer deste trabalho, basta substituir os partidos políticos, para agentes dissidentes dos partidos que apoiaram o interventor, e teremos a aplicação do conceito dentro da prática política. Mesmo que o clientelismo tenha se feito presente na política capixaba, a prática do corporativismo também fora presente, constituindo-se “a busca da um racionalidade e de uma organização contrárias ao clientelismo [...] em um instrumento de incorporação e controle dos indivíduos e dos diferentes grupos sociais pelo Estado, impedindo seu desenvolvimento autônomo e procurando evitar conflitos” (ABREU, 2007, p. 176), identificado na necessidade de se apresentar as nomeações de agentes políticos nas secretarias de uma maneira tecnicista e pública, por meio de ofícios<sup>42</sup>, fugindo dos elogios e adornos característicos das relações de pessoalidade, que também foram apresentadas, através do telegramas de apoio a nomeação do interventor. Assim, o que Abreu (2007) nos apresenta através de uma análise conceitual (não incluindo exemplos), é percebido por ele como um sincretismo de políticas.

A pessoalidade e as ações elogiosas são encontradas por parte de sujeitos cujas famílias possuíam um passado político, como o caso de Gil Goulart Filho, tio de Nelson Goulart Monteiro, que escreveu uma carta ao interventor, elogiando uma exposição autorizada por ele, mostrando as “grandezas” do Espírito Santo, e como o estado contribuía para o desenvolvimento do Brasil. Optamos por transcrever o conteúdo da carta<sup>43</sup> no corpo do

---

<sup>42</sup> Como o caso apresentado entre Astulpho Lobo, Gentil Dessaune e Punaro Bley.

<sup>43</sup> A transcrição da carta se deu de maneira a preservar a forma de escrita do remetente, bem como as palavras por ele utilizadas. Alteramos apenas a grafia palavras.

trabalho, por duas razões: a primeira delas diz respeito à dificuldade em se acessar a carta original, já que a encontramos dentro de um livro de ofícios, e devido ao fato de a carta original estar escrita “à punho”, manuscrita, e com algumas manchas causadas pelo tempo. A segunda questão está relacionada à riqueza do conteúdo da carta, que será trabalhada mais adiante.

Só agora tive oportunidade de ler, nas colunas de “A Manhã”, a exposição feita por (*ilegível*) em janeiro do corrente ano, no salão nobre da Escola Normal de Vitória, sobre o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, no seu governo.

Esse trabalho merece ser lido com atenção por todos os brasileiros e principalmente pelos que residem no estado, porque esse progresso resulta da ação conjugada do governo e do esforço desenvolvido pelo povo que se acha sob a sua jurisdição.

Há muitos anos me acho ausente do estado em nasci, mas nem por isso deixo de sentir especial orgulho sempre que se opera um surto de progresso capaz de realçar as possibilidades econômicas do Espírito Santo cujo solo vem sendo cultivado de maneira a deixar patenteado o vigor, tenacidade e sacrifício dos seus filhos no supremo ideal de engrandecimento.

A sua exposição se torna principalmente interessante pelos dados estatísticos coligidos e pelo estudo comparativo de outros muitos países e regiões, onde a agricultura bem orientada acende a culminâncias que bem podemos atingir, se aproveitados forem os ensinamentos dos nossos técnicos, entre os quais devemos salientar a figura do abalizado professor (*ilegível*), muito justamente citado no seu trabalho. Em todos os outros setores da administração pública vê se demonstrado com resultados positivos a ação do governo na sua constante preocupação de entender as necessidades mais prementes, como sejam a assistência hospitalar, a criação de escolas profissionais e a construção de estradas que facilitem o escoamento dos produtos.

As fotografias que tenho visto das modificações introduzidas na cidade de Vitória dão a perceber que muito se tem feito no campo da higiene e do urbanismo, serviços esses entregues à capacidade profissional de Américo Monjardim, descendente ilustre de uma tradicional família capixaba, cujos antepassados foram sempre bons elementos propulsores do engrandecimento estadual.

De considerável valor são também as instalações construídas para o embarque dos minérios que atendem a velhas aspirações dos nossos vizinhos de Minas.

Todos esses serviços executados numa época de profundas apreensões e dificuldades de toda espécie, sobrelevam o valor de quem as enfrentou com desassombro e impavidez.

Temos, como bem acentuou, recursos inesgotáveis para promover o desenvolvimento do estado, a despeito dos seus grandes acidentes geográficos que apenas exigem maiores esforço.

Além do nosso café é de uma qualidade insuperável temos ainda outros produtos muito apreciados, como por exemplo, a banana maçã que poderia ser a fruta mais procurada se cuidássemos dela com especial carinho e a exportássemos em larga escala. De minha parte confesso que, em lugar algum do mundo se encontra esse produto, com sabor inigualável das nossas.

Assumi como citou que com uma embalagem apropriada elas terciam aqui mesmo na capital do país e na República da Prata uma acolhida altamente compensadora.

Lembraria, finalmente, a instalação nesta capital de uma casa em ponto central, para que convergissem os produtos do estado, inclusive o café Capitania, que podia ser torrado e moído aqui para ser vendido a varejo com muitos outros artigos procedentes do Estado.

A propaganda bem orientada é um dos maiores fatores de sucesso dos governos e o único meio de se tornar conhecidos e procurados os produtos de real valor.

Residindo no Rio de Janeiro e tendo já a minha independência assegurada pelo trabalho, durante mais de quarenta anos, estou pronto a auxiliá-lo na execução desse plano, sem ônus algum para o Estado.

E encerrando as minhas impressões *felicito es abundantia* o interventor de minha terra e subscrevo-me seu admirador.

(Gil Goulart Filho, 1942, disponível no livro Correspondência recebida pelo interventor – Diversos/ Caixa 363)

Nessa carta, encontramos vários elementos que se acrescentam às reflexões que construímos até agora. A mensagem foi escrita por Gil Goulart Filho, filho de Gil Diniz Goulart, conhecido por ter participado da Assembleia Nacional Constituinte, em 1891, e por ter sido senador pelo Espírito Santo de 1891 a 1896. Além disso, Gil Goulart Filho era irmão de Iná Goulart Monteiro, mãe de Nelson Goulart Monteiro. Sua família era conhecida pela tradicionalidade na política capixaba, afinal, faziam parte da família Souza-Monteiro.

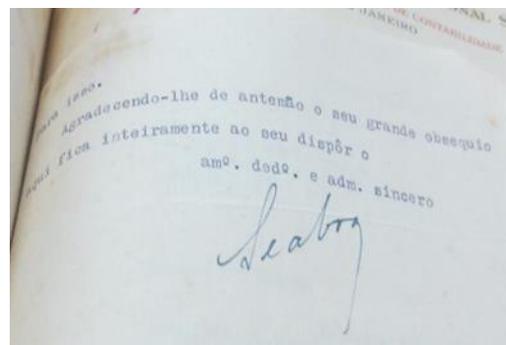
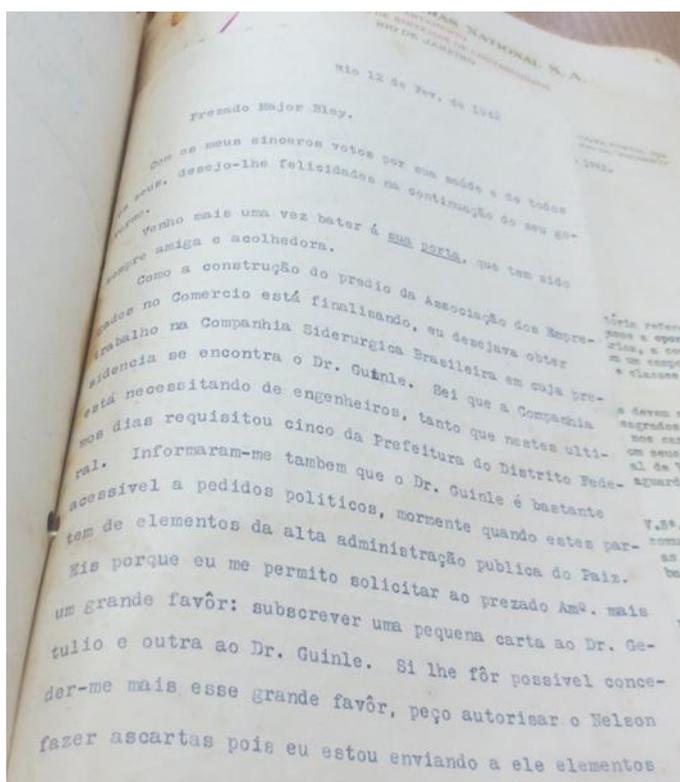
Inicialmente, em sua carta endereçada a Punaro Bley, encontramos um tom elogioso quanto às ações do interventor dentro do Espírito Santo. Goulart Filho destaca a ação da interventoria com a exposição sobre o crescimento do estado, apresentando dados comparativos com outras regiões e países. Em princípio, podemos interpretar a mensagem a partir do reconhecimento e enobrecimento de Punaro Bley aos olhos de Goulart Filho, que frisa que, apesar da ausência, suas atenções ainda se concentram no território capixaba, e que não deixa de “sentir especial orgulho sempre que se opera um surto de progresso capaz de realçar as possibilidades econômicas do Espírito Santo cujo solo vem sendo cultivado de maneira a deixar patenteado o vigor, tenacidade e sacrifício dos seus filhos no supremo ideal de engrandecimento” (GOULART, 1942, caixa 363).

Quando pensamos que a carta se trata de uma tessitura de elogios à ação de Bley e à articulação de um Monjardim no comando da capital, Goulart Filho nos surpreende com a sequência de ideias que apresenta como possibilidades de melhoria para a economia capixaba. Apresenta planejamentos que partem da exploração de minério, através das instalações haviam sido construídas na época, e até mesmo planos sobre o cultivo e a venda de bananas, e, para finalizar seu aconselhamento, apresenta sugestão sobre o trato do café.

Após as sugestões, Goulart Filho se enobrece, destacando seus anos de trabalho, e colocando-se à disposição do estado do Espírito Santo para executar a sua ideia acerca do café capixaba dentro do Distrito Federal.

A partir da carta, percebemos a insistência da pessoalidade nas relações políticas. Para somar as observações levantadas por Abreu (2007), de que o que foi executado fora um sincretismo político entre clientelismo e corporativismo, trouxemos dois exemplos. O primeiro diz respeito a uma carta enviada por Augusto Seabra Moniz ao interventor, e o segundo mostra o trato impessoal a situações que dizem respeito a individualidade diante das esferas governamentais para os conflitos pessoais.

**Figura 19:** Carta de Augusto Seabra Moniz ao interventor pedindo a sua colocação na Companhia Siderúrgica Brasileira.



**Fonte:** APEES. Caixa 363, Livro: Ofícios recebidos pelo interventor,.

A continuidade do clientelismo pode ser observada na carta que consta na Figura 19, na qual Augusto Seabra Moniz solicita ao interventor uma indicação na Companhia Siderúrgica Brasileira, cuja presidência estava nas mãos do Dr. Guinle. Seabra Moniz afirma: “sei que a Companhia está necessitando de engenheiros, tanto que nestes últimos dias requisitou cinco da Prefeitura do Distrito Federal”. A partir desse trecho, sabemos que Seabra Moniz almejava o

cargo de engenheiro, e que também se mantinha informado quanto às contratações, já se antecedendo à possibilidade de uma eventual resposta negativa ao seu pedido com base na justificativa de que os quadros de engenheiros já estivessem preenchidos.

Mais adiante, Seabra Moniz relata o seguinte: “informaram-me também que o Dr. Guinle é bastante acessível a pedidos políticos, mormente quando estes partem de elementos da alta administração pública do país”. Sentimos novamente certa pressão por parte de Seabra Moniz sobre Bley, afinal, sua indicação ao cargo dependia do diálogo entre Bley e o presidente da Companhia Siderúrgica Brasileira.

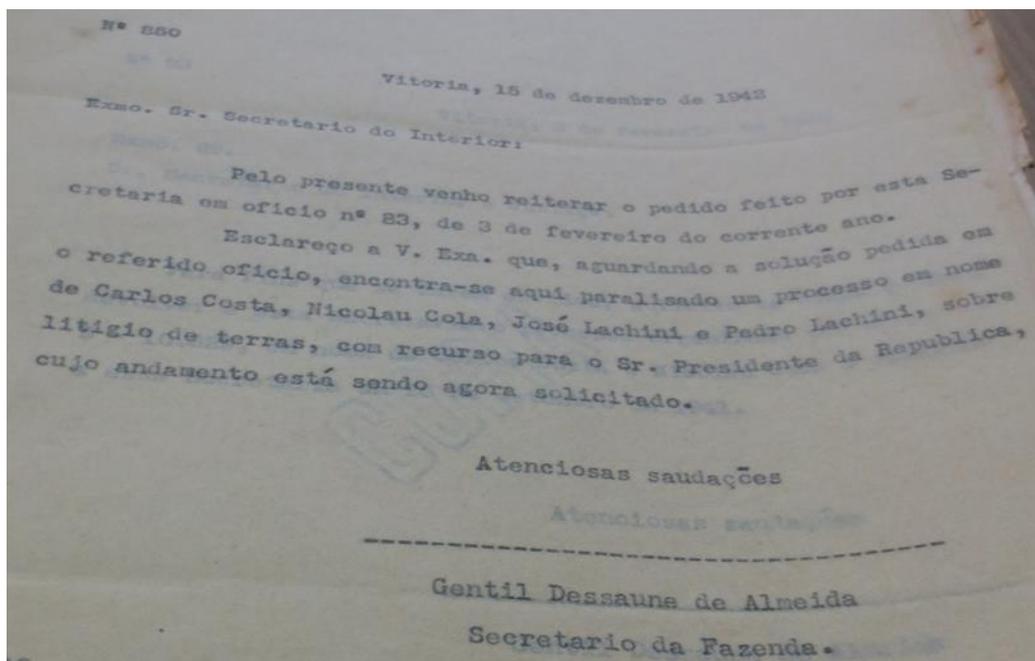
Por fim, Seabra Moniz resume o que gostaria que o interventor fizesse: “eu me permito solicitar ao prezado amigo mais um grande favor: subscrever uma pequena carta ao Dr. Getúlio e outra ao Dr. Guinle. Se lhe for possível conceder-me mais esse grande favor, peço autorizar o Nelson fazer as cartas pois eu estou enviando a ele elementos para isso”. A partir desse fragmento, observamos que o elo entre Bley e Seabra Moniz era Nelson Goulart Monteiro (cunhado de Seabra Moniz), e mais ainda, percebemos a dinâmica de Nelson Goulart Monteiro, que possuía prerrogativas que o dotava de certa liberdade em suas ações.

O segundo exemplo diz respeito a ação de fortalecimento da esfera estatal em detrimento das forças individuais. O ofício abaixo se encontra dentro dos padrões das diligências às secretarias na época, o que destacamos é o fato de ele ter sido encaminhado ao presidente<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Neste caso, encontramos outros ofícios como este ao longo da pesquisa. Optamos por colocar apenas um a fim de contribuir como exemplo.

**Figura 20:** Solicitação de envio de ofício para Getúlio Vargas.



**Fonte:** APEES. Caixa 363, Ofícios recebidos pelo interventor.

Isso constituiu um reflexo da política centralizadora adotada pelo Estado, mas o que vemos na prática são casos do cotidiano sendo encaminhados à presidência, e casos referentes a critérios para nomeação de funcionários e problemas quanto a gestão pública sendo resolvidos entre as elites e o interventor.

Diante das ações do campo político capixaba aqui evidenciadas, necessitamos, mais uma vez, nos apoiar na interpretação proposta por Pierre Bourdieu (2004), afinal, o autor percebe o campo político a partir dos interesses que “são definidos pela lógica do jogo e não pelos mandantes” (p. 200). Em outras palavras, as ações entre esses atores – elites políticas e interventor –, são definidas a partir da vivência do cotidiano. Favores são estabelecidos e cobrados sempre que possível, mesmo que a interventoria dite as regras de abordagem e de conduta, foi preciso ceder para que o Estado percebido entre os dirigentes obtivesse sucesso.

Além da personalidade exigida para se manter dialogando, ou mesmo ocupando os espaços de poder, o campo político capixaba exigiu, de certa forma, a profissionalização dos agentes políticos. Quando afirmamos a necessidade de uma profissionalização, não estamos nos referindo à formação acadêmica desses agentes, pois isso se tornou elemento chave para

ingressar ao campo político, mas sim, a atuação política como projeto de carreira desses sujeitos.

A profissionalização política não é um fenômeno datável com exatidão, visto que sua evolução (em termos gerais) é inconstante e sua cronologia, imprecisa. Ela depende um sem-número de fatores que são tanto internos quanto externos ao campo político. Por isso é difícil estipular um modelo abstrato que preveja a maior parte das ocorrências histórica. Ainda assim é possível determinar, em função desse contexto, certas variáveis especiais que concorrem para a definição do problema. Todas essas variáveis contextuais dizem respeito a transformações que sucedem apenas no mundo político em função de sua autonomia característica), ainda que se possa estabelecer uma relação de correspondência mais geral entre a institucionalização do poder do Estado nacional e as mudanças na base econômica[...] (CODATO, 2008, p. 177).

Percebemos que, apesar dos esforços do Estado Novo em isolar a participação política dos grupos que possuíam o controle e riquezas, o que de fato aconteceu no Espírito Santo foi a continuidade de agentes que se colocam como elos entre um passado oligárquico, que deveria ser superado, e um futuro constituído através da força do Estado. Por mais que tais agentes, aqui estudados, não tivessem grande expressividade política, quando se deu o golpe, eles faziam parte de grupos familiares cujo poder político já estava concentrado, como podemos perceber nas famílias Monteiro, Goulart, Seabra Moniz, e Monjardim.

Quando pensamos no campo político capixaba, devemos destacar que, de fato, a proposta de uma política austera e centralizadora permaneceu no campo das ideias. O que ocorreu no Espírito Santo foi uma coalisão de interesses entre a elites políticas e a interventoria, que culminou com novos espaços de poder (secretarias). Portanto, vamos contra a afirmação de Zorzal e Silva (1995), pois, para a autora, durante o Estado Novo a burguesia (as elites) perdeu “grande parte do poder de barganha política, que detinham na articulação de seus interesses regionais, foi suprimido, pois, a partir da revolução de 1930, inaugura-se uma nova fase no processo de transformação capitalista, em curso: a da industrialização” (ZORZAL E SILVA, 1995, p. 125).

Na verdade, podemos encontrar o que a autora chama de “barganha” em vários postos, seja nas exigências pela mudança nas nomeações de funcionários, ou nos pedidos de indicações. Além disso, como citado, a política da interventoria não buscou suprimir a economia fortalecida pelo agronegócio, pelo contrário, João Punaro Bley manteve uma postura conservadora no que diz respeito a força econômica capixaba.

### 3.3 A crise do Estado Novo

O Estado Novo se manteve forte até 1942, quando, em fevereiro do mesmo ano, 21 navios brasileiros foram bombardeados. O mundo estava em guerra e, até esse momento, o Brasil, distante da Europa, conseguiu manter-se afastado dos conflitos que dizimavam o Velho Mundo. Contudo, com o bombardeio dos navios, era impossível manter-se neutro frente à ofensiva alemã. Em 31 de agosto, o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália, posicionando-se em favor dos Aliados. O Brasil contribuiu ao lado dos Aliados, derrotando o Eixo, em 1945. A luta pela democracia no Velho Mundo trouxe questionamentos para a sociedade brasileira:

o dilema enfrentado pela ditadura era o seguinte: como lutar pela democracia externamente e manter o Estado autoritário internamente. A pressão popular, que exigiu a entrada do Brasil na guerra com os Aliados, já dera mostras dessa tensão, que se foi agravando até o fim do conflito. Havia sinais visíveis de que o regime se debilitava. O governo conseguiu impedir que a imprensa divulgasse as primeiras manifestações contrárias a ele, mas em 1945 já não podia abafá-las. Os liberais, pouco a pouco, recuperaram voz e os cooptados não tardaram a retirar o seu apoio ao regime. A falta apologética foi substituída pelo discurso de oposição, engavetado desde 1937 (CAPELATO, 2017, p. 136)

No Espírito Santo, as mudanças também se faziam presentes, tal qual no plano nacional. Além da entrada do Brasil na Guerra, em 1943, teremos o início de um novo governo. Após 13 anos como interventor, governador eleito, e novamente interventor, João Punaro Bley fora convidado para exercer o cargo de diretor comercial da Companhia Siderúrgica Vale do Rio Doce,<sup>45</sup> que ajudou a construir no Espírito Santo. Seu governo durou quase toda a Era Vargas, e sua pessoa já havia alcançado o *establishment* da política capixaba.

O cenário político capixaba passava por mais uma mudança, devido à nomeação de Jones dos Santos Neves<sup>46</sup>. Nascido em 1901 em São Mateus-ES, formou-se em Medicina e Farmácia no Distrito Federal, e, em 1933, participou ativamente da comissão diretora provisória do PSD. A sua posição como interventor mostra que os agentes políticos agrupados nas secretarias por Bley não ocupariam mais esses espaços, com exceção de Enrico Ruschi. No Quadro 5, podemos observar os grupos nomeados por Jones dos Santos Neves. É importante destacar que os

---

<sup>45</sup> João Punaro Bley manteve-se no cargo até 1947. Promovido a tenente-coronel em dezembro de 1944 e a coronel em agosto de 1951, comandou o Regimento Escola de Artilharia, na Vila Militar do Rio de Janeiro, de 1952 a 1953. Entre 1953 e 1955, esteve adjunto à 3ª Seção do Estado-Maior do Exército e foi chefe de sua 5ª Seção (geografia e história).

<sup>46</sup> A circunstâncias de sua nomeação não foram encontradas nas fontes consultadas.

secretários nomeados não pertenciam a famílias cujas trajetórias políticas se misturavam a história do Espírito Santo.

**Quadro 3:** Secretários nomeados para o governo de Jones dos Santos Neves, em 1943

<b>Função</b>	<b>Nome</b>
Secretário do Governador	Tulo Hostilio Montenegro
Secretário do Interior e Justiça	Dr. José Sette
Secretário da Fazenda	Enrico Ruschi
Secretário da Agricultura, Terras e Obras	Dr. Marcondes Alves de Souza Junior
Secretário da Educação e Saúde	Eurico de Aguiar Sales
Prefeito da Capital	Dr. Henrique de Novaes
Chefia da Polícia Militar	(não foi localizado)

**Fonte:** Elaboração pela autora a partir dos documentos disponíveis nas caixas 443 e 444 - APEES.

Jones dos Santos Neves enfrentou a crescente onda de críticas ao regime varguista, que se estendia, logicamente, a sua atuação no governo capixaba. É importante lembrar que o Estado Novo se consolidou a partir do apoio de militares e forças conservadoras da sociedade, não foi aclamado por um movimento de massas. Essas foram rearticuladas dentro da máquina estatal a partir da ideal tutelar castilhistas de Vargas. Entre 1943 e 1945, essas massas ganharam força, era difícil compreender que, apesar de compartilhar nuances, um governo autoritário (Estado Novo) não é, automaticamente, um governo fascista.

Um novo jornal, o *Folha Capixaba: Defesa da Terra e do Povo do Espírito Santo*, surgiu nesse momento, e nele podemos encontrar o posicionamento dos segmentos da sociedade, bem como o posicionamento governista.

**Figura 21:** Resumo do discurso presidencial acerca da participação do Brasil na Guerra.



**Fonte:** *Folha Capixaba: Defesa da Terra e do Povo do Espírito Santo*; Vitória, Edição nº 2, 03 de maio de 1945.

Na Figura 21, podemos perceber a defesa de Vargas frente às acusações de que o Estado Novo era fascista. O autor da coluna afirma que, no que diz respeito à crise da política nacional, o presidente “acusou as oposições alegando que seus elementos tramam no silêncio, um golpe”, e ainda mais, afirmou que “o Estado Novo não é fascista de vez, todas as suas atitudes foram e são contra o nazi-fascismo”.

Ademais, a partir das acusações e associações do Estado Novo ao fascismo, ocorreu uma reação por parte das forças getulistas que acusaram os críticos do regime pela pretensão de “fazer recuar o progresso, por quererem recuperar aspectos de um passo morto, por darem marcha a ré no tempo e sustarem o surto glorioso de uma evolução” (CAPELATO, 2017, p. 137). Mesmo diante do reforço, as ações e as mudanças proporcionadas pelo Estado Novo, os dirigentes nacionais perceberam que o processo de redemocratização era irreversível, portanto, como uma “cartada final”, passaram a associar a redemocratização ao projeto final do Estado Novo.

No Espírito Santo, encontramos a menção à abertura democrática no discurso proferido pelo interventor acerca da vitória dos Aliados. No jornal *Folha Capixaba*, de 13 de maio de 1945, é descrito o discurso do interventor. Para Jones dos Santos Neves, o fim da guerra representa o destino nacional, a busca pela paz (leia-se, paz política). E por conta desse momento de

celebração, frente ao fim da “dolorosa experiência humana”, “o Brasil se apresta para retornar à normalidade constitucional e promover a escolha pelo voto livre das urnas, do futuro Presidente da República”.

O interventor destaca que o Espírito Santo se manteve alinhado ao projeto até então implantado e que por isso está “mobilizado espiritualmente para enfrentar a grande cruzada cívica que se avizinha. Formamos uma só família, coesa e fraternizada, em que as poucas vozes chegam sequer a perturbar a perfeita harmonia do conjunto”.

Alinhado com o ideal de trazer a redemocratização como um projeto nacional, o interventor não economizou em palavras para elogiar as virtudes do povo capixaba e a posição de Vargas. A suposta harmonia apresentada pelo interventor se desestabilizou assim que fora anunciado o projeto de redemocratização. Elementos que, no curto período democrático da Era Vargas se articulavam ao PSD, nesse momento, demonstravam, dentro do jornal, as insatisfações com a escolha de Jones dos Santos Neves para o cargo de interventor.

Figura 22: Discurso de Jones dos Santos Neves sobre o fim da Guerra e redemocratização nacional.

# O vibrante discurso do Chefe do Executivo Capixaba na cidade de Alegre

Damos, a seguir, o texto integral da vibrante oração proferida pelo Interventor Jones dos Santos Neves, na cidade de Alegre, por ocasião de sua recente visita ao sul do Estado :

"A presente guerra — disse insigne pensador francês — é uma revolução mundial... E essa revolução será sem dúvida mais vasta e profunda do que se possa sequer imaginar hoje". Em verdade, Senhores, todas as pessoas que têm o privilégio de guardar ainda sua serenidade e de vislumbrar através dos terríveis acontecimentos da nossa torturada época, pressentem, no background do momento fugidivo que vivemos, a transfiguração de um cenário em que já se bosqueja a nova fisionomia social da humanidade futura.

Sentimos todos que estamos na ante-manhã de profundas modificações na estrutura política dos povos, que das cinzas desta guerra monstruosa exurgirá outra civilização purificada pelo holocausto de milhões de seres.

O mundo das "quatro liberdades" que se avizinha será nova conquista do espírito humano, recolhido no esbraseado caminho do sofrimento universal.

A Paz, tão duramente conseguida, é canteira de luz que se projecta na escuridão indelével em que viviamos, iluminando o caminho dos nossos destinos e afastando as sombras pesadas da incompreensão entre os homens, como o primeiro raiol festivo de sol acende o esplendor da aurora e espanta as trevas medrosas da noite. E ainda simples premonição e esperança, mas pode ser também vaga miragem e desalentadora ilusão. Porque estamos apenas no começo de novos acontecimentos. Se os homens do destino, aqueles que comandam as transformações políticas dos povos, que auscultam as reações tateantes da alma coletiva, e as interpretam fitando-as nas páginas da História, se esses homens estiverem à altura de suas missões, o mundo será desviado, afinal, do perigoso caminho que percorrerá, e trilhará, de novo, a senda perdida de sua evolução espiritual. Se, no entanto, tais dirigentes, olvidarem o sacrifício de tantos milhões de vidas; se não souberem conservar, na paz, o espírito de solidariedade que irmanou, nesta guerra, homens de todas as raças e todos os credos; se não puderem concretizar, no futuro, os sabiões ideais de Liberdade, Justiça e Democracia pelos quais tantos sacrifícios fizemos; se não conseguirem satisfazer as reivindicações dos que pelearam e conquistaram novos direitos nos entreveros ditos com a morte; se não alcançarem a pacificação dos espíritos, não sufocarem os odios e não extinguirem as paixões, então o mundo continuará inerme na mesma noite sombria, crucificado por maiores sofrimentos e pisalhando a "via crucis" de novas guerras e revoluções.

Vivemos, Senhores, um instante decisivo da História. Estamos face a face com o destino. A imensa hecatombe mundial comprometeu, de mala atraça e dolorosa experiência humana, a interdependência política, social e econômica dos povos. O mundo todo, vencido pelo sofrimento e torturado pela guerra, vive, neste momento, um mesmo anseio de confraternização e de Paz. E' chegado o instante das graves decisões, das solenes diretrizes, das supremas responsabilidades que determinarão o futuro da Humanidade. A Conferência da Paz decidirá também o destino do Mundo.

E' num momento assim de tão excepcional gravidade que o Brasil se apresta para retornar à normalidade constitucional e promover a escolha, pelo voto livre das urnas, do futuro Presidente da República. E', portanto, também momento culminante para a nossa História. E' como tal requer, antes de tudo, serenidade, compreensão, tolerância e fervor patriótico. Sinceridade de propósitos e elevada consciência cívica.

País de infinitas necessidades, de profundos anseios, de complexos problemas econômicos e sociais que o simples "ufanismo" laudatório não pode sequer esconder; País imenso, de potencialidade ciclópica, mas de riqueza ainda embrionária; de realizações incipientes e de insuficiências esmagadoras; de elites intelectuais vigorosas em contraste com dezenas de milhões de analfabetos; de cidades maravilhosas e de sertões inférricos; de "arranha-céus" e de "mocambos"; de opulência e de miséria; País prodigioso de energia e sedento de progresso, precisa encontrar, por si mesmo, a fórmula definitiva de sua civilização.

O momento é propício para fazê-lo. Está em nossas próprias mãos o destino político da Pátria. Também aqui, portanto, é das nossas deliberações de hoje, da serenidade dos políticos nacionais, da boa compreensão e sentido patriótico de todos os cidadãos que dependem a face a contra-face do porvir; a marcha ascensional do progresso, dentro de um clima de ordem e tranquilidade, ou o tropel tumultuário da desordem nas angústias de uma revolução sem objetivos.

Mister, portanto, que uma voz autorizada se levante, no augusto cenário nacional, para clamar à razão os brasileiros e transmitir, lhes a palavra de ordem, de serenidade e confiança. Precisar, porém, lhes a voz possuída a estranha magia de expandir-se em todos os quadrantes da Pátria, de reboar, como um clarim, em todas as consciências bem formadas, despertando-lhes os melhores impulsos cívicos, e encontrando ressonâncias na própria sensibilidade da Nação.

E foi nesse passo, Senhores, que ouvimos todos a palavra sempre oportuna e confiante do grande Presidente Vargas:

"Nesta época de graves preocupações como a que vivemos, torna-se imperioso pensar com justiça e serenidade. A hora nacional é de esforço, de coesão para fins mais altos. Que os incapazes de construir, por deformação natural ou vocação anarquista, prossigam na sua triste e demoralizadora tarefa. Procedendo de maneira diversa, fazemos questão de só oferecer aos brasileiros mensagens de confiança e exemplos de encorajamento cívico. Chegamos ao fim da guerra. Os que a provocaram e nos agrediram estão sendo afogados no próprio sangue, vítimas do catolicismo que desencadearam. O "nazi-fascismo" está moribundo e o seu sonho de dominação mundial desfeito pelas armas vitoriosas das Nações Unidas. Entre elas, o Brasil assume posição digna e relevante, participando da luta sem hesitações, e levando aos campos de batalha, onde se cobriram de glória, os bravos soldados de sua Força Expedicionária. Rendamos graças a Deus pelo fim da catástrofe e exortemos todos os brasileiros amantes da paz a cooperar, com a maior emergência, na reconstrução do mundo, cujos problemas não mais comportam soluções de ódio, e mais do que nunca reclamam compreensão, boa vontade e trabalho.

A humanidade é uma só, os povos dependem uns dos outros e não podem viver isolados. Desejando a paz para todos e preservando a nossa própria tranquilidade, permaneceremos fiéis aos ideais de fraternidade humana e contribuiremos ao mesmo tempo para o engrandecimento da Pátria Brasileira".

Senhores.

Outro não é, felizmente, o clima que disfrutamos nós no Espírito Santo. E podemos assim afirmar, em sã consciência, que ante-sentindo a necessidade de congruar os espíritos, de remirte desavenças, dissolver as paixões e anular ressentimentos, criamos, nestes dois anos de governo, o ambiente propício de "coesão para fins mais altos" agora preconizado para a Nação pelo eminente Chefe do Governo.

O Espírito Santo está, portanto, mobilizado espiritualmente para enfrentar a grande cruzada cívica que se avizinha. Formamos uma só

# Folha Capixaba

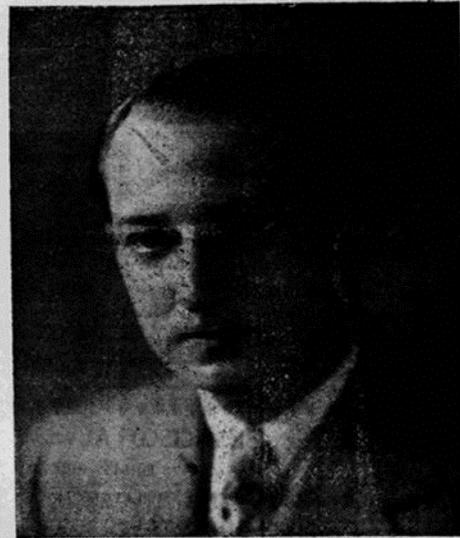
ANO I N. 9  
13 de Maio de 1945  
Vitoria-E. Santo

DEFESA DA TERRA E DO POVO DO ESPIRITO SANTO

família, coesa e fraternizada, em que as poucas vozes dissonantes não chegam sequer a perturbar a perfeita harmonia do conjunto.

E' no entanto, Senhores, para alcançar esse alvo, para colimar tão esplêndido objetivo, não me foi preciso utilizar medidas excepcionais de argúcia política. Procurei simplesmente colocar o meu espírito em consonância com as aspirações coletivas da alma espírito-santense.

Sou um homem sem vaidades que procura apenas cumprir exemplarmente o seu dever, e honrar os seus compromissos para com o Espírito Santo — terra dos meus antepassados e minha própria terra natal. Ja-



INTERVENTOR JONES DOS SANTOS NEVES

mais busquei posições de relevo e jamais pretendi na conquista de honrarias. O meu passado, no Espírito Santo, que não data de doze anos, mas se articula pelos meus ancestrais a uma longa e honrosa tradição de séculos, desafia qualquer apreensão afirmativa ou contrária. Não sou, portanto, um arribista entre vós. Sou um dos vossos. E apesar disso, quando escolhido para o posto de Interventor Federal do Estado, entre dois ilustres conterrâneos nossos, pelo Exmo. Senhor Presidente da República, vacilei e relutei em assumir tão honrosas e árduas funções. E' que sabia bem pesar as graves responsabilidades desse mandato. E' que, sendo espírito-santense, não poderia jamais considerar o governo de minha terra como uma posição que se conquista de assalto. Como triunfo que se obtém à custa do amargor de acérrimas competições políticas. Como tesouro que se desobre patilhando um roteiro misterioso de

## HISTORIA DE BERLIM — FANTASMA PRUS

Berlim, é a maior das cidades que os germanicos construíram, mas das suas grandes cidades a mais ilustre, pelas tradições, pelo que tem de artístico, é sem dúvida Viena, há poucos dias ocupada pelos exercitos soviéticos. Referindo-se à capital do Reich havia dito há muito tempo um escritor francês que as suas "ruas se sucedem longas e monotonas: Elas são o produto de uma vontade soberana, abertas por ordem, como as casernas".

deve ser tomada ao pé da letra, porque nela o que há, no fundo, é o desejo de exaltar Paris sobre todas as coisas. Mas na verdade Berlim não presta para os habitantes de outras históricas cidades europeias de uma antiga vila sem importância, que prosperou e se desenvolveu à maneira de certos novos-riscos favorecidos pelas circunstâncias. Das grandes capitais do velho mundo é, sem dúvida, uma das mais novas. A guerra atual veni encontrá-la com mais de 4 milhões de habitantes, metro-

E' claro que a descrição não;

**Fonte:** *Folha Capixaba: Defesa da Terra e do Povo do Espírito Santo*, Vitória, Edição nº 09, de 13 de maio de 1945.

A busca pela retomada dos espaços de poder ocupados durante o período democrático se mostrou ativa. Ocorreu, no dia 23 de maio, uma convenção no Teatro Carlos Gomes, a fim de assentar as bases partidárias para a redemocratização. O jornal *Folha Capixaba*, na edição 17, do dia 23 de maio de 1945, apresentou os agentes políticos da ocasião, são eles: Asdrubal Soares, ex-deputado federal e líder da oposição ao governo Bley, Ubaldo Ramalhete Maia, ex-deputado federal e ex-membro do Partido da Lavoura, Moacir Barbosa Soares, ex-deputado classista, Abner Mourão, Carlos Marciano de Medeiros, ex-presidente da Câmara.

Tais nomes estiveram presentes no conflito da campanha de Bley à Presidência do Espírito Santo, e não ocuparam espaços de poder de prestígio durante o período autoritário. Essa elite viu no período de redemocratização a chance de resgatar seu passado democrático a fim de restituir seus espaços de poder. Assim, tal qual no caso de São Paulo, apresentado por Codato (2008), a elite política capixaba, que compunha o PSD e do Partido da Lavoura, constituíram o programa de formação de novos partidos em 1945. A construção desses partidos se deu a partir da educação política apresentada por Vargas a fim de englobar projetos e características próprias, se distanciando dos elementos regionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um longo percurso foi percorrido para chegarmos a essas considerações, iniciamos este trabalho com a perspectiva de observar o comportamento das elites políticas, contudo à luz das fontes decidimos orientar a nossa pesquisa para a relação entre interventor e elites. Antes de discutirmos as afirmações levantadas a partir das hipóteses, é relevante destacar que o espaço e tempo em que se concentra nossa pesquisa é muito amplo, encontramos milhares de fontes apenas nas caixas consultadas, e tentamos aproveitar ao máximo daquelas que traziam as informações norteadoras da nossa análise. Sabemos que apesar do esforço há muito a ser explorado e investigado permitindo uma pesquisa mais refinada.

A fim de direcionar a nossa pesquisa, julgamos necessário compreender a formação política de Getúlio Vargas, e como se deu sua relação com o João Punaro Bley. Para isso, o primeiro capítulo, teve como objetivo apresentar uma leitura da formação intelectual e política de Vargas, articulando com detalhes de sua vida: sua origem familiar, sua formação acadêmica e seu contato inicial com os grandes nomes da política do Rio Grande do Sul. Apresentamos os valores positivistas norteadores da política rio-grandense, através de Castilhos e Borges de Medeiros, e como eles fundamentaram a política antiliberal adotada por Vargas na formação do Estado Novo e na construção da figura do presidente como defensor e grande líder nacional.

Ao longo do capítulo apresentamos, também, o cenário intelectual do Brasil no entreguerras, destacando a explosão nacionalista. Para isso, apresentamos alguns desses intelectuais: Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Os intelectuais facilitaram a circulação de ideias e propostas para o crescimento nacional, desvinculando-se do pensamento liberal e justificando a necessidade de uma política autoritária. Identificamos, portanto, uma rede de influências para a firmação do projeto estadonovista.

Diante dessa política nacionalista e autoritária apresentamos a figura do interventor, que foi peça chave para o desenvolvimento do Estado Novo. O estado do Espírito Santo teve um dos interventores mais longevos da Era Vargas, e por isso se tornou relevante em nossa pesquisa investigar a formação de João Punaro Bley e como foi conquistado e mantido o cargo de interventor. A partir da investigação acerca de Punaro Bley que decidimos reorientar nossa pesquisa, afinal, sua posição como mediador entre exigências e interesses nacionais e regionais era uma constante em nossas fontes.

É importante salientar que esse é o primeiro trabalho que teve como proposta a investigação sobre a atuação das elites políticas do Espírito Santo durante o Estado Novo, e que por isso utilizamos uma variedade de fontes, que não se encontravam separadas por temáticas ou similaridades, foi preciso muito tempo para visitar cerca de cem caixas de documentos. A escolha por anexar as imagens da documentação dentro do texto se deu pela necessidade de justificar as afirmações e interpretações que foram feitas.

O capítulo dois foi elaborado para apresentar as elites políticas que figuravam no cenário capixaba, diante da diversidade de documentação e poucos elementos que permitiram uma prosopografia forte das elites, optamos por selecionar grupos familiares que possuíssem mais peso nas decisões do período. Destacamos, então, a família: Souza-Monteiro, Monjardim e Ruschi. Alguns outros personagens possuem sobrenomes diferentes, mas foi sinalizado, através de uma nota ou mesmo no corpo do texto, seu envolvimento com algum dos grupos familiares destacados.

Para compreender a ação desses grupos foi fundamental o uso da teoria das redes de sociabilidade, para vislumbramos os campos de atuação de cada grupo e dinâmica estabelecida em cada momento. A criação de grafos permite a projeção imagética do fato acontecido, além de facilitar a interpretação das mudanças e do projeto político no Espírito Santo. Sendo possível, assim, elaborar uma imagem de causa e consequência das ações políticas.

A partir da investigação das origens desses grupos políticos foi necessário compreender o campo de ação destes antes do golpe de Estado Novo. Assim, encontramos os partidos que faziam parte e suas posições durante o período. Por isso, elencamos as características dos partidos tradicionais do Espírito Santo, como por exemplo o Partido da Lavoura, e o partido que crescia diante do fortalecimento do nacionalismo autoritário, aqui exemplificado através da AIB. Após a identificação dos grupos partidários e de seus membros, apresentamos a adaptação das elites ao Estado Novo.

Por fim, no capítulo três construímos nossas observações sobre o Estado Novo no Espírito Santo. Buscamos centrar nossa análise na relação entre interventoria e elites, assim, identificamos os mecanismos de coalisão entre essas elites e como elas, de fato, conseguiam

pressionar alguma mudança na condução política do interventor. Além da dinâmica interventor e elites, pontuamos a situação econômica do estado e como a crise do Estado Novo foi percebida pela imprensa. Também abordamos, mesmo que *na passant*, a transição de governo entre o interventor João Punaro Bley e Jones dos Santos Neves, durante o período de crise.

É importante frisar que as hipóteses apresentadas no início desse trabalho foram responsáveis pela condução da pesquisa. Defendemos que, de fato, conseguimos apresentar que houve uma continuidade de parte das elites políticas dentro dos espaços de poder político no Espírito Santo, a julgar pela continuidade da família Souza-Monteiro em cargos de confiança, como demonstrado ao longo do segundo e terceiro capítulo.

Assim, acreditamos que este trabalho veio a abrir caminhos para pesquisas sobre o Estado Novo no Espírito Santo, pois possibilitou uma investigação acerca dos grupos políticos e membros das elites que os compunham, além de fornecer um mapeamento, por meio das redes de sociabilidade, das relações entre interventoria e elites. Concomitantemente, buscamos destacar aspectos e características da política regional e nacional a fim de apresentar uma leitura da dinâmica política do Espírito Santo durante a Era Vargas.

## REFERÊNCIAS

### Documentação primária

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, APEES. *Fundo de Governadoria – Correspondências 1930 a 1945*.
- D'ARAÚJO, Maria Celina (Org). *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.
- Jornal *A Gazeta* (1934 - 1945). Arquivo Público do estado do Espírito Santo.
- Jornal *Diário da Manhã* (1934 – 1945). Hemeroteca Digital.
- VARGAS, Getúlio. Diário. Edição de Leda Soares. 2 v. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.
- BLEY, João Punaro. Memórias. Fotocópia manuscrita. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro. Referência: JPB d 00.00.00/2.

### Bibliografia de Apoio

- ABREU, Alzira Alves de. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. revista e atualizada. v. 5. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- ABREU, Luciano Aronne. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- ABREU, Luciano Aronne; SILVEIRA, Helder Gordim da; MANSAN, Jaime Valim. (Orgs). *História e Ideologia: Perspectivas e debates*. Passo Fundo: UPF Editora, 2009.
- ABREU, Luciano Aronne. Estado Novo, realismo e autoritarismo político. *Política & Sociedade*. Santa Catarina, v. 7, pp. 49-66, 2008.
- ABREU, Luciano Aronne. Elites políticas Regionais: o caso das interventorias gaúchas. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 7, pp. 187-197, 2008.
- ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. *Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)*. 2005. 356 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2005.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

- AMARAL, Sandra Maria do. *O teatro do poder : as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. 2006. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- BALANDIER, Georges. *A desordem*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O poder em cena*. Brasília: Ed. Universidade Federal de Brasília, 1981
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARIANI, Edison. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. *Caderno CRH* [online]. Salvador, vol.20, n.49, pp.161-167, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- \_\_\_\_\_. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. *Revista Escritas*. Araguaína, v. 1, 2008.
- BASTOS Élide Rugaui; MORAES, João Quartim de. (Org.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- BATISTA, Wilson. *O Bonde São Januário*. 1937. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/wilson-batista/259906/>. Acessado em 18 de maio de 2019.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984. Volume 1.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. v. 4. São Paulo: Difel, 1984, p. 271-341.
- BLINKHORN, Martin. *Fascists and conservatives: the radical right and the establishment in twentieth-century Europe*. London: Routledge, 2003.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: EDUNB, 1998.
- BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001

- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 159-182.
- BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas. Papyrus, 1996
- BOURNE, Richard. *Getúlio Vargas: A esfinge dos pampas*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- \_\_\_\_\_. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.
- BUFFON, José Antônio. *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Economia, 1992.
- BURKE, Peter (org). *A Escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992.
- BUSINO, Giovanni. Élitisme et élites, chapitre VII: *Recherches historiques sur les élites*, Paris, 1992, p. 87-88. (Que sais-je ?)
- CAMARGO, Aspásia. et al. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1989.
- CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli. *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. Rio de Janeiro: IUPERJ; VÉRTICE, 1989.
- CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, Sentido e História*. São Paulo: Papyrus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1976.

- CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930-1937)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1978.
- CARONE, Edgar. *O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo: Difel, 1975.
- CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Vianna. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.
- CASTELO, Martins. O samba e o conceito de trabalho. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 22, dezembro de 1942.
- CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 30, p. 89-105, 2008.
- COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivistas. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- D'ARAUJO, Maria Celina (Org). *As instituições da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ/ FGV, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- \_\_\_\_\_. O Estado Novo: estrutura de poder; relações de classes. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: Tomo III: O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)*. 5. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Morte e memória: a necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB)*. *Varia hist.* [online]. 2012, vol.28, n.48, pp.889-909. ISSN 0104-8775.
- \_\_\_\_\_. Os integralistas no estado do Espírito Santo. *Revista Ágora*, Vitória, n.13, 2011, p.1-16.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- \_\_\_\_\_. A revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 21. ed. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 227-255.
- \_\_\_\_\_. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O Pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Coleção Perfis Brasileiros)
- \_\_\_\_\_. Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.
- FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1958. Brasília: Câmara dos Deputados / Editora da Universidade de Brasília; 1981.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GERTZ, René. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luís Werneck da (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 111-113
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- \_\_\_\_\_. Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; Gontijo, Rebeca. (Orgs.) *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.
- GOMES, Angela Maria Castro; OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato; tradução de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

1986.  
\_\_\_\_\_. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- GUIBERNAU, Montserrat. O nacionalismo na teoria social clássica. In: GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos*. O estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- HEINZ, Flavio Madureira. *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.  
\_\_\_\_\_. (org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HENTSCHKE, Jens R. *Positivismo ao estilo Gaúcho: A ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da nação no Brasil de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.  
\_\_\_\_\_. *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- JULLIARD, Jacques. "A Política". In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História – novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- KIRCHHEIN, Augusto Frederico. O Castilhismo e o Campo Religioso Gaúcho: um olhar focando a área do ensino. *Revista Sacrilegens*. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, 2006.
- LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. v. 2. São Paulo: Difel, 1977, p. 343-374.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- Le GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.  
\_\_\_\_\_. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LOVE, Joseph LeRoy Jr. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

- LOVE, Joseph LeRoy Jr.; BARICKMAN, Bart. Elites regionais. In: HEINZ, Flavio Madureira. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.78-79.
- MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940). *Dimensões*. Vitória, v. 25, p. 182-195, 2010.
- MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de; NANJI, Leonzo. *O êxtase autoritário: a política educacional de segurança nacional no período Vargas e sua repercussão no Espírito Santo (1930-1940)*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2002.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. Universidade Federal de Brasília, 1982.
- MONJARDIM, Leonardo Passos. *História política da família Monjardim*. Vitória: Lei Rubem Braga, 2003.
- MORAES, Vinicius de. Cinema. *A manhã*. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1942.
- MOSCA, Gaetano. A Classe Dirigente. In: SOUZA, Amaury de (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- MOTA, Carlos Guilherme; SALINAS, Natasha S.C. (Orgs.). *Os juristas na formação do Estado-Nação (1930-dias atuais)*. São Paulo: Saraiva/Editora FGV, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.
- \_\_\_\_\_. O primeiro governo Vargas (1935-1937): da Intentona ao golpe. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.
- NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras 2014.
- \_\_\_\_\_. *Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras 2013.
- NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

- NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. 670 p. : il. Volume 8. (Coleção Canaã)
- OLIVEIRA, Ueber José de. Elites regionais e realinhamentos políticos no Espírito Santo (1930-1964). *Historiæ*, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 53-81, 2017.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do norte: Uma tentativa Ascenso político. In: CASTRO GOMES, Angela Maria. et al. (Coord.) *Regionalismo e centralização: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- \_\_\_\_\_. O golpe do Estado Novo (1937) In: *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad, 2004. p. 183-189.
- PARADA, Maurício. Som da nação: educação musical e civismo no Estado Novo (1937- 1945). *Alceu*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 174- 185, jan./ jun. 2009.
- PARETO, Vilfredo. *Vilfredo Pareto: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- POCOCK, A. *Linguagens do ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- REIS, Nélio. O dia do presidente e os novos estúdios da Rádio Nacional. *A manhã*. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1942. p. 5.
- REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ / FGV, 1996.
- RENAN, Ernest. O Que é uma nação?. Trad. Samuel Titan Jr. *Plural – Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, p. 154-175, 1997.
- REZENDE, Eurico. Horizontes Novos. *Vida Capichaba*. 447. ed. Vitória, 15 de janeiro de 1938.
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: Uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal - Conselho Editorial, 2015.
- SALGADO, Alavaro. Radiofusão social. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, n. 6, agosto de 1941.
- SCHWAB, Mariana de Castro. *Os intelectuais no Estado Novo (1937-1945): a*

- trajetória de Paulo Figueiredo e as Revistas Cultura Política e Oeste. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- SCHOR, Adam M. *Theodoret's people: social networks and religious conflict in late Roman Syria*. Berkeley: University of California Press, 2011.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- SKINNER, Quentin. A prática da história e o culto do fato. In SKINNER, Quentin. *Visões da política: Sobre os métodos históricos*. Algés, Portugal: Difusão Editorial, S.A, 2005.
- SILVA, Francisco Carlos T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. (Orgs.). *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2000.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de sociologia: individuo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). *Brasil em perspectiva*. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 256-282.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1978.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro* 3. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1978.
- VARGAS, Getúlio. Discursos (1903-1929). In: AITA, Carmen; AXT, Gunter (orgs.). *Discursos (1903-1929)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.
- VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. *A invenção do Coronel: ensaio político sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: UFES, Secretaria de Produção e Difusão de Cultura, 1995. (Coleção cultura UFES).
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p.89-112, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987

- VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- VIANNA, Oliveira. *A organização nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Instituições Políticas Brasileiras*, São Paulo: Edusp, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.
- \_\_\_\_\_. *Raça e Assimilação*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- WEBER, Max. *Ciência e Política*. São Paulo, Cultrix, 1985.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- WERNECK VIANNA, Luiz J. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- ZORZAL E SILVA, Marta. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida; UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.